



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 24

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 19 de maio de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco (substituídos no decorrer da sessão pelos Deputados Carlos Freitas e José Eduardo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação pela conquista do título de Campeão da Associação de Futebol da Horta, na categoria de seniores masculinos de futsal, pelo Clube Desportivo Escolar do Corvo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e pelo Partido Popular Monárquico.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Lubélio Mendonça (*PS*) e usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Bruno Belo (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo Movimento Cívico “Por uma Capital Europeia**

[da Cultura nos Açores 2027](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*) e usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Célia Pereira (*PS*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Jorge Amaral](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, pelo Bloco de Esquerda, pela Iniciativa Liberal e pelo PAN.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar Pelo falecimento da Professora Doutora Ana Isabel de Melo Azevedo Neto](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, a Sra. Deputada Vânia Ferreira (*PSD*) usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as Berto Messias (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Borges*).

A **declaração política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), na qual intervieram os Srs. Deputados Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*CH*) e António Lima (*BE*).

A última **declaração política** coube ao Sr. Deputado Carlos Furtado (*CH*), tendo usado da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Prosseguiu-se com a [Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII – “Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, que estabelece as normas para o](#)

exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores”, pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, tendo usado da palavra para o efeito o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*).

Dando continuidade à agenda, seguiu-se o Projeto de Resolução n.º 23/XII – “Medidas para um diagnóstico e tratamento precoces da endometriose”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação da iniciativa por parte da Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Pedro Neves (*PAN*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Ana Quental (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*) e Maria Isabel Teixeira (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 30/XII – “Revisão de apoios e incentivos à fixação de pessoal médico na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, cuja justificação coube ao Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*).

Submetido a votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Assim, o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) procedeu à apresentação do Projeto de Resolução n.º 30/XII – “Revisão de apoios e incentivos à fixação de pessoal médico na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Usaram da palavra para participação no debate os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Ana Quental (*PSD*), Tiago Lopes (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*CH*), José Pacheco (*CH*), Ana Luís (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*) e Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, foi debatido o [Projeto de Resolução n.º 21/XII – “Recomenda ao Governo a avaliação da situação dos trabalhadores independentes”](#), apresentado pela Iniciativa Liberal.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*BE*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Elisa Sousa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Vílson Ponte Gomes (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Berto Messias (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Vasco Viveiros (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 16 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos dar início à nossa reunião. Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Marta Ávila Matos

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Chega (CH)

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, designadamente para a apresentação e votação de votos e declarações políticas.

Recordo os tempos: o Governo dispõe de 20 minutos para esta manhã; o Partido Socialista, de 48 minutos; o PSD, de 40 minutos; o CDS-PP, de 16 minutos; o Chega, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem, cada, de 12 minutos; e as Representações Parlamentares, cada, de 10 minutos.

Vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos. O primeiro deles é um voto de congratulação pela conquista do título de campeão da Associação de Futebol da Horta, na categoria de seniores masculinos de futsal, pelo Clube Desportivo Escolar do Corvo.

Este voto é apresentado pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular Monárquico. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pela conquista do título de Campeão da Associação de Futebol da Horta, na categoria de seniores masculinos de futsal, pelo Clube Desportivo Escolar do Corvo

O Clube Desportivo Escolar do Corvo (CDEC) sagrou-se, pela primeira vez, Campeão da Associação de Futebol da Horta, na categoria seniores masculinos de futsal, depois de ter vencido, no âmbito do torneio de apuramento disputado, entre os dias 30 de abril e 1 e 2 de maio de 2021, no pavilhão desportivo da ilha do Corvo, o Boavista SC por 4-3 e o GD Piedade por 2-0.

A ilha do Corvo marcará, assim, presença na próxima Série Açores da 3.ª Divisão de Futsal. É, sem dúvida, um feito relevante, que constitui um motivo de orgulho para todos os corvinos e açorianos.

Fundado em 2014, como clube desportivo escolar, o CDEC possui um enquadramento particular dentro da comunidade escolar. A sua atividade extravasou, de forma progressiva, o seu universo inicial. Hoje, o clube envolve o conjunto da comunidade corvina.

A quase totalidade dos jovens jogadores que começaram a praticar a modalidade num recinto de cimento ao ar livre, hoje conquistaram o título. A ilha do Corvo olha agora, com indisfarçável orgulho, estes jovens atletas e homens.

A conquista do campeonato é o resultado do duro caminho percorrido, ao longo dos últimos anos, que conheceu altos e baixos e que nem sempre obteve os resultados merecidos.

Agora o céu é o limite. Todos os atletas e dirigentes do clube estão conscientes, como resulta das declarações que fizeram a respeito do mesmo nos últimos dias, que é necessário manter o foco, a humildade e o espírito de superação que permitiu o triunfo que agora se assinala.

Estão de parabéns todos os que contribuíram para alcançar este triunfo histórico.

Os atletas, a direção do clube, os sócios e as diversas entidades que contribuíram para que fosse possível alcançar estes resultados, nomeadamente através da construção, ocorrida nos últimos anos, das infraestruturas desportivas necessárias para que os atletas do clube pudessem, passados tão poucos anos após a criação do clube, festejar o tão desejado título.

É justo que, neste voto de congratulação, se referencie, com orgulho e gratidão, o nome de todos os atletas que conseguiram alcançar um feito sem precedentes, na área desportiva, para uma ilha com apenas 460 habitantes.

Os nomes deles são: Alexandre Patrício, André Ávila, Bruno Costa, Daniel Dias, Duarte Raposo, Filipe Picanço, Filipe Rosa, Flávio Freitas, Gonçalo Pereira, João Estêvão, Manuel Rocha, Miguel Botelho, Pedro Estêvão, Ruben Penteado, Tiago Pereira e Tomás Silva.

Assim, os Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do PPM, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de congratulação ao Clube Desportivo Escolar do Corvo pela conquista do título de campeão da Associação de Futebol da Horta na categoria de seniores masculinos de futsal.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à direção do CDEC e à Associação de Futebol da Horta.

Horta, sala das sessões, 19 de maio 2021

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Lubélio Mendonça, Andreia Costa, Sandra Dias Faria, Miguel Costa e Paulo Estêvão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que partilho com o Sr. Deputado Lubélio Mendonça e que partilho com toda a comunidade da ilha do Corvo este orgulho pela vitória desportiva

alcançada.

É algo que surpreendeu muito os meios desportivos locais, que uma equipa de uma ilha com apenas 460 habitantes tenha alcançado este êxito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas isto revela também que é possível os açorianos das diferentes parcelas do nosso território superarem-se e conseguirem triunfar contra outras instituições com muito mais meios e com muito mais condições.

E isto também prova que se forem dadas as mesmas condições a todos os açorianos, independentemente da ilha ou da freguesia onde residam, também podem triunfar como os outros triunfam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, eu acho que esta vitória é emblemática, é uma grande vitória. É uma grande vitória daqueles atletas e daqueles dirigentes que, com poucos apoios ou quase nenhuns, conseguiram este triunfo.

E também quero pedir desculpa a esta Câmara, porque este voto foi escrito pelo Sr. Deputado Lubélio Mendonça, eu também me associei, e tem aqui referência a dois dos meus filhos. Eu, obviamente, não só me associei ao voto, como vou votar favoravelmente. Estavam alguns Deputados a dizer, na brincadeira, que me ficava mal, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Não fica nada mal, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas eu tenho orgulho na conquista que foi obtida por todos estes jovens da ilha do Corvo.

E é, como dizia o Sr. Deputado Lubélio Mendonça no voto, em condições difíceis, todos estes miúdos aprenderam a jogar num campo de cimento, que não tinha nenhuma condições. Aprenderam a jogar nas mesmas condições em que o Eusébio aprendeu a jogar. É uma boa escola, aprendem-se muitas coisas.

E, por isso, eu acho que esta vitória é uma daquelas vitórias em que os grandes protagonistas – os jogadores e os dirigentes – devem ser aplaudidos, mas também

os adeptos, porque os adeptos apoiaram (e os adeptos é toda a ilha) e transformaram o nosso campo num inferno negro. Já está assim conhecido no meio desportivo açoriano. E cá aguardamos as cinco equipas da Terceira e as duas equipas de São Miguel com quem vamos jogar e que vamos receber com muita honra na ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo, do PSD.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o PSD se associa a este voto.

É sempre difícil ser campeão, em qualquer modalidade, no desporto. Exige sempre muito de todos.

Estes nomes que foram aqui citados, e muito bem, pelo Sr. Deputado Lubélio Mendonça, são os responsáveis por aquela vitória. Mas a vitória não é deles só, é dos 460 habitantes do Corvo. E é para eles também que esse voto de congratulação serve e também é destinado.

Naturalmente, Sr. Presidente, as regras regimentais não me permitem perguntar, mas penso que me vai permitir fazer esta questão... Na legislatura passada, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, num debate sobre o Clube Desportivo Escolar do Corvo, referia que também era atleta. Ele não consta aqui da lista dos nomes. A minha pergunta era se ele já tinha terminado a carreira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Risos da Câmara)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi pelo facto de eu ter deixado de ser atleta que eles ganharam!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão agora é treinador... só, de várias modalidades!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra. Faz favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS é com muita satisfação que se associa a este voto, porque, efetivamente, é o louvor a um feito, um feito de uma ilha, a ilha mais ocidental, a ilha menos populosa.

E é isto que deve ser os Açores, integração a todos os níveis, não só social, económico, mas também cultural e desportivo.

Estão de parabéns os atletas. Estão de parabéns todos os habitantes da ilha do Corvo, que, seguramente, deram um contributo decisivo para esta vitória.

Muito parabéns!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Foram treinados na Terceira, no Praiense!

Deputado Berto Messias (PS): A escola do Praiense foi determinante!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado José Pacheco, do Chega, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aqui temos um exemplo da importância que pode ter o desporto. Da mais pequena ilha dos Açores veio uma grande vitória, uma vitória não só desportiva, mas moral.

E ficamos também muito satisfeitos de saber que o Sr. Deputado Paulo Estêvão já não faz parte da equipa, que assim vamos ter muito mais vitórias desportivas daqui para a frente.

Os meus parabéns, juntamo-nos a este voto.

E que seja um exemplo para todos os Açores. Da mais pequena à maior freguesia, o desporto é fundamental. O desporto une os açorianos. E o desporto faz aquilo que ainda ontem nós falávamos, põe os jovens naquilo que eles precisam de fazer, que é a melhor coisa da vida, que é estarem ocupados com coisas saudáveis.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faz favor, para o anúncio da votação.

Secretário: O voto colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto é de congratulação pelo Movimento Cívico “Por uma Capital Europeia da Cultura nos Açores 2027”. É apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelo Movimento Cívico “Por uma Capital Europeia da Cultura nos Açores 2027”

Em 2027, pela quarta vez, Portugal terá uma Capital Europeia da Cultura. Decorre, neste momento, uma competição a nível nacional por este título.

No início do ano de 2021, um grupo informal de uma centena de cidadãos uniu-se e empenhou-se em dialogar para que, em conjunto, se criassem condições para uma candidatura à Capital Europeia da Cultura, a partir dos Açores.

Este movimento cívico apresentou-se como representativo das várias ilhas e de vários setores: da cultura à educação, do turismo à economia, do ambiente às questões sociais em torno de uma oportunidade estratégica para a Região, um processo de desenvolvimento social e económico, a longo prazo, com base na cultura.

Desde que o programa teve início, em Atenas, no ano de 1985, que cada título de Capital Europeia da Cultura detém o nome de uma única cidade.

O manifesto, que, entretanto, somou mais de 700 assinaturas, propôs uma candidatura por parte do município de Ponta Delgada como um motor de desenvolvimento a longo prazo, não apenas de uma cidade, mas de toda a Região. Um processo sério de candidatura a Capital Europeia da Cultura é, em si mesmo, transformador da realidade cultural sobre a qual se debruça. Dele deve resultar uma estratégia política cultural de longo prazo, um documento técnico que seja um compromisso congregador de todas as forças políticas e capaz de perdurar além dos mandatos em que é criado.

Deste processo resulta ainda um mapeamento sobre o setor cultural da comunidade que se candidata. O conhecimento resultante desse esforço é uma

ferramenta valiosa para a decisão política: só poderá ser criada uma política de cultura adequada à realidade depois de conhecermos, de forma aprofundada, essa mesma realidade.

Tal como o projeto europeu é do interesse de todos os países, este é um projeto que interessa a todos e a todas as açorianas, independentemente da sua ilha e do seu partido. Um projeto dos Açores para que artistas e agentes culturais, organizações sociais e cívicas, empresas, poder público e população participem de forma ativa.

Uma candidatura desta envergadura sairá tanto mais forte quanto mais ela envolva, para além do município de Ponta Delgada e do Governo Regional, cada um dos 19 municípios dos Açores e quanto mais cada um destes 19 municípios queiram promover, participar e levar por diante este projeto comum. Uma candidatura desta envergadura exige recursos, exige pessoas e exige compromisso.

Se o investimento feito, os laços assegurados, o diálogo entre parceiros e entre os diferentes municípios tiver contribuído para demonstrar e promover a coesão do arquipélago e dos açorianos, esta candidatura sairá sempre vencedora, independentemente do resultado final do concurso.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um voto de congratulação pelo empenho do Movimento Cívico “Por uma Capital Europeia da Cultura nos Açores”.

Que do presente voto se dê conhecimento ao Movimento Cívico “Por uma Capital Europeia da Cultura nos Açores”, ao Governo Regional e a todos os municípios da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 19 de maio de 2021

Os Deputados, António Lima e Alexandra Manes.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Célia Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS)**: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação do Bloco de Esquerda porquanto a cultura representa um domínio essencial ao desenvolvimento sustentável e à coesão territorial da nossa Região.

A identidade da nossa açorianidade deve ser partilhada, deve ser divulgada e deve ser afirmada a nível nacional e, nomeadamente, a nível europeu.

E, portanto, associamo-nos a este voto do Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, do PSD. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação “Por uma Capital Europeia da Cultura”. E congratula-se também pelo facto de este movimento cívico, que já reúne mais de 700 assinaturas, apresentar uma relevância extraordinária e um empenho extraordinário em querer trazer para Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura no ano 2027.

Nesta medida, enaltecendo este movimento, enaltecendo a cidade de Ponta Delgada, que não é só Ponta Delgada, são os Açores todos que estão envolvidos num projeto desta envergadura, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o Grupo Parlamentar do PSD associa-se, em nome dos Açores e em nome de Ponta Delgada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, do Chega. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também nos associamos a isto. Aqui nos Açores também somos Europa. Aqui nos Açores também somos cultura. E porque não também termos aqui nos Açores a Capital Europeia da Cultura?

Aqui, também felicito a iniciativa, de trazer a esta Casa, porque, aqui, para além das questões partidárias, há coisas que nos unem. E uma delas, certamente, é sermos açorianos e sermos pessoas de cultura.

Muito bem! Muitos parabéns!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, do PPM.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do PPM, nós queremos associarmo-nos a este voto de congratulação pelo Movimento Cívico “Por uma Capital Europeia da Cultura nos Açores”. E queremos associarmo-nos ao projeto que visa que Ponta Delgada adquira este estatuto em 2027.

Apoiamos o mais possível o projeto. E consideramos também que as entidades regionais devem reforçar o apoio à concretização deste projeto. Devemos empenhar-nos todos em nome da autonomia dos Açores, para que uma das nossas cidades possa, de facto, adquirir este estatuto e, assim, também, reforçar aquelas que são as nossas capacidades, aquelas que são as nossas potencialidades no âmbito deste setor.

Este movimento, esta atribuição deste desempenho durante um ano teria uma

importância estratégica enorme para os Açores a nível cultural, mas também teria evidentes reflexos do ponto de vista económico e do prestígio da nossa Região. Por isso, da parte do Grupo Parlamentar do PPM, apoio absoluto e total a este projeto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se a este voto, porque, efetivamente, a cultura é um modo de afirmação de um povo.

E ter ou obter a possibilidade de realizar, nos Açores, durante um ano, eventos culturais de nível e âmbito internacional será uma grande projeção daquilo que são os nossos valores culturais, da nossa capacidade de organização e da nossa capacidade de produção cultural, que é muito rica.

E, portanto, obviamente, não podemos deixar de nos associar a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faz favor, para anúncio da votação.

Secretário: O voto colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto é de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Jorge Amaral. É apresentado pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda, pela Iniciativa Liberal e pelo PAN. Para a sua apresentação, dou a palavra ao Sr. Deputado

Rodolfo Franca. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Jorge Amaral

Faleceu, no passado dia 7 de maio, o Professor Jorge Manuel Mota Amaral Borges, aos 92 anos de idade.

Nascido em outubro de 1928, no Rosário da Lagoa, o mais velho de cinco irmãos, extremoso marido e exemplar pai, deixa em quem o conheceu uma indelével memória de humanidade, integridade, profissionalismo e competência.

O Professor Jorge Amaral foi um dos primeiros professores licenciados em Educação Física nos Açores, formados pelo então Instituto Nacional de Educação Física (INEF), tendo lecionado a disciplina entre 1956 e 1992. Foi um mestre na educação desportiva escolar, deixando a sua marca na maioria dos seus alunos.

O Professor Jorge Amaral foi das maiores referências da educação física no arquipélago dos Açores, pessoa especialmente respeitada pelo excelente trabalho desenvolvido na educação e ensino desportivo, décadas de marcante trabalho enquanto especial educador de inúmeras gerações de alunos.

No ano letivo de 1956/57, efetivou na Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada, onde exerceu funções até 1978, tendo então, em período pós 25 de Abril, por extinção das escolas técnicas, transitado para a Escola Secundária Domingos Rebelo, onde foi Presidente do Conselho Diretivo entre 1978 e 1981.

Lecionou ainda no Externato Ribeiragrandense.

Por inúmeras vezes condecorado pela sua excelência de âmbito profissional sem que para isso não tivesse deixado de ter contribuído o seu espírito profundamente humano e social.

Na sociedade civil e no apoio a iniciativas de âmbito social, foi presidente da

Conferência Vicentina, membro da Escola dos Cursos de Cristandade, fundador da Cooperativa “Profrutos”, membro da Associação Cultural “O Sextante” e presidente do Centro Social Nossa Senhora do Rosário.

Como fundador e Secretário-Geral da Associação Sócio Cultural do “Círculo de Amigos da Lagoa”, fez do debate de ideias, com enfoque nas problemáticas sociais, uma forma ativa de para elas encontrar soluções, não temendo os riscos inerentes ao regime vigente. Entre 1981 e 1983, foi eleito vereador da Câmara Municipal da Lagoa.

Apesar de reformado em 1992, prosseguiu com o seu trabalho comunitário, tendo sido presidente do Conselho Central dos Açores da Conferência Vicentina, membro da Comissão de Proteção de Menores da Lagoa, membro da Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido da Lagoa e membro fundador da Santa Casa da Misericórdia da Lagoa.

Recebeu o Diploma de Mérito Municipal daquela autarquia, tendo sido agraciado pela Casa do Povo da Maia e homenageado pelos antigos alunos da antiga Escola Comercial e Industrial de Ponta Delgada.

Do Presidente da República, recebeu o Grau de Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública.

Jorge Amaral, o professor de Educação Física foi, acima de tudo, um educador de várias gerações. Foi um formador de bons cidadãos, missão que atingiu ao afirmar-se como um exemplo para todos quantos tiveram o privilégio de o ter tido como professor e como amigo.

Era um inconformado com o infortúnio dos outros e tudo fez, que estivesse ao seu alcance, para ajudar os outros a ultrapassar os obstáculos das suas vidas.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar pelo falecimento do Professor Jorge Amaral.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família e à Câmara Municipal

de Lagoa.

Muito obrigado.

Sala de Sessões, 19 de maio de 2021

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Rodolfo Franca, Andreia Costa, Sandra Dias Faria, Miguel Costa, António Lima, Alexandra Manes, Pedro Neves e Nuno Barata.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto é de pesar, também, pelo falecimento da Professora Doutora Ana Isabel de Melo Azevedo Neto. É apresentado pelo Partido Socialista. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar Pelo falecimento da Professora Doutora Ana Isabel de Melo Azevedo Neto

Faleceu no passado dia 1 de maio, aos 57 anos, Ana Isabel de Melo Azevedo Neto, professora associada com agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores.

Natural da ilha do Pico, nasceu a 11 de setembro de 1963, nas Lajes do Pico. A

Professora Doutora Ana Neto licenciou-se em Biologia, em 1987, na Universidade de Lisboa; vindo a integrar, como Assistente, a Universidade dos Açores em 1991. Doutorou-se em Biologia, especialidade de Biologia Marinha, pela Universidade dos Açores, em 1997, com uma tese sobre as comunidades de algas na ilha de São Miguel. Em 2007, prestou Provas de Agregação e, em 2012, passou a Professora Associada com Agregação.

Com formação em botânica marinha e ecologia costeira, firmou a sua experiência em macroalgas marinhas e na ecologia de habitats costeiros, resultante do desenvolvimento de mais de 30 anos de investigação em ecossistemas litorais em ilhas. Com uma vasta experiência na coordenação, gestão e execução de projetos e eventos científicos nacionais e internacionais, consolidou diversas colaborações com trabalhos em temas como a ecologia costeira, biogeografia e conservação. A sua qualidade como investigadora foi ainda reconhecida através do seu papel como revisora de várias revistas científicas e como membro de painéis de revisão para projetos e bolsas de investigação, nacionais e internacionais, e também em avaliações de pares no âmbito da carreira académica.

Nos últimos anos, a Professora Doutora Ana Neto dedicou especial atenção à valorização da biodiversidade e dos recursos marinhos, à dinâmica, padrões e processos das comunidades costeiras e, também, às respostas a fatores adversos, como as alterações climáticas e a sobre-exploração. Deste notável percurso resultou a publicação de oito guias de divulgação, três capítulos em livros e cerca de 160 artigos em revistas especializadas na área da biologia marinha.

Enquanto investigadora, evidenciou-se, ainda, pela colaboração com a sociedade civil por meio de atividades de prestação de serviços, consultoria, conscientização e educação ambiental. A sua visão e capacidade de inovação distinguiram-na ao efetivar a transferência de conhecimento, colaborando em projetos científicos em contexto empresarial, nomeadamente com a ALGICEL, empresa especializada no cultivo de microalgas, e a AQUAZOR, empresa dedicada à aquacultura de

macroalgas e de peixes.

A par do seu percurso como investigadora, a Professora Doutora Ana Neto, deixa uma marca indubitável na docência em cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. Como docente será recordada pela sua habilidade pedagógica, revestida de um entusiasmo e paixão que cativaram alunos ao longo de anos para o estudo da Biologia Marinha. O seu entusiasmo e paixão por esta área científica continuarão vivos através de todos os que tiveram a honra de a ter como professora ou como colega.

Enquanto açoriana orgulhosa da sua terra e picarota apaixonada pela sua montanha, ao fixar-se na ilha de São Miguel manteve viva a sua ligação à ilha mãe, quer a ela regressando sempre que possível, quer como associada da Casa do Triângulo, participando e colaborando ativamente em variadíssimas atividades desta Associação. Destas, destaca-se o “Grupo da Chamarrita”, onde encontrava espaço para manifestar o seu gosto por “bailar”, contagiando todos com a alegria e força que tão bem a caracterizavam.

A Professora Doutora Ana Neto deixou um legado valioso para a nossa Região, tendo dignificado o nome dos Açores tanto a nível nacional como a nível internacional.

Com este voto homenageamos a Mulher, dona de uma energia ímpar, a Docente e Investigadora com visão e ambição para ir sempre mais além! Partiu prematuramente, perdem todos os que a conheceram, perde a academia açoriana, perdem os Açores.

Ao seu marido, José Azevedo, também docente da Universidade dos Açores, aos seus filhos, à sua família e amigos, demonstramos o nosso profundo pesar e consternação pelo falecimento da Professora Doutora Ana Neto.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de maio de 2021, a

aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da Professora Doutora Ana Neto. Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Direção da Casa do Triângulo e à Universidade dos Açores.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 19 de maio de 2021

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Sandra Faria e José Contente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos prosseguir com os nossos trabalhos, com as **declarações políticas**. É agora a vez do PSD fazer a sua declaração política. Rege esta matéria o artigo 74.º do nosso Regimento. Dou a palavra à Sra. Deputada Vânia Ferreira para essa declaração política.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região é uma das razões de ser da nossa Autonomia.

Não faria sentido que assim não o fosse, pois a dispersão geográfica do Arquipélago e a diferente distribuição da população pelas nove ilhas implicam um fortíssimo esforço de orientação e investimento.

Um dos objetivos do novo Governo Regional é afirmar a importância estratégica de cada uma das ilhas. Este Governo tem uma missão para os Açores, um compromisso com cada uma das ilhas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Queremos, por exemplo, afirmar a importância estratégica que o mar tem para a ilha do Faial, ou que a produção do queijo tem para a ilha de São Jorge. Na Terceira, afirmar a importância estratégica da ilha é otimizar as potencialidades do eixo Base das Lajes - Porto da Praia da Vitória e o seu contributo para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este Governo reconhece estas potencialidades, está convicto desta posição estratégica e vai fazer a diferença.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Para o Porto da Praia Vitória foi aprovada recentemente, no Orçamento da Região para 2021, uma verba para se iniciar o projeto do futuro cais de cruzeiros, uma obra há muito esperada pelos terceirenses.

Esta é uma infraestrutura muito importante que dará condições de resposta efetiva a este segmento turístico, colocando a Terceira e a Praia da Vitória nas rotas do turismo de cruzeiros mundial e aproveitando todo esse potencial.

Este Governo vai fazer a diferença no Porto da Praia da Vitória, ao contrário de outros que perderam mais de uma década a discutir a localização desta infraestrutura.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Já nas eleições regionais de 2008, o Partido Socialista assumia como compromisso a construção de um cais de cruzeiros. Passados seis anos, em 2014, o Governo do Partido Socialista deixou cair esta promessa eleitoral.

Em 2018, este Parlamento aprovou, com o voto favorável de todos os partidos, uma iniciativa do PSD que recomendava ao Governo Regional a construção de um cais de cruzeiros na baía da Praia da Vitória.

Mas a recomendação caiu em saco roto...

Deputado Miguel Costa (PS): Isso é mentira!

A Oradora: ... e até 2020, último ano de governação socialista nos Açores, nada foi feito.

O trabalho que os Governos do Partido Socialista têm para apresentar sobre o cais de cruzeiros no Porto da Praia da Vitória não passa de um mero conjunto de promessas.

Pelo contrário, o atual Governo trabalha para cumprir promessas. A inscrição, no Plano e Orçamento para 2021, de uma verba para o projeto é a prova disso.

Deputado Miguel Costa (PS): Já está feito!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É também este Governo que já está a fazer a diferença ao aprovar o novo regulamento de tarifas da Portos dos Açores, que permitiu uma substancial redução de preços na operação portuária na Praia da Vitória.

O Porto da Praia da Vitória tinha a operação portuária mais cara dos Açores, nomeadamente na tarifa de uso do porto e na tarifa de movimentação de cargas, que afetavam especialmente a descarga de cereais e rações.

Deputado Miguel Costa (PS): Que disparate!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Graças ao novo Governo, a operação portuária é agora mais barata, com a redução na ordem dos 30% dos valores da tarifa de movimentação de carga aos sábados, domingos e feriados.

Este Governo assegurou também uma redução média de 15% na taxa para o movimento de granéis sólidos, correspondendo a uma antiga aspiração dos agricultores da ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Enquanto o Governo baixa o preço da operação no Porto da Praia da Vitória, o Partido Socialista prefere discutir cargos em administrações, numa postura mesquinha que em nada contribui para o bem da ilha Terceira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Vice-Presidente não concorda muito!

A Oradora: Em vez de reconhecer os erros cometidos e apresentar propostas a favor do desenvolvimento da Terceira e dos Açores, o Partido Socialista só quer tentar lançar a confusão.

Discutir cargos e pessoas é próprio de quem sempre julgou que os administradores das empresas públicas são meros serviçais do partido do poder.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esse tempo acabou.

Acabou o tempo em que, por exemplo, uma gestora pública, com a cumplicidade ativa do Governo do Partido Socialista, mandava desviar um helicóptero de uma operação de evacuação de doentes só para beneficiar um familiar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é verdade! Bem lembrado!

A Oradora: Isso, Srs. Deputados do Partido Socialista, acabou.

Com este Governo, os gestores públicos estão ao serviço dos interesses dos Açores e dos açorianos.

Também aqui, na gestão das empresas públicas, o novo Governo vai fazer a diferença.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como bem afirmou o Sr. Presidente do Governo, na sua qualidade de candidato às eleições regionais de outubro de 2020, “a Terceira, sob o ponto de vista geoestratégico, acrescenta potencial político universal, não apenas europeu, mas mundial, aos Açores”. Continuando a citar o Sr. Presidente do Governo, “não se pode reduzir a questão da Base das Lajes a uma referência geoestratégica de interesse militar, porque a centralidade da Terceira e dos Açores deve ser integral”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sim, este Governo quer também fazer a diferença ao afirmar a importância estratégica do Aeroporto das Lajes na aviação civil, como bem tem sido demonstrado nas iniciativas desenvolvidas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É assim, objetivo desta governação promover e facilitar os investimentos das empresas que prestam serviços de assistência em escala no Aeroporto das Lajes, quer em instalações, quer em equipamentos, de forma que

aquelas possam aumentar a sua capacidade de resposta aos operadores, em condições de segurança.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Até 2024, o Governo pretende aumentar a capacidade do aeroporto em termos de salas e portas de embarque, balcões de check-in e escoamento de bagagem de porão.

Será também otimizado o cumprimento das normas e requisitos da Organização Internacional de Aviação Civil relativamente à informação meteorológica, com vista a desenvolver o processo de aquisição de uma Estação Meteorológica Automática para o Aeroporto das Lajes.

Também, no domínio das ligações aéreas, o Governo Regional dos Açores está a preparar, em conjunto com a Associação de Turismo dos Açores, o lançamento de ações de promoção turística da ilha Terceira nos mercados dos Estados Unidos da América e do Canadá.

O objetivo é reativar estes mercados emissores de turistas para a ilha Terceira já no inverno 2021-22.

Estas são medidas concretas de um Governo que está apostado em fazer a diferença no domínio dos transportes na ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Queremos servir a Terceira com verdade, acabando com a presunção de alguns socialistas de que a Terceira e os terceirenses são um mero troféu pessoal de dirigentes do Partido Socialista.

Este Governo está preparado para dar à Terceira uma governação que honre a história da ilha, com mais trabalho e menos propaganda.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Berto Messias, do Partido Socialista, faça favor.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao apelo convicto do Sr. Deputado Bruno Belo, aqui estou eu inscrito para participar no debate e, enfim, dizer e fazer algumas considerações sobre a declaração política da Sra. Deputada Vânia Ferreira, apesar de, como sabem, tendo em conta a figura regimental em que estamos, este Grupo Parlamentar ter cinco minutos para intervir, porque todas as matérias que foram aqui referidas, julgo que dariam para um longo debate neste Parlamento.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Olhe, ontem, a sua declaração política!

O Orador: Em primeiro lugar, saudar a Sra. Deputada Vânia Ferreira, que faz, hoje, aqui, uma declaração de candidatura à Câmara Municipal da Praia da Vitória ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor já sabe mais do que eu!

O Orador: ... e, portanto, assumindo, aqui, aquilo que já todos sabiam enquanto candidata do PSD e do CDS-PP à Câmara Municipal da Praia da Vitória. Saúdo democraticamente a sua candidatura. Não lhe posso desejar boa sorte, compreenderá isso, mas saúdo democraticamente a sua candidatura à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Quanto às matérias que foram referidas pela Sra. Deputada Vânia Ferreira, há um

conjunto de questões que a Sra. Deputada deixou de referir e não esclareceu. O trabalho que o Partido Socialista desenvolveu e que os Governos do Partido Socialista desenvolveram naquilo que se refere ao Porto da Praia da Vitória está à vista de todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde?

O Orador: Foi um trabalho permanente ao longo de vários anos, de valorização infraestrutural daquela infraestrutura portuária, de valorização em termos de equipamentos daquela infraestrutura portuária. E o trabalho que foi desenvolvido por todos está à vista de todos.

Nós temos indicadores muito claros do crescimento da operação no Porto da Praia da Vitória, que decorrem também do investimento e da perspetiva que o Governo Regional da altura teve no Porto da Praia da Vitória. E, independentemente das quezílias partidárias e da perspetiva partidária ou sectária que a Sra. Deputada Vânia Ferreira também quis, em parte, evidenciar daquela tribuna, isso é absolutamente inquestionável.

E é importante dizer o seguinte, porque a Sra. Deputada Vânia Ferreira tentou, enfim, justificar aquilo que, na nossa perspetiva, é injustificável, tentou vir responder àquilo que foram os acontecimentos políticos no que se refere à Portos dos Açores, em concreto do Porto da Praia da Vitória, daquela tribuna, mas é inquestionável: pela primeira vez na história, desde que existe a Portos dos Açores, S.A., não há um administrador em permanência no Porto da Praia da Vitória.

Deputado Nuno Barata (IL): Não faz falta nenhuma! Isso é um disparate!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode ser que assim se resolva!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está aí uma bela conversa, Sr. Deputado!

O Orador: E isso, para nós, é muito relevante, desde logo tendo em conta a dimensão da operação portuária no Porto da Praia da Vitória e o volume de trabalhadores e de equipamentos que lá existe e também tendo em conta os

dossiers que estão em curso e que são muito relevantes no que se refere ao Porto da Praia da Vitória e à ilha Terceira. Refiro-me ao trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito da instalação de procedimentos de apoio para energias alternativas no Porto da Praia da Vitória. Refiro-me aos estudos e ao trabalho que foi desenvolvido, de avaliação, e que ainda decorre, para a instalação de um cais de cruzeiros na baía da Praia da Vitória. Refiro-me ao investimento que está a decorrer no Porto das Pipas, em Angra do Heroísmo, também na ilha Terceira. Refiro-me também, um dossier de grande importância, como todos sabem, trabalhado pelo anterior Governo Regional em parceria com várias entidades da ilha Terceira, refiro-me à instalação do hub logístico no Porto da Praia da Vitória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No papel está tudo feito!

O Orador: Sobre esta matéria, a Sra. Deputada Vânia Ferreira esqueceu-se foi de esclarecer o seguinte, e eu aproveito para colocar essa questão ao Sr. Secretário dos Transportes, Mota Borges, porque a Sra. Deputada Vânia Ferreira tenta responder àquilo que foram as posições públicas do Partido Socialista, da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, relativamente a esta diminuição da importância do Porto da Praia da Vitória no contexto regional, mas esqueceu-se de explicar e continuamos sem saber em que pé é que está o trabalho que foi desenvolvido para a instalação do hub logístico na Praia da Vitória.

Eu recordo que, devido a um aturado trabalho da Portos dos Açores, em parceria com os parceiros deste projeto – a Câmara do Comércio, a AGESPI e outras entidades –, foi desenvolvido um aturado trabalho de base muito importante para que este processo avançasse. Foi desenvolvido o Plano Estratégico de Ordenamento do Porto. Foi desenvolvido o Plano de Segurança do Porto. Foi feito o Business Plan. Foi feito o Plano de Viabilidade Económica do Porto. Foi feito e concluído o estudo de impacte ambiental e emitida a Declaração de Impacte Ambiental.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

E foi também concluído o caderno de encargos para o lançamento do concurso para a concessão do Porto da Praia da Vitória.

Concluído todo este processo, foi entendimento dos parceiros que este processo deveria aguardar para, tendo em conta o contexto pandémico em que estávamos em julho de 2020, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, já não estão!

O Orador: ... deveria haver um compasso de espera relativamente a esta matéria. E, portanto, aquilo que me parece importante, porque este trabalho está pronto, está concluído, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não está nada!

O Orador: ... está pronto a lançar, é importante perceber da parte do Governo Regional em que pé está esta matéria, quando é que avançará este projeto, se o Sr. Secretário já teve a oportunidade de se debruçar sobre este assunto e de falar com os parceiros sobre este assunto, porque não temos dúvidas que esta medida é fundamental para podermos potenciar ainda mais o Porto da Praia da Vitória e continuarmos a percorrer o caminho de valorização daquela infraestrutura tão importante para a ilha Terceira, para o Grupo Central e para a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente, permita-me...

Uma coisa é muito clara: pela primeira vez na história da existência da Portos dos Açores, S.A. não há um administrador em permanência na ilha Terceira, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Para quê?

O Orador: ... com proximidade, a trabalhar e acompanhar estes importantíssimos dossiers para o futuro da ilha Terceira e dos Açores.

E com isso, naturalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não poderá concordar.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Miguel Costa (PS): Isso é um grande ataque à Terceira!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, a Sra. Deputada Alexandra Manes.
Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Vânia Ferreira trouxe aqui uma declaração política na qual referiu um dado interessante, que é: o cais de cruzeiros.

Eu relembro que, em setembro, reuni com o então administrador, presente, da Portos dos Açores, na ilha Terceira (coisa que a direita, mal chegou ao poder, tirou da Terceira), e o mesmo confirmou que a concretização desse cais de cruzeiros estava dependente unicamente da resposta do Governo Norte-americano.

E a minha questão que eu ponho aqui ao Governo Regional e também à Sra. Deputada Vânia Ferreira é se, por acaso, já tem o consentimento (que é disso que se trata, é o consentimento) por parte do Governo Norte-americano...

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

A Oradora: ... para que se possa construir um porto de cais de cruzeiros na ilha Terceira, na Praia da Vitória, que se situa nos Açores.

E a minha pergunta é esta: já têm o “yes” do Governo Norte-Americano para a construção do porto de cais de cruzeiros na Praia da Vitória, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Yes we can!

A Oradora: ... que se situa na Terceira, nos Açores, em Portugal?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho pena que, no decurso dessas intervenções políticas, tenhamos que resvalar para debates menos claros e que nada contribuem para a melhoria da vida dos açorianos.

O que é que muda a origem geográfica de um administrador de uma empresa pública? O bairrista sou eu? Eu é que sou o bairrista?

Aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de fazer foi dar razão àqueles que, nesta Câmara e fora desta Câmara, achavam que o Sr. Deputado Miguel Costa não era capaz de ser presidente da Portos dos Açores porque tinha nascido no Pico e não era do Faial.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

Deputado Miguel Costa (PS): Não tem nada a ver!

O Orador: Foi isso que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de fazer. Aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de fazer foi dar razão àqueles que eram contra a nomeação do Sr. Deputado Miguel Costa porque era do Pico e não era do Faial.

Deputado Berto Messias (PS): Não é nada disso!

O Orador: Temos pena! Temos pena!

E depois há aqui um outro equívoco, que é: parece que nesta Região se resolvem os problemas construindo infraestruturas e definindo no papel nomes de coisas. Insistir no disparate técnico de um hub logístico na Praia da Vitória é a mesma coisa que construir um estádio de futebol numa vila que não tem uma equipa de futebol! Isso não faz sentido nenhum! Primeiro, vamos buscar o mercado, vamos saber se ele existe, vamos conhecer o negócio e, depois, vamos decidir se é, ou não, válido fazer as infraestruturas. Insistir nisto é um erro! E é um erro de desperdício de recursos!

Já em relação ao cais de cruzeiros, não é a mesma coisa, porque o mercado existe, os navios querem ir à Terceira, mas não têm condições de atracar na Praia da Vitória. Aí, sim, convém fazer um investimento. Mas convém fazer um investimento com mais latitude, não é só construir a infraestrutura. É preciso investir também na formação de guias turísticos, na oferta turística, por forma a que possamos potenciar que o desembarque destes cruzeiristas traga um crescimento à economia da ilha Terceira. Isto, sim, era onde devíamos estar forçados neste momento, em desenvolver a oferta turística, em dar orientações políticas fortes ao empresariado para tomar a iniciativa, para podermos ter na retoma do setor condições de ter oferta que nos traga uma mais-valia económica, nomeadamente na criação de postos de trabalho, na diminuição do desemprego e no aumento da riqueza nas nossas ilhas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, esta declaração política vem revelar a falta de investimento em infraestruturas na ilha Terceira.

Durante longos anos, muitas foram as promessas que foram sendo refeitas ao sabor dos vários calendários eleitorais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Efetivamente, o cais de cruzeiros começou por ser uma promessa nas regionais, para depois voltar a ser uma promessa nas autárquicas, mas já, desta feita, em Angra, para depois voltar a ser outra promessa noutras eleições regionais. E foi sendo assim a gestão das várias promessas para os investimentos na ilha Terceira.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado Berto Messias veio falar que muito trabalho foi feito. Referiu a AGESPI. Pois, o trabalho foi tão profícuo que a AGESPI já foi extinta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Falou no facto de se ter perdido muito ao não ter um administrador residente na ilha Terceira. Pois, o que é feito do dossier do gás natural liquefeito? Onde é que ele está?

Deputada Andreia Costa (PS): Oh, pelo amor de Deus!

O Orador: Onde é que o Porto da Praia está na rota dos cruzeiros? Onde é que está?

(Aparte inaudível)

Ó Sr. Deputado Nuno Barata, não se preocupe com os autocarros, que há muitos lá na Terceira!

E, portanto, a segunda grua para o Porto da Praia da Vitória, promessa ao longo de muitos anos. Apareceu sim, Sr. Deputado Berto Messias. A segunda grua apareceu em vésperas do novo ato eleitoral. É verdade! É verdade, Sr. Deputado Berto Messias!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sempre tudo feito ao sabor do calendário eleitoral.

E, Sr. Deputado, o que é feito da certificação civil da pista da Base das Lajes para a operação civil?

Deputado Berto Messias (PS): Está feita! Aliás, agora tutelada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

O Orador: Olhe que não!

Deputado Berto Messias (PS): Ora aí está uma boa questão para colocar ao Sr. Vice-Presidente do Governo!

O Orador: Sr. Deputado, nós compreendemos a dificuldade em que o Sr. Deputado se encontra para argumentar, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Só se for a sua!

O Orador: ... mas o facto é que os terceirenses já fizeram a sua avaliação e nas últimas eleições regionais disseram de sua justiça. E, portanto, isso traduziu-se na perda de um deputado. É verdade.

E, portanto, Sr. Deputado, a ilha Terceira é mais uma das ilhas das eternas promessas.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Ó Sr. Deputado Francisco César, é verdade! O senhor sabe muito bem que para as outras ilhas terem alguma coisa é preciso muita luta. E as promessas arrastam-se e repetem-se anos a fio.

E, portanto, em boa hora o PSD trouxe aqui esta declaração política, que veio recentrar a necessidade dos investimentos nas outras ilhas, para termos um desenvolvimento harmonioso entre todas as ilhas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Todas?! Tem a certeza disso?

O Orador: Sim, Sr. Deputado, é esse o nosso propósito. Falaremos daqui a quatro anos.

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, não entrem em diálogo.

O Orador: Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para...

Deputado Berto Messias (PS): Para me inscrever, Sr. Presidente.

Presidente: O senhor não se pode inscrever.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Ao que as pessoas se sujeitam!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu inscrevo-me por si, Sr. Deputado Berto Messias. Sou sempre solidário com V. Exa.

Deputado Berto Messias (PS): É recíproco.

O Orador: Bem, olhe, eu começo exatamente por aquela que foi a sua intervenção referenciando a candidatura da Sra. Deputada Vânia Ferreira. E devo-lhe dizer que, se for esse o caso, a Sra. Deputada Vânia Ferreira apresentou aqui um conjunto estruturado de medidas importantes para o desenvolvimento da Praia da Vitória e também da Terceira.

O que é importante, e eu sei que o Sr. Deputado Berto Messias está habituado a isso, que é a anunciar muita coisa e a fazer muito pouca coisa, a verdade é que a intervenção da Sra. Deputada Vânia Ferreira foi: não, não! Eu faço e concretizo! Eu concretizo! Demora, mas acontece.

Mas o que quero dizer é que esta intervenção mostra bem que há uma visão

estratégica e que há um compromisso de execução, não de anúncio, porque isso os açorianos já mostraram nas últimas eleições que não apoiam esse tipo de governação, a governação do anúncio. Apoiam a governação da execução. E é isso que nós estamos a fazer...

Deputado Berto Messias (PS): Nós?! Nós quem?

O Orador: ... e é isso que a Sra. Deputada Vânia Ferreira aqui apresentou de uma forma bastante estruturada. E, por isso, eu quero-lhe dar os meus parabéns pela sua intervenção e pelo conjunto de compromissos que assumiu e que o PPM também assume integralmente ao seu lado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Apenas uma intervenção muito rápida e em resposta a uma das questões que o Sr. Deputado Berto Messias colocou e relacionada com o hub logístico da Praia da Vitória.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Agora ouça!

O Orador: De facto, nós tivemos conhecimento, já nos primeiros meses desta legislatura, da existência desse trabalho e desse estudo. E tivemos também conhecimento de que ele ficou pronto antes das eleições, significativamente antes

das eleições.

A uma das questões que colocamos para saber porque é que ele não tinha sido colocado, digamos, no terreno, a resposta que obtivemos foi que, de facto, a conjuntura não era apropriada devido, digamos, ao momento Covid ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ouça!

O Orador: ... e que, portanto, a perspectiva de ficar o concurso deserto era enorme e, portanto, poria em causa, digamos, o estudo.

Ora, a verdade é que as circunstâncias não estão significativamente alteradas e, portanto, esse assunto não é, digamos, uma prioridade imediata da nossa parte...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... devido ao facto de, enfim, a questão Covid manter-se ainda, digamos, no horizonte.

A segunda questão, também muito simples, para dizer que, de facto, a Portos dos Açores, neste momento, é a Portos dos Açores, já não são as três Juntas Autónomas que existiam antes.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não há necessidade de fazer uma divisão dos membros da administração como se fazia antigamente.

Era apenas isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, dou a palavra à Sra. Deputada Vânia Ferreira para encerrar esta declaração política.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): A Junta Autónoma é do tempo da Mocidade Portuguesa. Pergunte ao Sr. Dr. Ricardo Barros, que ele sabe responder!

Deputado Francisco César (*PS*): Como é que justifica o Porto da Praia não merecer oportunidade?

Deputado Carlos Silva (*PS*): O Marcos Couto não concorda com isso!

(*) **Deputada Vânia Ferreira** (*PSD*): Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos permitir que a Sra. Deputada Vânia Ferreira encerre esta declaração política! Sr. Deputado Miguel Costa!...

Muito obrigado.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: Eu peço a sensibilidade desta Assembleia só para fazer o agradecimento ao Deputado Berto Messias por ter feito a apresentação da minha candidatura.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E também dizer-lhe que referiu que é a primeira vez que não há um administrador na Portos dos Açores sendo ele da Terceira, mas também não disse que era a primeira vez que, por exemplo, os preços da Portos dos Açores são os mais baixos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: O Governo trabalhou para isso e efetivou isso!

Deputado Miguel Costa (*PS*): Foi o anterior Governo que o fez!

A Oradora: Em relação ao cais de cruzeiros, a prova de que há intenção de o fazer está no Plano e Orçamento. Foi inscrita uma verba para...

(Diálogo entre alguns Deputados)

Presidente: Sra. Deputada, faça favor.

A Oradora: Como eu estava a dizer, em relação ao cais de cruzeiros, está uma verba inscrita para iniciar um novo estudo. Portanto, há promessa, há intenção e vai-se fazer cumprir!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É para cumprir a promessa feita! Não é para ficar mais anos a dizer que vão cumprir e não cumprir! Esta é para cumprir!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Além desses compromissos, portanto, o Governo tem uma missão...

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas já vieram dizer isso? O Governo que estude melhor os dossiers!

A Oradora: ... e um compromisso para cada uma das ilhas, não é só com a Terceira, não é só com a Praia da Vitória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É uma preocupação permanente deste Governo desenvolver de forma harmónica todas as ilhas. Todas têm de ser tratadas por igual.

A alteração do modelo de desenvolvimento económico e social dos Açores era

imperiosa, um desenvolvimento assente na preocupação de transformar os açorianos nos principais beneficiários deste desenvolvimento.

Desta forma, atrevo-me a dizer que os Açores percorreram um longo e perigoso caminho. E porque foram sendo cada vez mais notórias e assumidas as diferenças de tratamento entre as ilhas, as últimas eleições regionais resultaram numa reconfiguração do espaço político açoriano e determinaram a vontade de alteração do paradigma da governação dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este Governo reconhece as nossas potencialidades e está convicto desta posição e vai fazer a diferença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Queremos servir a Terceira, queremos servir os Açores, mas com verdade.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está encerrada esta declaração política.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para...

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação. Faça favor.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de solicitar a V. Exa., Sr. Presidente, que possa solicitar junto dos

serviços a extração, o mais rápido quanto possível, do Diário das Sessões, desde debate, porque aquilo que foi agora referido pela Sra. Deputada Vânia Ferreira não foi o que eu disse. A minha questão não é o administrador ser da Terceira, é o administrador estar na Terceira, o que são coisas bem diferentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode estar online!

Deputado Nuno Barata (IL): Eu registo que os senhores não aprenderam nada com a transição digital! Zero!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação e assim será feito.

Deputado Berto Messias (PS): Tenho muito muito gosto em discutir consigo, Sr. Deputado Barata, essa matéria!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, podemos prosseguir os nossos trabalhos?

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a declaração política do CDS-PP. Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O CDS afirmou, em todos os momentos da nossa história, o seu patriotismo, o seu humanismo e o personalismo cristão.

O nosso lugar é, desde as primeiras eleições da nossa autonomia, à direita desta Assembleia.

A nossa assinatura política tem a responsabilidade dos princípios da nossa fundação e do caminho que fizemos, ao longo da nossa história, ao serviço de todos os açorianos, da nossa Região e de Portugal.

É este o nosso caminho. É essa a nossa identidade.

Foi o que reafirmamos reunidos no X Congresso Regional do Partido.

O nosso primado é o personalismo cristão. Acreditamos na pessoa como princípio e fim de toda a ação política.

Temos valores e princípios na nossa ação política. O que fazemos é resultado da vontade de muitas açorianas e muitos açorianos que, no exercício da sua cidadania, participam ativamente na construção de uma sociedade mais solidária e mais justa.

São esses os denominadores comuns de todos aqueles que se juntam a nós.

O fundamento das nossas políticas é o nosso olhar sobre a realidade. Um olhar sobre o que fizemos, como estamos e do que precisamos fazer para que a nossa autonomia, a nossa Região, se construa de acordo com o que está certo, o que tem que ser feito e do que é mais justo.

Queremos que os açorianos deixem de ter o mais baixo poder de compra nacional e deixem de viver no aperto da espera por mais um ordenado que se esgota no pagamento dos encargos mais essenciais.

Não baixaremos os braços enquanto houver açorianos em risco de pobreza e lutaremos empenhadamente até que possam ter condições para uma vida melhor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pretendemos mais alternativas para a nossa juventude e medidas para a sua fixação que afastem a descrença no futuro que determina hoje a razão de muitas despedidas rumo ao continente ou à emigração.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No CDS entendemos que não se pode esperar mais por efetivas políticas de apoio à fixação dos nossos jovens, que merecem apoio na sua formação escolar e profissional, na aquisição e na construção das suas casas, no seu investimento, no seu negócio e em efetivas medidas de apoio social, como a creche gratuita para todas as famílias.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na saúde, para o CDS, é imperativo que o direito à saúde seja uma efetiva realidade, através de um Serviço Regional de Saúde que seja capaz de conseguir prestar assistência médica atempada para todos os açorianos.

Para os nossos idosos, o CDS é o porto seguro dos valores dos açorianos. Temos de ser capazes de cuidar e saber cuidar dos nossos mais velhos, através de uma eficaz rede de proteção e cuidados, através de medidas que garantam o apoio no acesso à farmácia, através de soluções que tornem possível a domiciliação dos cuidados em alternativa à institucionalização.

Queremos uma educação baseada em igualdade no acesso, mas que, no percurso e no curriculum, promova o mérito e reconheça a excelência.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Somos também o partido do contribuinte quando defendemos e fiscalizamos a eficiência dos nossos recursos públicos e procuramos soluções de otimização de meios e recursos.

Somos o partido do ambiente e desenvolvimento sustentável que nunca baixou os braços perante a descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira e que, desde 2010, propõe medidas de mitigação das alterações climáticas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Temos uma matriz: a democracia-cristã. Temos, por isso, um ideal de justiça social que nos une. Os açorianos sabem que podem contar connosco.

É esta a nossa história e é esta a nossa vontade.

Temos orgulho de onde viemos e uma vontade determinada de seguirmos em frente.

Qualquer que seja o caminho a percorrer, há uma coisa que todos lá fora podem ter a certeza: o caminho do CDS Açores é servir os açorianos, os Açores e Portugal.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No CDS não subordinamos a política ao mercado.

A nossa política não é panfletária e radical.

A nossa declaração política não é efémera.

A nossa mensagem não se funda nas redes sociais.

Temos princípios e valores na nossa ação política.

Estamos empenhados em construir um novo ciclo político de progresso e desenvolvimento que projete a nossa autonomia, contribua para a qualidade de vida de todos os açorianos, desenvolva harmoniosamente as nossas ilhas e afirme a nossa cultura e as nossas tradições.

Estamos, com convicção, com o XIII Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que o CDS acaba de fazer neste Parlamento revela, uma vez mais, que tem sido estruturante e com contributos valorosos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

E, por isso, o Grupo Parlamentar do PSD quer, numa primeira linha, cumprimentar o CDS e felicitar o seu líder, o Dr. Artur Lima, reeleito neste mesmo Congresso, e desejar-lhe as melhores felicidades para os seus contributos, não só como líder do CDS, mas também como Vice-Presidente do Governo Regional, para o desenvolvimento dos Açores e dos açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Obrigado.

O Orador: E dizer, também, perante esta Câmara, que os motivos que constam

da declaração política do CDS são aqueles que o PSD também se identifica. E, por isso, são essenciais as matérias que nos unem, é essencial o projeto político que nos une, para o desenvolvimento dos Açores.

Fazendo isso no que diz respeito aos princípios programáticos que norteiam a ação política do CDS, estamos convictos que há aqui um reforço da coligação governativa no caminhar de um objetivo comum: a melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Bom, não havendo...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, felicitar o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional pela sua recente eleição como Presidente do CDS-PP Açores. Quero felicitá-lo e, na sua figura, também felicitar os restantes membros eleitos dos novos órgãos do CDS-PP.

Devo dizer também que foi com muita honra que estive ao seu lado no encerramento do Congresso.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito obrigado!

O Orador: Como sabe, estou sempre ao seu lado do ponto de vista político para

combater a favor dos Açores e dos ideais que nos juntam, não só a nós, mas também ao PSD.

E devo-lhe dizer que também é uma grande honra estar conjuntamente neste projeto político. O PPM tem esta honra. Em 1979, com a liderança de Sá Carneiro, formamos a primeira AD, em que esteve o PSD, o CDS e o PPM no Governo. E é com muita honra que temos agora nos Açores a reedição da AD e que estamos novamente os três partidos políticos à frente de um Governo no território nacional, neste caso na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero também dizer e dar-lhe aqui um testemunho sincero: neste momento, o CDS-PP vive momentos muito difíceis. A resistência do CDS-PP, nos Açores, o facto de ser uma força de Governo, o facto de neste momento ter conseguido superar as divisões que existiam e ter existido esse toque a reunir liderado por V. Exa., Sr. Vice-Presidente, foi muito importante.

A democracia cristã é fundamental. É fundamental nos Açores. É fundamental em Portugal. É fundamental na Europa. E é fundamental no Mundo. Um dos grandes dramas da evolução política na Europa tem sido o enfraquecimento da democracia cristã e tudo o que ela significa do ponto de vista dos valores humanistas e da defesa dos valores humanistas na Europa. Por isso, a resistência do CDS-PP e a vitalidade do CDS-PP nos Açores. Da parte do PPM, nós o que queremos fazer é felicitar V. Exas. por essa atitude de resistência da democracia cristã nos Açores e pelo papel tão importante que ela tem vindo a desempenhar do ponto de vista social.

Falaram-se, agora, de muitos temas. Ainda ontem, tivemos oportunidade de aprovar um projeto relacionado com o enfermeiro de família, que é mais uma medida social muito importante. E são muitas. Todos os açorianos conhecem, a nível social, o projeto político que tem sido liderado pelo CDS-PP e que tem introduzido melhorias do ponto de vista social muito importantes.

Por isso, quero endereçar-vos os parabéns pelo Congresso e pelo vosso empenho no Governo dos Açores, que foi evidente através da análise da moção de estratégia. Há um empenho muito grande na solidariedade que é preciso ter para levar este barco para a frente, que é: o Governo dos Açores em prol dos Açores, em prol de todos os açorianos.

Muitos parabéns.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para, no âmbito desta declaração política, fazer, formalmente, nesta Assembleia, aquilo que tive já o gosto de, pessoalmente, fazer ao Sr. Vice-Presidente do Governo, na sua qualidade de líder do CDS-PP Açores: transmitir-lhe as felicitações pela realização do Congresso, pela sua eleição como líder partidário e, no fundo, transmitir também os votos de que, dentro daquilo que é o trabalho de um dos partidos que está representado nesta Casa, possa, naturalmente, sempre, interpretar, dentro do seu quadro de valores, aquele que é o serviço à nossa autonomia e o serviço à nossa Região.

E faço-o, também, porque me parece importante que esta Assembleia, e, por seu intermédio, a nossa autonomia, transmita uma mensagem clara quanto àquela que é a maturidade democrática na nossa Região, o respeito institucional que, mesmo sem ser entre órgãos de governo próprio, pode e deve existir entre partidos

políticos. Esse aspeto parece-me importante. E julgo que tenho procurado, pelo menos, contribuir para que essa mensagem passe de forma clara dentro e fora da nossa Região.

O combate político, e o CDS-PP é, naturalmente, como os outros partidos que aqui estão nesta Casa, um adversário político do Partido Socialista, mas isso não nos deve impedir nem deve inviabilizar que, pese embora as nossas diferenças, pese embora as diferenças dos valores que nos norteiam, daquilo que nós entendemos que deve ser o futuro da nossa Região, possamos, no fundo, manter um relacionamento institucional, no plano partidário (naturalmente que é a esse que me refiro neste contexto da declaração política), que privilegie, sempre, o respeito pessoal e institucional, a coragem de divergir, sem isso pôr em causa, no fundo, o reconhecimento de que todos almejamos um objetivo em benefício dos Açores e dos açorianos.

E esta mensagem, sobretudo no quadro político que resultou das últimas eleições legislativas regionais, é também uma mensagem política importante, dentro e fora dos Açores. A nossa autonomia, naquele que é o funcionamento, por vezes, naturalmente, mais desafiante, como é o caso, dos seus órgãos de governo próprio, por intermédio dos partidos políticos, deve procurar ser um sinónimo de maturidade, ser um sinónimo de construção, mesmo com as diferenças que nos separam, deve ser, no fundo, um sinónimo de que aqui nos Açores nós sabemos muito bem tomar conta dos nossos destinos e fazê-lo de uma forma que prestigia e dignifica a autonomia açoriana e os Açores, os destinos dos Açores, essa luta pelos destinos dos Açores.

Não é, esta declaração que acabo de fazer, uma que esbata, diminua ou atenua as diferenças que nos separam, mas é, sobretudo, uma declaração que pretende reconhecer que, acima dessas diferenças, há algo que nos deve unir. E esse algo é os Açores e os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do Vice-Presidente do Governo Regional, do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, do Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, do Deputado Paulo Estêvão e da Deputada Catarina Cabeceiras)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria também, em nome do Chega, felicitar o Sr. Vice-Presidente, desta vez na condição de líder do CDS Açores, pela realização do Congresso Regional e também por aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido do CDS no nosso arquipélago.

O que é certo é que o CDS tem, ao longo dos tempos, marcado a sua posição no arquipélago. Prova provada disso mesmo foram os resultados eleitorais conquistados em outubro passado, que mostraram que o CDS está bem e recomenda-se. Prova disso mesmo foi a realização do Congresso Regional, onde a unidade que conseguiram e a mensagem que transmitiram foi importante. Como tem sido importante também a unidade que se conseguiu à direita com a coligação de Governo, mas também com o relacionamento que tem existido entre o CDS e os partidos que, nesta Assembleia, nesta Casa, apoiam este Governo. Mostra que, embora com ideologias relativamente diferentes, é certo, reconhecemos as nossas diferenças, mas reconhecemos também aquele que é o bem maior, que é trabalharmos todos em prol deste povo, desta terra, valorizando esta terra.

A política é feita disso mesmo, as pessoas têm direito a serem diferentes na linha de pensamento, mas têm a obrigação moral de, dentro das suas diferenças,

contribuírem para esse bem maior.

Esperemos que, no futuro, e tenho a certeza que assim acontecerá, o relacionamento, nesta Casa, nos partidos que compõem o Governo, nos partidos que não compõem o Governo mas que apoiam o Governo, mas também os outros que não têm qualquer compromisso com este Governo, que todos estejamos aqui embebidos do mesmo espírito e que venhamos a contribuir para que, em tempo próximo, a nossa Região seja mais rica. E quando digo mais rica, é porque reconheço que uma terra só rica quando consegue proporcionar condições de vida boas aos seus cidadãos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Não é por termos uma estrutura governativa grande, como já aconteceu em outras partes do nosso mundo, onde a máquina administrativa, onde o Governo e onde o poder é grande, mas o povo é pobre. Não é assim que se reconhece a riqueza de um país. O país reconhece-se por aquilo que consegue proporcionar aos seus cidadãos.

Eu julgo que o CDS, através, também, da sua participação nesta Casa, durante os anos em que aqui esteve representado, como o Dr. Artur Lima não poucas vezes refere o trabalho que foi desenvolvido durante a presença do CDS nesta Casa, mostra efetivamente àquilo que vieram e aquilo que pensam sobre a nossa Região. Muito obrigado. Contem connosco.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, apenas para, naturalmente, saudar a realização do Congresso do CDS, felicitar os órgãos eleitos e o seu Presidente, que, naturalmente, aqui está na qualidade de Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores. Saudar a

realização do Congresso e dizer que estes momentos de debate e democracia política interna dos partidos são, naturalmente, fundamentais para que cada um, dentro daquele que é o seu quadro de atuação, o seu quadro ideológico, também encontre os caminhos que entende serem os melhores para os interesses que defendem e o caminho que defendem para os Açores. É esse o objetivo da existência de partidos. Isso é fundamental em democracia, independentemente das diferenças que possam existir, porque elas fazem parte e são fundamentais que existam, que continuem a existir em democracia, havendo sempre o natural respeito por essas diferenças de opinião, de visões e de caminhos para a Região e para o País no seu todo.

Uma última palavra dizendo que, naturalmente, saudamos a declaração política, não fazendo considerações sobre o seu teor, mas apenas sobre a realização do Congresso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, Sr. Deputado Rui Martins, para encerrar a declaração política, tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradeço, em nome do CDS, obviamente, todas as palavras que nos foram dirigidas a propósito da realização do nosso X Congresso.

E, para terminar esta declaração política, gostaria apenas de dizer que, efetivamente, o CDS é um partido histórico e com propositura, é um partido que é fiel aos seus princípios e não muda a sua ação política consoante a responsabilidade que possa ter. Defendemos, no Governo, aquilo que na oposição já considerávamos importante e pertinente e que defendíamos como direitos dos açorianos.

No passado e no presente, efetivamente, nunca colocamos os interesses político-

partidários à frente dos interesses dos Açores e dos açorianos. Foi isso que, ainda ontem, provamos com o diploma que institui o enfermeiro de família. É o que defendemos com projetos como o “Novos Idosos” ou as creches gratuitas.

É com essa responsabilidade e com esse trabalho que os Açores e os açorianos podem contar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia e cinco.

Eram 11 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Carlos Freitas)

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Vamos avançar para a próxima declaração política. Cabe ao Chega fazê-la. E tem, para o

efeito, a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No dia de ontem, por ocasião da discussão e aprovação do primeiro ponto da agenda de trabalhos, veio ao de cima algo que normalmente afasta os açorianos de Lisboa. O que é certo é que os centralismos que deixou transparecer com a necessidade de reapreciação do Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Partido Socialista, mostrou que, efetivamente, há uma autonomia moderada daquilo que são, no fundo, os nossos objetivos. E se trouxe ao de cima, como eu disse, centralismos, são centralismos que nos são desagradáveis.

E devo, em apreciação desses elementos, fazer aquilo que me é de obrigação: um exame de consciência. Estaremos todos nós, enquanto açorianos, em condições de exigirmos perante a República algo que, no meu entender, também não cumprimos integralmente? E passo a explicar: quando temos uma empresa de eletricidade açoriana que, ao abrigo de um programa de convergência de tarifários, recebe todos os anos da República dezenas de milhões de euros para proporcionar um tarifário mais adequado aos açorianos, depois, no final do ano, supostamente apresenta lucros e esses lucros depois são divididos pelos acionistas, acionista Governo e acionista privado. Ou seja, no fundo, estamos aqui a receber dinheiro da República para, de uma outra forma, injetar dinheiro na nossa economia e em privados. Obviamente que essa imagem, lá fora, para lá da nossa esfera geográfica Açores, não é bem vista.

Como também não é bem visto, por exemplo, o rendimento social de inserção, que todos nós não gostamos do título, ser a região do país onde o rendimento social de inserção tem mais expressão, mas, depois, lá está, também é uma forma de financiar também a nossa Região, porque, como todos sabemos e não vamos esconder essa realidade, o que é certo é que quanto mais rendimento social de inserção existir nos Açores mais dinheiro entra na nossa economia. Portanto, o

rendimento social de inserção, dito de forma assim mais taxativa, também tem sido uma forma de financiar a Região. É certo.

Como também existe um outro elemento, que também todos nós nos lembramos, que é ao abrigo daquilo que são as obrigações de serviço público de transportes, em que a República subsidia os transportes aéreos dos Açores para o Continente. A medida é muito interessante, todos nós concordamos, isso nem é para discutir, como eu costumo dizer, mas o que é certo é que há aqui uma forma também encapotada de financiar a nossa companhia aérea regional, que, vendo aqui uma janela de oportunidade de se financiar, começou a vender bilhetes de ida e volta para o Continente acima de 500 euros.

Ora bem, isto, no meu entender, não é uma nota positiva para o povo açoriano. O povo açoriano não foi reconhecido durante séculos como um povo que vivia desse tipo de expedientes.

Eu acho que a nossa responsabilização, não só enquanto políticos, mas enquanto cidadãos, deve também atender a esse princípio. É tempo de também percebermos, lá fora percebem, que estamos a viver de expedientes. E isso tira-nos moralidade, que é coisa que eu não gosto que me tirem.

Por isso, eu acho que é bom pensarmos seriamente na forma como usamos esses recursos de financiamento regionais, sob pena de não sermos acusados, para lá da nossa esfera geográfica, de cidadãos que vivem apoiados por janelas de oportunidade de financiar a sua economia.

E lembro-me também de outras situações, já não de caráter administrativo ou público, mas até de caráter pessoal. Estou-me a lembrar que, por exemplo, no ano passado, durante o início da pandemia, vi com muito espanto que havia nas redes sociais pessoas que defendiam que os nossos alunos da Região que estavam a estudar no Continente não deveriam voltar à sua terra para se tratarem por eventualmente terem contraído o vírus SARS-Cov-2, porque o problema deles tinha que ser resolvido no Continente. Fiquei espantado na altura quando eu vi

isso. Porque os nossos filhos têm que ser tratados por outros? Não, não! Os nossos filhos têm que ser tratados na sua terra! Eu acho que é assim que as coisas têm que funcionar. Eles são filhos desta terra, nós temos a obrigação de resolver os problemas dos nossos filhos, não imputar essas responsabilidades a outros.

E estou-me a lembrar também de outras conversas que, na altura, vieram ao de cima na nossa Região, de alguns cidadãos que, de um momento para o outro, já dispensam o turismo. Não, não queremos cá ninguém! Queremos portas fechadas! Temos o direito de estar fechados! Temos, temos o direito de estar fechados. O que não temos é o direito de depois pedirmos encarecidamente que nos sustentem só porque não queremos ter o trabalho e correr os riscos de receber alguém que vem cá ajudar a nossa economia.

Portanto, centrava exatamente a minha intervenção nisto. Temos que nos repensar, porque a autonomia é um direito que se conquista, mas também é uma responsabilidade. E nessa responsabilidade, fazendo a minha mea-culpa, eu acho que é tempo de começarmos a agir em conformidade com aquilo que são as nossas obrigações, respeitar e fazer-nos respeitar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para participação neste debate relativo a esta declaração política. Sr. Deputado João Bruto da Costa, do PSD, tem a palavra. Faz favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria, antes de mais, no âmbito da intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado, do Chega, felicitar o Chega pela sua Convenção Regional e pela sua eleição, Sr. Deputado, como responsável e líder do Chega nos Açores. E desejar, naturalmente, bom trabalho ao Chega enquanto partido da nossa democracia e do

nosso Parlamento. E, naturalmente, que o vosso trabalho e que a vossa participação no debate democrático seja favorável aos açorianos no seu desenvolvimento e no caminho da democracia que queremos sempre percorrer nos Açores.

A sua intervenção, a sua declaração política, Sr. Deputado Carlos Furtado, alerta-nos para vários fatores, mas assinala aqui como referência esta necessidade que nós temos, sempre, de combater o centralismo, que, muitas vezes, ignora as realidades insulares e as confunde, também, às vezes, por atitudes que possam ser mal interpretadas de acordo com aquilo que são as melhores intenções de boa governança nos Açores.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa boa governança é essencial, também, para combater o centralismo e para que aquelas que são medidas essenciais e suficientemente consagradas e imprescindíveis para os açorianos e que têm que ver com a solidariedade que a República tem que ter para com as regiões insulares e para com as regiões autónomas, essa solidariedade, também, exige da nossa parte boa governança. E essa boa governança é essencial para rebater os mais recônditos centralistas, que, em Lisboa, acham que a solidariedade nacional não é suficientemente aproveitada nos Açores ou é deficientemente usada nos Açores. Essa não é uma verdade e temos sempre que combater esses fatores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E esse financiamento de que o senhor falou, que pode ser visto de uma perspetiva negativa por alguns centralistas, ele não é mais do que um dever

nacional de solidariedade para com a Região Autónoma dos Açores, tendo em conta as circunstâncias que nós temos nos Açores, enfim, de governar nove ilhas com realidades tão diferentes e com dificuldades tão grandes, de darmos a Portugal essa dimensão atlântica, de sermos a região que mais contribui para a dimensão atlântica e para o engrandecimento do país.

E essa circunstância também não pode nunca ser ignorada por aqueles que acham que continuamos a ser de alguma forma as ilhas adjacentes. É bom que, ao fim destes 47 anos de democracia, ao fim destas quatro décadas de regiões autónomas e de autonomia regional, percebam que os Açores dão uma real dimensão a Portugal e são, talvez, um dos maiores contribuintes para que Portugal tenha posições mais favorecidas no contexto europeu e no contexto geoestratégico, quer económico, quer político, a nível da afirmação da Europa no Mundo.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, portanto, são os Açores que, por essa via, engrandecem Portugal. E a solidariedade que visa combater as desigualdades com que nós, muitas vezes, somos confrontados não é mais do que um dever. Até mais, para além de um direito dos açorianos, é um dever da República Portuguesa. E que nós temos que corresponder com a boa governança. E estamos certos de que este Governo assim fará para justificar aquilo que é um direito dos açorianos e um dever de Portugal continuar a assegurar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Bom, Sr. Deputado Carlos Furtado, para encerrar esta declaração política, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradecendo as felicitações do Sr. Deputado João Bruto da Costa relativamente à minha reeleição como Presidente do Chega/Açores, aproveito também para comentar, no fundo, aquilo que foi o seu comentário relativamente à minha intervenção. E devo-lhe dizer que o melhor que retive da sua intervenção, permitame a crítica, foi as duas palavrinhas: boa governança. Essa dita boa governança é que é fundamental para credibilizar a nossa Região. Não tenho dúvidas nenhuma, porque a nossa posição geoestratégica é determinante para o todo nacional. Isso nenhum de nós tem dúvidas.

Agora, se, eventualmente, esses dossiers não têm sido bem negociados com a República, aí poderemos estar a falar de outras coisas. Vamos renegociar a nossa expressão enquanto território nacional e vamos falar disso abertamente.

Agora, e reiterando aquilo que disse naquela tribuna, o que não poderá ser é, não se conseguindo negociar essa nossa importância no contexto nacional, usarmos outras ferramentas para chegarmos àquilo que precisamos, que é financiar a nossa Região. Isso é que eu acho que é desagradável e a maioria dos contribuintes nacionais não percebem isso.

Mas fácil perceberiam, com certeza, que a nossa importância geoestratégica, que a nossa insularidade, que as nossas debilidades, tudo isso é negociável e é objeto de uma negociação que nos possa ser favorável.

Agora, como eu dizia há pouco, quando uma passagem aérea, vendida pela SATA, Ponta Delgada/Lisboa e Lisboa/Ponta Delgada custa mais de 500 euros (chegaram a falar em relatos de mais de 700 euros), isso não é negociação coisa nenhuma, isso é um oportunismo. E é um oportunismo porque, de alguma forma, estamos a pagar duas vezes o mesmo serviço. Estamos a pagar uma empresa de transportes

aéreos que não se aguenta sozinha em pé, dito assim de forma mais ligeira, e depois estamos a pagar do ponto de vista moral o facto de termos uma situação dessas.

E estamos ainda a fazer uma coisa que é altamente desagradável e punitiva para quem tem menos recursos, que é ter que arranjar os ditos 600 ou 700 euros para pagar uma deslocação daqui para o Continente, para depois e só depois ser ressarcido desse valor. Portanto, isso cria aqui uma desigualdade entre a sociedade, que não pode ser vista de forma leve.

E é, no fundo, o alerta que eu deixei para esse tipo de situações, que é: a unidade da nossa Região depende da capacidade que nós temos de, no todo nacional, mostrarmos o quanto valemos e o quanto o país precisa da região dos Açores. E não ficarmos aqui a usar essas ferramentas ao nosso dispor para subsidiarmos a nossa economia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política. Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Atendendo à nossa hora, vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas, com a agenda.

E eu pedia aos Líderes e à Sra. Secretária Regional que se abeirassem aqui da Mesa para uma breve reunião da Conferência de Líderes.

Eram 12 horas e 27 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

(Após o intervalo, o Sr. Deputado Marco Costa reocupou o seu lugar na Mesa)

Sras. e Srs. Deputados, ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal requereu a Apresentação em Plenário do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII – “Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores”**.

E, portanto, ao abrigo desse artigo, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para a apresentação deste diploma. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que hoje apresentamos prende-se com a segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores.

O Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2015/A, de 16 de abril, visou criar o novo regime de exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, o Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2012/A, de 22 de maio, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2013/A, de 1 de agosto, veio regulamentar determinados aspetos consagrados no referido regime de licenciamento.

Importa salientar que o tecido empresarial industrial da nossa Região se caracteriza, maioritariamente, por micro e pequenas empresas, muitas delas de

cariz familiar, e que importa, sobretudo, aliviar os custos inerentes ao investimento e consequente criação de postos de trabalho, nomeadamente no que respeita à aplicação de taxas de licenciamento.

Também não podemos ignorar os aspetos da insularidade e os seus constrangimentos.

Decorreram, entretanto, nove anos desta última revisão legislativa. E foi um conjunto de circunstâncias o que nos moveu para esta revisão do quadro legislativo que regula o exercício da atividade industrial.

Estas alterações agora apresentadas, que se encontravam plasmadas no programa eleitoral da Iniciativa Liberal, sufragado em 25 de outubro passado, vêm ao encontro de um conjunto de medidas de desburocratização, agilização de processos, desmaterialização de procedimentos, simplificação, bem como de promoção e revitalização da economia, por isso se tornam tão relevantes nesta fase dramática da economia açoriana.

Este conjunto de fatores requereu, portanto, uma nova regulamentação da atividade industrial, no sentido de contemplar as exigências de um setor industrial que se quer renovado, competitivo, mas também disciplinado e socialmente sustentável.

O presente contexto regional e nacional, quer em termos socioeconómicos, evolução tecnológica, mas também no que respeita às próprias exigências do setor, impuseram a necessidade de introdução de relevantes alterações, que se traduzirá num ganho de competitividade do próprio setor.

Por outro lado, com esta reforma, procura-se, igualmente, em articulação com as autarquias locais, privilegiar a instalação de estabelecimentos industriais que possam potenciar a proximidade das localidades.

Todo o processo de licenciamento será conduzido pela Direção Regional com competências em matéria de indústria. Importa aqui relevar o contributo dos técnicos dessa Direção Regional para a elaboração desta alteração. Na verdade,

essa Direção Regional mantém-se como interlocutor único junto dos empresários, sendo também a entidade competente para a emissão das respetivas licenças, sem prejuízo de estabelecer os contactos necessários com as restantes entidades regionais envolvidas em todo o processo. Este é um elemento extremamente clarificador e simplificador para os promotores e desejado há já bastante tempo.

A desoneração do pagamento de taxas pelas empresas que pretendam instalar ou modificar instalações industriais é mais um dos aspetos de grande relevância na presente alteração.

Com o novo enquadramento jurídico procura-se dar maior amplitude aos estabelecimentos industriais enquadrados nas tipologias de procedimentos mais simplificados e uma maior flexibilização na metodologia utilizada para o seu licenciamento.

A alteração proposta veio introduzir a figura de atividade produtiva regional, que permitirá que pequenas unidades industriais possam desenvolver a sua atividade em espaços em que inicialmente não estava prevista a atividade industrial.

Para a realização desta alteração, foi tido em consideração o regime jurídico nacional que permite que seja autorizada a atividade industrial em espaços previamente licenciados para comércio, serviços e armazenagem, a partir de um simples averbamento por parte da respetiva Câmara Municipal.

Garante-se, assim, que a possibilidade possa ser aplicada a espaços cuja licença de utilização seja destinada à habitação, com as devidas reservas no sentido de serem asseguradas condições de independência, autonomia e a exclusividade das instalações, isto é, a zona produtiva terá que estar afastada da zona de habitabilidade do agregado familiar, com o objetivo de permitir, desde logo, do ponto de vista legal, a entrada de entidades oficiais nas instalações para efetuarem acompanhamento, controlo e verificação da rastreabilidade dos produtos.

Também, à semelhança do que acontece no território continental, esta figura de atividade produtiva regional obedece a determinados critérios e encontra-se

limitada a determinadas atividades e à produção anual abaixo de certas quantidades.

O novo diploma propõe, igualmente, um alargamento nos critérios, ficando os estabelecimentos do tipo 2 sem necessidade de autorização prévia de instalação. E prevê-se, ainda, a isenção de taxas pelo período de cinco anos para todas as tipologias.

Estamos convictos que esta medida hoje apresentada, que baixará à Comissão competente e aqui virá de novo para ser debatida e votada, contribuirá para uma melhor relação entre o Estado-Região e os promotores industriais e permitirá e facilitará o licenciamento de micro, pequenas e médias empresas familiares, contribuindo assim para a criação de autoemprego e de emprego por conta de outrem.

O futuro é liberal, as políticas são públicas, a iniciativa é privada.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. O nosso Regimento, também, ao abrigo desta figura regimental, prevê um período de dez minutos para pedidos de esclarecimento. Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento. Não havendo, vamos avançar na nossa ordem de trabalhos, passando para o ponto 5: **Projeto de Resolução n.º 23/XII – “Medidas para um diagnóstico e tratamento precoces da endometriose”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Durante anos, Sara ouviu o mesmo discurso: “A mulher foi feita para sofrer durante a menstruação.” E durante anos ela acreditou. “O meu primeiro episódio dramático foi quando eu tinha 13/14 anos. Acordei e não me conseguia mexer,

estava com muitas dores e muito aflita”, recordou Sara. “Nunca na vida me tinha lembrado de ter sentido algo assim.”

Inês tem dores e infeções urinárias desde que se lembra. Perdeu-lhes a conta. As análises e exames foram muitos. Os antibióticos também. O diagnóstico era sempre o mesmo: exagero, dores “normais” da menstruação ou problemas nos intestinos. “Isso não dói assim tanto”, diziam-lhe.

As dores e muito fluxo, como conta, eram constantes desde os 11 anos, altura em que teve a sua menarca.

Os médicos diziam que era normal e que estava tudo bem.

“Sujava-me com frequência, até na rua. Tive períodos que não lembram ao diabo”, contou Inês.

Quantas vezes uma mulher já ouviu dizer que é “normal” ter dores menstruais intensas?

Estes são testemunhos reais de mulheres que sofreram de endometriose e da sua constante desvalorização, seja pela comunidade médica, seja pela sociedade que desde sempre atribuiu à menstruação um período de dor e sofrimento.

A endometriose é uma doença crónica que se caracteriza pela presença de tecido endometrial em zona extrauterina (por exemplo, paredes exteriores do útero, ovários e trompas de Falópio e, em alguns casos, outros órgãos, como intestinos e pulmões). Durante o ciclo menstrual, este tecido extrauterino comporta-se como o endométrio intrauterino, primeiro proliferando, depois descamando durante a menstruação, o que provoca dor pélvica muitas vezes incapacitante, hemorragias e os vários sintomas associados a esta doença. Calcula-se que a endometriose afete uma em cada dez mulheres em idade fértil, uma prevalência de 10%, o que, no caso de Portugal, significaria cerca de 350 000 mulheres com esta doença, a maioria ainda por diagnosticar.

Segundo a Sociedade Portuguesa de Ginecologia, os sintomas mais frequentes de endometriose são:

- a) dores menstruais intensas, que ocorrem um a dois dias antes da menstruação, que persistem durante a mesma e podem prolongar-se por alguns dias após o seu término e são prevalentes em até 79% dos casos;
- b) dor durante o ato sexual que pode persistir após o coito e ser intensa, prevalente em 45% dos casos;
- c) desconforto a urinar e dificuldade em evacuar prevalentes em até 25% e 29% dos casos, respetivamente;
- d) dor abdominal ou lombar, presente em 58% dos casos;
- e) dor pélvica crónica, prevalente em 69% dos casos, e dor pélvica aguda associada com rotura, hemorragia ou infeção.

Entre 30% a 50% dos casos de endometriose têm infertilidade associada e certas manifestações da doença resultam em incapacidade de levar uma gravidez a termo. Simultaneamente, estima-se que cerca de 50% das mulheres em ciclos de procriação medicamente assistida por razões de infertilidade sejam mulheres com endometriose, normalmente por diagnosticar.

Tendo em conta a descrição dos sintomas e os impactos que têm na saúde, qualidade de vida social, profissional, relacional, sexual e reprodutiva das mulheres, não é difícil perceber que esta é uma doença que deixa uma marca intensa na vida das mulheres, muitas vezes logo desde que se inicia a puberdade. Nem é uma piada, Srs. Deputados!

Estas consequências são agravadas pelo diagnóstico tardio da doença, o que faz com que as mulheres tenham que viver durante muitos anos com a doença, sem saberem que a têm, sem obterem uma validação das suas queixas e sem terapêutica adequada que possa ajudar a controlar e combater estes sintomas.

Estima-se que, entre as primeiras queixas e o diagnóstico da doença, distem oito a dez anos em média. Durante este tempo, estas mulheres vêm-se obrigadas a recorrer a inúmeros profissionais de saúde, realizam exames inconclusivos repetidamente, sendo eventualmente não diagnosticadas ou, em alguns casos,

diagnosticadas com outras patologias. Neste interregno, as mulheres despendem recursos económicos pessoais e do Estado, à medida que veem a sua qualidade de vida comprometida e sem solução aparente e à medida que a doença continua a progredir.

Ainda que haja desafios no processo de diagnóstico, a doença pode ser sinalizada através da história clínica, exame ginecológico, recurso a imagem ou a estudo histológico, mas ela também continua a ser, muitas vezes, subdiagnosticada.

Uma das principais causas radica na desvalorização dos sintomas por parte da sociedade e por parte da comunidade médica, e na normalização da dor a reboque da ideia de que a menstruação é dor.

Dor pélvica persistente e/ou intensa não é normal e essa ideia precisa de ser desconstruída na sociedade em geral, junto de todas as mulheres, sejam jovens ou adultas, e dos profissionais de saúde. A sensibilização das mulheres para a identificação de sintomas que podem indicar algo que está muito para lá do desconforto da menstruação, assim como a sensibilização dos profissionais de saúde para não desvalorizarem estes mesmos sintomas, tornará possível um diagnóstico e tratamento mais precoce da doença.

Srs. Deputados, dirijo-me, hoje, essencialmente a vós, pois deduzo que nenhuma Sra. Deputada não se sensibilize com esta iniciativa.

Srs. Deputados, façamos, hoje, nesta Casa, mais uma vez, parte da história em prol da saúde da mulher.

Assim, ao abrigo dos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo:

- 1) A divulgação de informação sobre endometriose nas unidades do Serviço Regional de Saúde e Desporto, em particular nos Cuidados de Saúde Primários, destinada a utentes em geral e a profissionais de saúde;
- 2) A inclusão da endometriose no Plano Regional de Saúde;

3) A adoção de medidas, sejam informativas e de sensibilização, sejam de acesso a consultas e meios complementares de diagnóstico, que garantam um diagnóstico precoce da endometriose;

4) A promoção, junto da comunidade escolar, de ações de informação e consciencialização sobre esta doença e os seus sintomas e sobre o que fazer e onde se dirigir no caso de presença de sintomas compatíveis com endometriose.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem várias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Manes, a sensibilidade não é só das Sras. Deputadas. Essencialmente, a sensibilidade tem que ser dos Srs. Deputados. Essa é a diferença.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: No que respeita a esta iniciativa, da qual queremos saudar, temos que dizer que é um tímido passo, mas que tem e deve ser dado sem receios, na defesa e salvaguarda dos direitos das mulheres. Esta matéria é um campo vivo a brotar de necessidades que devem ser colmatadas por nós legisladores.

É nossa obrigação e responsabilidade, na tutela da defesa dos cidadãos, neste caso das cidadãs mulheres, das nossas mães, irmãs, companheiras, filhas, acompanhar os progressos científicos e dotar a sociedade de políticas públicas que permitam colmatar as lacunas existentes, principalmente a iliteracia envolta em questões de género, por forma a combater a dissimulada misoginia. Vejamos:

A endometriose é uma patologia, assumidamente uma doença inflamatória crónica, cada vez mais presente no universo feminino, com repercussões diretas e imediatas na qualidade de vida e bem-estar da mulher;

Esta patologia, de que muitas jovens mulheres padecem, pode consistir na formação de endométrios nos pulmões, diafragma, sistema nervoso, entre outros, traduzindo-se, em regra, em dores agudas e mesmo infertilidade em situações extremas que, inevitavelmente, afetam a produtividade laboral e académica da mulher em cerca de nove dias por ano, afirmam os estudos recentes;

É uma doença que a sociedade, particularmente a portuguesa, tenta consecutivamente negligenciar e estigmatizar, remetendo para segundo plano e desmerecendo a sintomatologia associada, construindo um verdadeiro tabu que urge ser desconstruído em prol da defesa do direito das mulheres.

Na medida em que falar da menstruação (sim, as mulheres sangram) e de todos os temas que a circunscrevem é motivo de risota e de escárnio, mesmo no seio do universo feminino é possível constatar a existência de grande desinformação no que a esta doença respeita, numa tentativa de normalizar a sintomatologia desta e desmerecer as consequências que dela advêm, inviabilizando qualquer intervenção médica que possa ser realizada para atenuar os efeitos dessa doença sem cura. Tal encontra-se vertido na forma como se discute, ou, melhor dizendo, não se discute e protela e procrastina a necessidade de implementação da legislação laboral adequada à salvaguarda dos direitos das mulheres, fazendo-se tábua rasa dos princípios de igualdade e não discriminação. Equidade reclama-se! Sigam-se os bons exemplos que são feitos no cenário internacional, mesmo em culturas muito conservadoras e talvez em direitos humanos não sejam os melhores países, que são, obviamente, o Japão, a China e a Coreia do Sul, que já implementaram ou estão em vias de implementar licenças menstruais.

No Japão, desde 1947 que está a ser instituída a licença menstrual. Sras. e Srs. Deputados, 1947! As mulheres têm o direito de faltar ao trabalho justificadamente, sem perda de retribuição, dois dias por mês durante a menstruação, medidas de ação positiva que até podem consistir em horários de trabalho mais flexíveis.

Dados da ONG Menstrual Health Hub revelam que cerca de 1,8 mil milhões de pessoas menstruam em todo o mundo e cerca de 4 milhões sofrem de estigma e preconceito durante a menstruação, afetando o seu dia a dia e participação no trabalho e na escola.

Também podemos ler nesta iniciativa uma oportunidade de implementar um programa definido ao nível de acompanhamento da psicologia e psicopatologia especial em jovens mulheres e em idade escolar na senda do caminho útil para que haja uma normalidade sobre o problema junto da comunidade escolar, dentro do núcleo familiar e laboral.

Na Região, não existem consultas específicas para esta patologia, que deve ser cada vez mais capitalizada na aposta nos chamados planos de saúde da mulher, no âmbito do diagnóstico e controlo precoce de progressão da doença.

A endometriose lidera as causas de infertilidade entre mulheres acima dos 25 anos, sendo possível que aproximadamente 30 a 40% das mulheres inférteis tenham algum grau de endometriose.

Nas palavras de Theodoor Nieboer, “apesar de quase duas décadas de século XXI, as discussões sobre os sintomas ainda conseguem ser um tabu. É preciso haver uma maior abertura sobre o impacto dos sintomas menstruais no trabalho, e as empresas precisam de estar mais abertas ao tema com as suas trabalhadoras”.

Neste sentido, não podemos deixar de ser responsáveis, combater a cultura do machismo e votar a favor desta iniciativa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer que, efetivamente, esta é uma problemática que afeta cerca de 10% das mulheres em idade fértil, mas que é um problema que não afeta só as

mulheres, afeta o casal, afeta os pais. Não é específico da mulher, porque acho que depois há toda uma envolvência no seio familiar derivado a esta doença.

E também queria dizer, quanto à referência feita de que é mais direcionada esta iniciativa para as Sras. Deputadas ou que deve sensibilizar mais as Sras. Deputadas do que os Srs. Deputados, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Está enganada! Não era isso!

A Oradora: ... queria dizer que não existem iniciativas ou que não devemos olhar para as iniciativas dessa forma, mas, sim, por aquilo que elas representam e pelo benefício que elas poderão trazer. E acho que até esse comentário, Sra. Deputada, desvaloriza a iniciativa.

Deputada Alexandra Manes (BE): Percebeu mal! Tem que estar mais atenta!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Percebeu bem!

A Oradora: E, portanto, acho que devemos analisar esta iniciativa, sim, pela importância e pelo bem que esta poderá trazer para as nossas açorianas e os nossos açorianos.

A verdade é que, muitas vezes, esta doença manifesta-se pela dor, pela infertilidade. 30% das causas pela infertilidade decorrem, efetivamente, da endometriose. E, como tal, é preciso fazer um papel de divulgação, quer também dos sintomas, um trabalho de informar a população, os jovens, do que é esta doença, de que formas é que ela se pode manifestar, para, sem dúvida, poder contribuir para a melhoria da qualidade de vida daqueles que têm esta doença. E, portanto, parece-nos que isso é, sem dúvida, importante fazer.

No trabalho de Comissão, a verdade é que, também, daquilo que é proposto, algumas propostas, nos pontos resolutivos, é algo que o próprio Governo Regional também já está a fazer. Foi, realmente, reconhecido algumas melhorias que visavam nesta proposta e que era necessário também melhorar, naquilo que tem sido o trabalho feito pelo Governo Regional. E, como tal, esta proposta, realmente, o Sr. Secretário reconheceu que era importante e que poderia melhorar o que está

a ser feito também no âmbito do Governo Regional.

Dizer, também, não estamos agora aqui a falar na especialidade, mas a verdade é que a proposta que estamos agora a analisar, nessa substituição que foi feita, foi retirado aquilo que era o primeiro ponto, que era, realmente, a elaboração, por parte da Direção Regional, de uma norma orientadora clínica quanto a esta patologia. Nos trabalhos de Comissão e até nas próprias audições foi reconhecido que existia um plano a nível nacional e que deveria manter-se assim. Portanto, acho que esta substituição integral é bastante positiva.

Como tal, termino dizendo que, realmente, esta é uma problemática que deve ser tida em conta também de forma a informar a população daquilo que é esta doença, daquilo que são os sintomas, na perspetiva, sem dúvida, de melhorar a qualidade de vida daqueles que sofrem desta doença.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

E aproveito, porque na condução dos trabalhos esqueci-me de referir que, efetivamente, houve uma substituição integral desta proposta e é sobre ela que deve incidir o nosso debate e incidirá a votação.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Quental, do PSD.

(*) **Deputada Ana Quental** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa do Bloco de Esquerda intitulada “Medidas para um diagnóstico e tratamento precoce da endometriose” já está implícita no plano de saúde da mulher, ou seja, qualquer médico de família tem já a sensibilidade para referenciar esta doença para a especialidade, porque isto é uma doença que se trata a nível secundário hospitalar e não nos cuidados de saúde primários.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem,

Sra. Deputada!

A Oradora: Qualquer pessoa que chega com dores, que é a sintomatologia mais predominante, ou querer engravidar e não conseguir, qualquer médico de família, de clínica geral, já tem esta sensibilidade para encaminhar para a respetiva área da ginecologia.

Relembro que essa sintomatologia mais comum é a dor e a dificuldade de engravidar, o que causa impacto maior na saúde e na qualidade de vida da mulher, podendo contribuir para a degradação da vida familiar, laboral e social. Deste modo, o acompanhamento psicológico pode ser um complemento importante, ajudando a lidar com a doença e, inclusivamente, com a adesão ao tratamento, que se sabe que em última instância é a cirurgia.

A endometriose pode ser tratada de várias formas, dependendo dos sintomas e da sua gravidade, da localização e da extensão das massas da endometriose, dos desejos da doente relativamente a gravidezes futuras, da coexistência de doenças malignas, da idade e do estado geral, bem como de outras características específicas de cada caso.

Acompanhamos as preocupações do Bloco de Esquerda sobre a divulgação da informação. Destaco que a educação para a saúde é um dos alicerces dos cuidados de saúde primários, devendo ser continuamente desenvolvida e difundida. Assim sendo, sugere-se a criação de documentos de educação para a saúde, tais como folhetos informativos, cartazes de consciencialização ou até mesmo vídeos informativos sobre este assunto, que promovam a literacia em saúde, a fim de serem disponibilizados nas unidades de saúde. E sugere-se também material didático para integração em temas de sessões de sensibilização realizadas nas escolas, nas equipas de saúde escolar.

Tendo em conta todos os constrangimentos que a pandemia trouxe, canalizando grande parte dos profissionais para a luta contra a Covid, é desígnio deste Governo apostar nos cuidados de saúde primários, nomeadamente na contratação de

profissionais de saúde. Só com a capacitação dos serviços poderemos implementar medidas que garantam o acesso a consultas e a meios de diagnóstico e tratamento em tempo útil, com inegáveis ganhos para a saúde.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves, do PPM.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

É com agrado que recebemos, nesta Assembleia Legislativa, um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que acautela as nossas mulheres de algo que não se escolhe, uma doença crónica chamada endometriose, pouco divulgada e de difícil diagnóstico.

Os sintomas referidos neste Projeto de Resolução mostram a dificuldade que será viver com sofrimento numa grande parte dos dias dos meses do nosso calendário, tornando a menstruação mais prolongada e dolorosa.

Tudo o que seja para melhorar a saúde dos nossos açorianos, que neste diploma consagra um problema apenas do sexo feminino, é nosso dever acabar com estigmas ou vergonha, aliviar a dor dos nossos e preparar um futuro atento aos problemas de saúde, que a poucos pode atingir, mas é, sobretudo, por eles que estamos aqui. Todo contam.

Nas audições da Comissão Permanente de Assuntos Sociais ficou claro ser um projeto muito positivo.

Saudamos, assim, a iniciativa do Bloco de Esquerda, que o Grupo Parlamentar do

PPM votará claramente a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes, do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro que tudo, eu queria clarificar aqui uma situação que acho que poderei não ter sido clara ao ter lido demasiado rápido. O que eu disse foi, e passo a citar: “Srs. Deputados, dirijo-me, hoje, essencialmente a vós, pois deduzo que nenhuma Sra. Deputada não se sensibilize com esta iniciativa.” Ou seja, parto do princípio que as Sras. Deputadas, por serem mulheres, já estão sensibilizadas à partida.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não, não!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A senhora parte do princípio errado! E com isso está a desmerecer a sua iniciativa!

A Oradora: Desculpe. Ó Srs. Deputados: “(...) pois deduzo que nenhuma Sra. Deputada não se sensibilize (...)”. Por favor! Eu não sou professora de português, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não, não é!

A Oradora: ... mas venho da área da educação e poderei dar uma aula gramatical noutra qualquer situação, não será esta aqui.

Eu também gostaria só de referir aqui uma coisa: quando o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda trouxe essa questão aqui, levantou-a, não foi de ânimo leve nem foi sem ter algum conhecimento de causa. Há testemunhos pessoais de muitas mulheres que já entraram no Sistema Regional de Saúde pela consulta do médico de família e que levaram anos para resolver e que muitas dessas mulheres tiveram que recorrer a clínicas privadas. E porquê? Porque passaram-se anos sem serem diagnosticadas, porque tiveram anos de sofrimento.

Porque aquilo que alguns Srs. Deputados aqui nesta Casa se riram ou abanaram com os ombros ou não compreendiam porque é que se estava a falar em menstruação várias vezes, é uma coisa natural das mulheres!

E sabem que mais? Não, não é azul nem é da cor que aparece nos pensos da Evax, é vermelho e é natural. Portanto, não há que fazer piadas acerca de uma coisa tão natural!

Ainda digo mais uma coisa: é que, após tornarmos esta iniciativa pública, foram mais as mulheres que se reviram nela e que nos contactaram também a dar o seu testemunho. Portanto, aquilo que disseram, que já havia e que já era isto e que já iam ter consulta, pode acontecer com um ou dois casos, mas, sinceramente, o que me chegou não foi nenhum destes um ou dois casos. De facto, passam-se muitos anos entre aquele que é o primeiro sintoma e aquele que é o diagnóstico.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira, do Partido Socialista. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar a favor deste Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda – “Medidas para um diagnóstico e tratamento precoce da endometriose”, considerando que esta patologia atinge um número elevado de mulheres em idade fértil, afetando a sua saúde, a sua vida social, profissional, sexual e reprodutiva.

É fundamental, no nosso entender, a divulgação junto da comunidade escolar através de ações de formação e de consciencialização para os sintomas da referida patologia, mais precisamente no 3.º ciclo e secundário.

É necessária a sensibilização da população, principalmente do sexo feminino. É necessária a inclusão da doença no Plano Regional de Saúde. É necessária uma

maior consciencialização por parte dos profissionais de saúde no tratamento precoce desta doença.

É da máxima importância para o ser humano viver com saúde. A saúde é a nossa maior riqueza.

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Ah, isso não há dúvida!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Trata-se, de facto, de um assunto que foi aqui trazido pelo Bloco de Esquerda, através de Projeto de Resolução, de uma patologia que tem um impacto profundo e intenso na vida da mulher, mas também, como já foi aqui referido, em toda a conjuntura familiar e também em termos laborais e com todos os impactos que isto causa aos mais variados níveis.

Conforme também já foi referido, estima-se que, globalmente, 10% das mulheres em idade fértil sofram desta patologia e que a incidência da endometriose em Portugal é estimada em cerca de 700 mil casos.

É uma doença crónica, cujas manifestações clínicas... É importante também termos a noção desta circunstância, porque é decisiva na abordagem que se faça a essa patologia. Dizia eu que as manifestações clínicas não se coadunam com o estadio da doença, podendo mesmo ser inversamente proporcional, o que quer dizer que a sintomatologia pode não demonstrar efetivamente aquilo que corresponde ao estadio da doença. Como tal, não é possível ser sujeita a rastreio organizado. É uma patologia que não permite rastreio organizado.

O seu diagnóstico presuntivo passa por um exame clínico detalhado e elevado

grau de suspeição que motivem o direcionamento para a realização de exames complementares de diagnóstico especializados, passando muitas vezes por uma investigação cirúrgica, que culmina com o diagnóstico definitivo que é histológico.

O tratamento da endometriose tem como objetivo resolver os problemas de dor, de infertilidade, bem como eliminar massas de endometriose sintomáticas. A endometriose pode ser tratada de várias formas, dependendo de um conjunto de critérios: os sintomas e a sua gravidade; a localização e extensão das massas de endometriose; os desejos dos doentes relativamente a gravidezes futuras; a coexistência de doenças malignas; a idade, o estado geral e outras características específicas de cada caso. É, por isso, uma patologia muito dependente de cada caso, de cada circunstância da respetiva doente.

Sendo uma doença complexa, tem que ser abordada individualmente, como dizia, adaptada caso a caso, não se podendo generalizar o seu diagnóstico e tratamento, motivo pelo qual se torna impraticável, como dizia, qualquer rastreio organizado em unidades de saúde públicas.

Esta patologia, como, de resto, todas as doenças crónicas com elevada prevalência são da competência das devidas especialidades, neste caso da ginecologia, sendo que a promoção da informação relativa a estas doenças compete aos vários serviços do Sistema Regional de Saúde e, neste caso, de forma particular, ao médico de família. Por isso, é nesta abordagem prévia do médico de família que se inicia o encaminhamento a dar para a respetiva especialidade.

E gostaria, hoje, aqui, nesta oportunidade, no Dia Mundial do Médico de Família, de deixar uma palavra muito especial aos médicos de famílias, que têm um papel fundamental na saúde das pessoas, das famílias e que, na perspetiva deste Governo e de acordo com a estratégia deste Governo, pretendemos que tenham um papel ainda mais reforçado com o reforço que entendemos que deve ser dado à prevenção, aos cuidados primários, naquilo que o médico de família deve fazer.

Por isso, uma palavra especial de apreço e agradecimento aos médicos de família da Região Autónoma dos Açores.

Também referir que esta interligação, neste caso a especialidade de ginecologia com o médico de família, é algo de fundamental para o sucesso do tratamento.

No que diz respeito às propostas apresentadas, para além daquilo que já é feito ao nível da atenção comum e corrente dos médicos de família no encaminhamento a dar para a especialidade e para os tratamentos adequados a esta doença, entendemos que todas as propostas que vão no sentido da sensibilização, da informação, da divulgação, são merecedoras do nosso apoio, do nosso apreço, porque também é com a informação que todos ficam mais formados e melhor formados para encararem uma doença com estas implicações todas que foram já aqui bem evidenciadas.

Quanto àquilo que referiu dos exemplos que deu de mulheres que levaram anos à espera, não podíamos estar mais de acordo. É esse também o nosso desafio, é essa a nossa luta, é essa a nossa proposta, de acabarmos com aquilo que tem marcado, lamentavelmente, o Serviço Regional de Saúde, que são os anos e anos de espera. É um desafio que é mais complexo do que as palavras que o denunciam, mas é um desafio que temos de encarar de uma vez por todas para acabar com este flagelo do Serviço Regional de Saúde, que são as listas de espera.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 23/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Conforme deliberado na Conferência de Líderes e a pedido do Governo Regional, nós vamos discutir agora o ponto 20 da nossa agenda: **Pedido de urgência e**

dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 30/XII – “Revisão de apoios e incentivos à fixação de pessoal médico na Região Autónoma dos Açores”. Esta iniciativa é apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Para justificar a urgência, eu dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência tem, obviamente, a ver com o seguimento daquilo que já houve e foi explanado no Orçamento Regional, tendo em conta os incentivos dos médicos a nível pecuniário e os não pecuniários.

Tudo o que fosse a nível pecuniário e que entrasse dentro do Orçamento foi aprovado nesta Câmara por larga maioria, senão unanimidade. Agora, nós queremos, obviamente, discutir os não pecuniários, porque é na ferramenta, na consolidação destes dois tipos de apoio que nós vamos conseguir, obviamente, fechar o ciclo.

Muito obrigado.

Presidente: Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra. Prescinde. É a urgência. Sim, senhora.

Então, vamos votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem. Tendo sido aprovada a urgência, então dou a palavra agora ao Sr. Deputado Pedro Neves para apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exatamente, na continuidade daquilo que eu disse há pouco e não querendo, obviamente, alargar, porque também houve aqui uma promessa de todos os líderes parlamentares de que nós não íamos alargar dentro das nossas iniciativas, como esta é uma urgência, isto é mesmo uma complementaridade daquilo que foram os incentivos pecuniários que já estão explanados no nosso Orçamento Regional.

Isto vem no seguimento do nosso diploma, o qual esteve em Comissão, foi diligenciado, tanto pela Ordem dos Médicos, o Sindicato Independente, o Sindicato da Zona Sul, relativamente àquilo que era pedido, obviamente, que isto é para dar uma motivação maior aos profissionais de saúde, inovação médica e científica. E, obviamente, dentro desses não pecuniários, para dar as boas condições de quem quer vir trabalhar e empoderarmos, obviamente, para conseguirmos dar um incentivo de fixação aos médicos.

Estes incentivos não pecuniários têm a ver muito com a formação, a continuidade, a reciclagem sobre a formação que os médicos bem precisam. Aliás, a maior parte dos médicos ainda ficaram bem mais interessados sobre a continuidade da formação e que não tinham que meter dias de férias para ter a sua formação, para não ficarem obsoletos relativamente a algo que tem uma investigação científica, que todos os dias muda. A tecnologia, em termos de medicina, muda quase todos os dias. E temos que ter, obviamente, médicos preparados, tanto para a parte de todos os periféricos, bem como toda a informação de usar essas tecnologias novas, para conseguir, obviamente, termos uma saúde bem mais proveitosa para todos os nossos utentes.

Com isso, para fechar o ciclo, como falei há pouco, tem a ver com a progressão médica. Da mesma forma como o Governo está, neste momento, a negociar com todos os profissionais de saúde na vertente hospitalar, os médicos também não poderiam ficar de fora. E ao contrário do que nós tínhamos anteriormente, nós fizemos uma substituição há relativamente pouco tempo, menos do que uma hora, onde nós pedíamos dois pontos. Nós, aqui, obviamente, queremos que isto seja

uma negociação sindical. Neste caso, seria dos sindicatos a voz, obviamente, de negociação juntamente com a tutela da Saúde, neste caso o Sr. Secretário Regional da Saúde, para que isto fosse, obviamente, decidido e negociado de uma forma de compromisso dos sindicatos, que, obviamente, são os porta-vozes de todos os médicos que estejam, obviamente, sindicalizados, com a tutela do Governo, para que nós consigamos, obviamente, robustecer todos os nossos profissionais de saúde dentro da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, do CDS-PP, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer que o Grupo Parlamentar do CDS acompanha esta preocupação, esta iniciativa quanto à fixação de médicos na nossa Região.

A verdade é que esta tem sido uma problemática ao longo dos anos. Nas ilhas sem hospital, a verdade é que muitas vezes existe e deparam-se com esta problemática da fixação de médicos, a rotatividade dos médicos. E sem dúvida que é urgente repensar estes incentivos que estão estabelecidos, porque a verdade é que eles, muitas vezes, não têm sido os suficientes para fixar os médicos. E o caso da ilha de São Jorge é exemplo disso, tem existido uma grande rotatividade e existe falta de médicos na unidade de saúde de ilha. Ainda, o último concurso ficou deserto e, portanto, é algo que é preciso contrariar e é preciso criar aqui incentivos de forma a colmatar esta problemática na nossa Região.

Nos trabalhos de Comissão foi dito que, realmente, a idade dos médicos nas ilhas sem hospital é uma idade bastante avançada, ao contrário das ilhas com hospital.

A verdade é que, muitas vezes, também, para os médicos, trabalhar numa ilha com hospital é muito diferente de uma ilha sem hospital. E, como tal, isto foi algo que

também foi identificado no âmbito das audições e uma preocupação que também foi trazida no âmbito das audições: a idade avançada, em determinadas ilhas, dos médicos. Como tal, isto é algo que é preciso colmatar.

Mas queria dizer que, quanto à formação médica, essa tem sido uma preocupação do CDS, é uma preocupação que não é de agora. Já em novembro de 2018, no âmbito do Plano e Orçamento para o ano de 2019, foi apresentada a formação em emergência médica dos clínicos em medicina geral e familiar nas ilhas sem hospital.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Essa proposta foi aprovada por unanimidade. Em 2020, para o Orçamento de 2020, tornamos a apresentar essa iniciativa, que foi aprovada por unanimidade.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: E agora também já vinha plasmado no Plano e Orçamento, por parte do Governo Regional. E, como tal, essa, sem dúvida, é algo que o CDS tem vindo a reivindicar, que tem vindo a trazer a debate, porque sabemos que a formação dos médicos é de extrema importância, quer para a sua atualização e, claro, existindo mecanismos que fomentem esta formação, certamente, também, será um incentivo a essa fixação de médicos, para que estes também não se sintam que estão um bocadinho postos à parte ou que é mais difícil a formação, por exemplo, para o médico que trabalha para uma ilha sem hospital. Como tal, é importante criar esses mecanismos para a formação.

Também queria dizer, quanto ao fomentar as condições para a fixação do cônjuge quando este exerce funções em instituições públicas, quer seja por mobilidade ou atribuição da prioridade de concursos públicos, claro que dentro daquilo que for possível e que a lei preveja, acho que, realmente, deve ser fomentado.

E, portanto, o CDS acompanha esta preocupação e esta iniciativa agora trazida pelo PAN. Contudo, não posso deixar de dizer, e percebo a urgência desta

iniciativa, compreendo que seja o complemento daquilo que foi apresentado e que foi aprovado em sede de Plano e Orçamento, mas a verdade é que esta iniciativa foi ouvida no âmbito do trabalho de Comissão, estamos dentro do prazo para entregar o nosso parecer quanto ao relatório, ou seja, esta iniciativa já está relatada e consideramos que deveria ter seguido o caminho normal, que seria: temos que dar a nossa posição, presumo, até sexta-feira e seguir o processo legislativo normal que decorre dos trabalhos aqui da Assembleia.

Como tal, apesar de compreender a urgência desta temática e também no sentido do PAN, enquanto proponente, de querer ver completo este todo, julgo que a iniciativa estava a decorrer no seu processo normal nos trabalhos de Comissão.

E acho que devemos também privilegiar isso, na medida de não cairmos um bocadinho na tentação de, quando temos uma medida (claro que quando apresentamos uma iniciativa, é sempre importante para o proponente), virmos depois querer apresentar a urgência quando ela está a decorrer na Comissão.

Como tal, claro que acompanhamos esta preocupação, já o tínhamos dito nos trabalhos da Comissão, mas também não podia deixar de dizer isto.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, isto não foi nenhuma falta de respeito à Comissão nem aos Deputados que fazem parte dessa Comissão, obviamente. Eu sabia e fiz parte de todas as diligências que nos interessavam, obviamente, que eram o objeto do Projeto de Resolução, do PAN.

Sobre a redação em si, final, neste caso, da parte da Mesa da Comissão, eu pensava até que o trabalho já estava concluído, tanto que nem pedi sequer com reserva à Comissão, se tivessem reparado. Em termos dos serviços, eu só pedi urgência,

nem pedi sequer os trâmites que normalmente eu uso em termos regimentais, que tivesse mesmo a ver com o passar à frente da Comissão. Não foi esse o aspeto que eu fiz. Não quis entrar sequer em alguma imoralidade relativamente a isso. Sabia que já tinha sido feito.

Eu fiz parte de todas as audiências: da Ordem dos Médicos, dos Sindicatos, do Membro do Governo. Isso, obviamente, era o que mais interessava a todos nós, para robustecer, obviamente, esse diploma.

Agora, sobre o restante, e eu sei que não consegui fazer parte na última reunião por causa da minha agenda, a agenda estava bastante complicada nesse dia, mas eu tive oportunidade de ver, visto que agora já foi, obviamente, aprovado que todas as nossas Comissões entrem publicamente num site para qualquer cidadão e, obviamente, para um Deputado que queira ver novamente, e eu vi que havia ali algumas nuances, que havia algumas Sras. e Srs. Deputados que não estavam a perceber o que é que o PAN pretendia relativamente a uma substituição. E a substituição tinha apenas a ver: retirei os apoios pecuniários que já tinham entrado em Orçamento, deixei os não pecuniários para, neste caso, fechar o ciclo da consolidação entre os pecuniários e os não pecuniários. E é só por causa disso que eu fiz e que é uma urgência, obviamente. Não teve a ver com a passagem ou não da Comissão.

Às vezes, há essas exceções, já foram usadas tanto pelo PAN como foram usadas por outros partidos desta Assembleia, que, apesar de estar na Comissão, e já sabíamos à partida que já estava mesmo finalizado o relatório, não iria, obviamente, insurgir contra a Comissão.

Mas também alargo para dizer que de futuro poderá acontecer. Não quer dizer que é um desrespeito à Comissão, é, simplesmente, obviamente, uma urgência do próprio proponente. E as nossas urgências são diferentes de pessoa para pessoa, individualmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Quental, do PSD.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, o Grupo Parlamentar do PSD acompanha as preocupações do PAN, tal como fez quando foi da discussão do Orçamento, com os incentivos pecuniários à fixação dos médicos.

Tal como disse, na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidente da Ordem dos Médicos, mais importante do que o incentivo financeiro são os incentivos não pecuniários, que atraem os médicos de clínica geral, ou não, para a sua fixação na nossa Região.

Assim sendo, tanto a valorização das carreiras, como os incentivos à fixação das famílias, a progressão na carreira e a formação contínua, que é extremamente importante, são todos esses incentivos que fazem todo o sentido serem-lhes valorizados.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes, do Partido Socialista.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não deixando de subscrever, de certo modo, a intervenção da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (não sei se o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais,

o Sr. Deputado Joaquim Machado, querera também fazer algum esclarecimento relativamente a esta matéria), mas a verdade é que o Projeto de Resolução, do PAN, relativamente aos apoios e incentivos à fixação de médicos na Região Autónoma dos Açores assenta basicamente em incentivos não pecuniários.

Após a proposta apresentada para a inclusão, no Orçamento da Região para 2021, de incentivos pecuniários em função das carências nas respetivas ilhas, votada favoravelmente por parte do Grupo Parlamentar do PS, o PAN apresenta-nos agora uma proposta para, como referi, rever os apoios na vertente não pecuniária. Nesse sentido, a iniciativa em apreço versa essencialmente sobre três aspetos:

Em primeiro lugar, a formação médica contínua. Sobre este aspeto, importa lembrar que o Plano para 2021 retirou por completo qualquer verba destinada à formação de profissionais de saúde;

Em segundo lugar, a fixação de cônjuges;

Em terceiro lugar, a progressão na carreira médica.

Nas versões iniciais da proposta apresentada e que também foram analisadas e discutidas na Comissão de Assuntos Sociais, atribui inicialmente dois pontos até que o sistema de avaliação fosse instituído mediante negociação sindical. E, como o Sr. Deputado Pedro neves referiu ainda há pouco, na proposta que deu entrada há minutos não existe referência, neste momento, a pontos, mas com referência a uma atribuição a ser acordada em sede de negociação sindical.

A proposta apresentada pelo PAN surge, efetivamente, pela necessidade de repensar os apoios e os incentivos atribuídos aos médicos na Região, atendendo a que o regime que se encontra neste momento em vigor data de 2014. No atual regime, encontram-se previstos incentivos remuneratórios, apoios para o agregado familiar para o transporte por via aérea, para o transporte também de bagagem por via marítima e também no transporte de viatura automóvel, para além da assunção de um compromisso de permanência em exercício de funções na Região.

Este regime, implementado em 2014, foi posteriormente adaptado em território continental em 2015 e na Região Autónoma da Madeira em 2018. Sendo posteriores ao implementado aqui na Região Autónoma dos Açores, possuem, efetivamente, melhorias no que concerne não só aos incentivos pecuniários, mas também e sobretudo no que concerne aos incentivos não pecuniários.

Existe, portanto, efetivamente, margem para melhoria, daí que o Grupo Parlamentar do PS irá, tal como o fez na discussão, também, do Plano e Orçamento para 2021, associar-se à iniciativa apresentada pelo PAN.

No entanto, atendendo aos regimes em vigor na Região Autónoma da Madeira e em território continental, considerando também o percurso e a experiência adquirida no que se refere a esta matéria aqui na Região, não deixando de reconhecer a bondade da iniciativa do PAN, o Grupo Parlamentar do PS irá, ainda esta semana, apresentar e submeter a esta Assembleia um Projeto de Decreto Legislativo Regional relativo ao regime de atribuição de incentivos à fixação de médicos na Região Autónoma dos Açores, uma proposta mais maturada, mais abrangente, mais aprofundada, que, valorizando o papel e a função médica, reconhece igualmente a função arquipelágica da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que o PAN, o Deputado do PAN fica bastante contente porque o Grupo Parlamentar do PS vai entregar esta semana um diploma. Fico bastante agradado por causa dos nossos profissionais de saúde.

Agora, nós sabemos, à partida, quando foi apresentado em 2014, e foi de uma forma bastante visionária, o qual eu apoiei totalmente, também sei que lá diz que

todos os anos tem que se atualizar olhando para a realidade arquipelágica e que tem que haver uma atualização relativamente aos apoios pecuniários e não pecuniários.

De 2014 (eu posso estar enganado e, se eu estiver enganado, agradeço que me corrijam) até agora, que alteração é que houve? Zero. E agora temos o Grupo Parlamentar a querer fazer uma alteração. Ótimo, parabéns! E nós, obviamente, sem ler, mas quase de certeza que vamos apoiar, desde que, obviamente, consigamos robustecer aquilo que é a iniciativa do PAN, sem dúvida.

Mas agora eu pergunto: porque é que aquilo que devia ser atualizado anualmente nunca foi e agora, em 2021, é que o Grupo Parlamentar do PS está preocupado com isto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Neste caso, poderia falar com o PAN para robustecer o Projeto de Resolução. E nós tínhamos, obviamente, abertura para tal.

Mas, obviamente, saudamos qualquer iniciativa que venha, obviamente, ajudar todos os nossos profissionais de saúde.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A fixação de profissionais de saúde é algo de estruturante para o sistema de saúde

que pretendemos implementar.

E, de facto, já houve aqui um passo significativo em sede de Orçamento com a aprovação de uma proposta. Havia uma proposta inicial, um projeto de Orçamento. Depois, com a proposta do PAN, já houve um avanço aqui no sentido de estratificar percentualmente a diferença destes incentivos relativamente a vários grupos de ilhas, em 35, 40 e 45% sobre a remuneração base. O que é um avanço significativo, parece-nos, para que este regime de incentivos tenha, de facto, eficácia. Que é esta a questão, porque o regime de incentivos, como foi bem referido, existe desde 2014, é algo de importante, terá tido alguns resultados, mas, infelizmente, não foram os resultados suficientes para que não estivéssemos hoje aqui a discutir o que estamos a discutir. Se os incentivos tivessem sido eficazes e tivessem tido a bondade que a respetiva iniciativa terá tido, obviamente, não haveria necessidade de se alterar o que tem de ser alterado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, temos graves dificuldades em várias ilhas. Conforme foi aqui referido pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, há concursos que ficam desertos. Temos aqui um problema grave em várias ilhas onde os serviços de saúde são assegurados de forma transitória, precária, por empresas prestadoras de serviço. O que quer dizer que até agora os sistemas de incentivos não foram suficientemente atrativos para que os profissionais de saúde se pretendessem fixar de uma forma estável nas várias ilhas.

E estes problemas que temos nestas ilhas onde não existem hospitais são verdadeiramente penosos para os açorianos que aí residem, pelos cuidados de saúde que são prestados de uma forma menos regular, menos intensa.

A fixação dos profissionais de saúde tem várias vantagens, desde logo a estabilização dos próprios quadros de saúde, a estabilização da relação com os utentes, a estabilização da relação com os outros profissionais de saúde e a própria estabilização com a própria comunidade, na perspetiva de inversão do paradigma

da intervenção na área da saúde, mais na prevenção e nos cuidados primários. A relação com a comunidade é essencial para o sucesso. Por isso, a fixação também tem este sentido, da estabilização dos quadros nestes vários níveis.

Estes problemas, que são tão intensos nalgumas ilhas, adivinha-se que ainda vão aumentar com a idade de muitos profissionais de saúde que estão à beira da reforma, o que irá criar ainda mais dificuldades ao sistema para dar resposta a este nível.

Por isso, é importante que estes sistemas de incentivos sejam eficazes, tenham uma capacidade de atrair, efetivamente, médicos. Mas, para além dos incentivos para que os médicos se fixem, é necessário termos motivação para que os médicos fiquem. E é nesta dimensão, também, que percebemos aquela que é a proposta, que coincide também com a perspetiva do Governo, no sentido de haver uma revalorização remuneratória dos médicos.

E registo aqui a iniciativa do PAN, no sentido de retirar aquela especificação quantitativa concreta dos dois pontos, para dar aqui uma margem, para que, no âmbito da negociação, se consiga chegar a um valor que seja adequado e até, conforme toda a negociação que se está a fazer neste momento na Região Autónoma dos Açores, para a revalorização e regularização remuneratória de todos os profissionais de saúde.

Começamos pelos enfermeiros, que já está em curso. Na passada sexta-feira, tivemos uma reunião para criar o grupo de trabalho. E no dia útil imediatamente seguinte, que foi segunda-feira, já houve a primeira reunião, para concretizar, em conjunto com os profissionais do setor, com os sindicatos, com a Ordem, com todos, para que, no prazo curto de um mês, se comece a fazer o planeamento do pagamento.

Como dizia, esta regularização é importante. Começamos pelos enfermeiros, vamos continuar com os farmacêuticos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais, assistentes técnicos e também os médicos,

obviamente. E é neste quadro global de valorização remuneratória e de carreiras dos médicos e dos profissionais de saúde em geral que pretendemos também criar condições para a estabilização dos quadros de saúde.

Isto também acontece com outras questões que não só apenas as remuneratórias e as dos incentivos à fixação nos termos em que foram referidos até aqui, mas também ao nível da formação, como bem disse, que é assumido como um pilar da ação médica. É preciso retomar em força a formação contínua. Já foi referido pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras que existem propostas no Orçamento exatamente para essa formação. E é nesse sentido, também, que estamos a caminhar para melhorar os cuidados de saúde.

E, para além disto tudo, também é essencial perceber-se que as condições físicas, os equipamentos em que os médicos trabalham são também uma forma de atrair médicos. Obviamente que no estado em que se encontra, por exemplo, o Centro de Saúde das Velas ou o Centro de Saúde das Lajes do Pico é menos um argumento para que os médios se sintam atraídos a trabalhar aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, há um esforço claro, evidente e reforçado deste Governo, alterando os projetos, corrigindo problemas dos mesmos, avançar-se de imediato para novas condições no Centro de Saúde das Velas, no Centro de Saúde das Lajes do Pico, com obras que dignifiquem o utente, mas dignifiquem de uma forma especial os profissionais de saúde que lá trabalham. E, também, com novos meios, com novos equipamentos e com estruturas de saúde modernas e dignas, estamos a atrair profissionais de saúde que se fixem na Região Autónoma dos Açores.

Devo dizer que, independentemente de tudo isso e do esforço que já foi feito e tem sido feito neste período, nestes cinco meses de governação, já autorizamos e contratamos 21 novos médicos na Região Autónoma dos Açores. Há 21 médicos, que não estavam, que já estão aqui, a maior parte deles, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E os incentivos à fixação?

O Orador: ... com processos que foram autorizados por este Governo e que revelam e reproduzem que, de facto, há um incremento nos profissionais de saúde e que, neste curto espaço de tempo, temos mais de 234 profissionais de saúde na Região. Como dizia, são 60 enfermeiros, 21 médicos e outros de outras áreas. Há aqui, de facto, um incremento. São números positivos. Há pessoas que ficam incomodadas com os números positivos.

Deputada Andreia Costa (PS): Incomodados com quê? Eu fico incomodada é com a mentira! Isso é que me incomoda!

O Orador: São números positivos. E é com estes números, é com os factos, é com o trabalho e é com os resultados que respondemos às críticas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, do CDS-PP.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Queria, depois daquilo que foi a intervenção, também, do Sr. Secretário, dizer que, efetivamente, julgamos que o caminho é esse. Criar esta estratégia da fixação de médicos passa, sem dúvida, pela questão pecuniária, mas também por criar condições para que estes possam e se sintam atraídos para trabalhar e ter as condições de trabalho necessárias e de equipamento. Sem dúvida que isso também é um fator essencial para a fixação de médicos.

E claro que sabemos e reconhecemos que o que tem sido feito até agora não tem sido o suficiente. Para além da questão dos concursos que muitas vezes também ficam desertos, também temos a questão dos subsídios de fixação de médicos

contratados, que estavam em vigor, e que tivemos médicos com um ano e meio/dois anos que não receberam esse subsídio de fixação porque iam ser revistas as verbas. Como tal, consideramos que é necessário definir a estratégia, é necessário rever todo este processo para criarmos esta estabilidade no corpo médico nas unidades de saúde de ilha e nos hospitais.

Para terminar, queria também dizer, relativamente à importância desta fixação de médicos, que é, sem dúvida, crucial criar esta estabilidade quanto aos médicos. Por exemplo, no caso das ilhas sem hospital, nos centros de saúde, a importância do médico de família. E é necessário que exista esta estabilidade médica, porque a verdade é que tem que ser criada uma relação entre o utente e o médico de família. E essa relação só poderá ser criada existindo essa estabilidade nos médicos e não termos uma grande rotatividade, que muitas vezes acontece, em que o próprio paciente muitas vezes prefere ir à urgência em que vai estar a médica ou o médico que conhece ao longo dos anos do que ir ao seu médico de família que está ali a colmatar uma necessidade, em que uma vez é um medico e depois é outro médico. E a verdade é que isto acontece principalmente nas ilhas sem hospital. Isto acontece com grande frequência, que é o próprio paciente não criar esta relação com o seu médico de família, que é de extrema importância.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que o Bloco de Esquerda acompanha, quase na sua totalidade, os princípios e as propostas que estão plasmadas neste Projeto de Resolução, que, como já foi dito, foi substituído, de onde saíram aqueles que são os incentivos pecuniários que estavam previstos e que, entretanto, alguns deles ou pelo menos uma versão um pouco diferente foi aprovada no Orçamento da Região.

Concordamos, naturalmente, que a questão da formação é essencial. É algo que os representantes destes profissionais referem como algo que é valorizado pelos médicos e que é, efetivamente, um incentivo e uma forma de não só valorizar a sua carreira e o desenvolvimento da sua carreira, mas também de aceitarem e quererem ir trabalhar numa região arquipelágica e dispersa como os Açores, com as dificuldades que isso acarreta também ao nível do acesso à formação.

Também, naturalmente, concordamos que a revisão das carreiras é algo que é fundamental. Tem de ser feita. Não deixando, o Bloco de Esquerda, de assinalar que a criação, a nível nacional, de um regime de exclusividade, aliás, como prevê a Lei de Bases da Saúde, é também um aspeto fundamental para a valorização da carreira médica na função pública, nos hospitais públicos, para que, efetivamente, seja mais fácil fixar médicos no Serviço Público de Saúde, no Serviço Regional de Saúde, neste caso.

E, no que diz respeito aos incentivos pecuniários, embora não estejam aqui propriamente em discussão porque não estão aqui nesta proposta, consideramos que, como já foi dito pelo Sr. Secretário, o anterior regime não fixou, não contribuiu de forma muito significativa para a fixação de médicos, isso parece-nos que é claro, mas também aquilo que está no Orçamento é algo que é muito semelhante, que é um regime que não se aplica nem a todos os médicos, nem é um regime que seja de incentivo permanente, ou seja, os mesmo problemas que enfermavam o anterior regime de incentivos pecuniários enfermam esse mesmo

incentivo que está previsto no Orçamento.

Apenas queria colocar uma questão à Representação Parlamentar do PAN, porque há aqui uma questão que nos deixa algumas dúvidas, quanto ao objetivo que se pretende, nomeadamente o ponto 2 do n.º 2 do Projeto de Resolução, porque fala-se em fomentar condições para fixação do cônjuge quando esse exerce funções em instituições públicas, quer seja por mobilidade, ou atribuição de prioridade em concursos públicos. Esta redação parece-nos um pouco dúbia. E ficamos com algumas dúvidas sobre o que é que quer dizer a “atribuição de prioridade em concursos públicos”. Está-se a falar apenas na mobilidade, ou na entrada na função pública? Esta questão, para nós, faz diferença, porque nos parece que a segunda parte, prioridade na entrada da função pública, para nós, não pode ser aceite. Mas pode ser uma leitura errada da nossa parte.

A questão da mobilidade já está prevista na Lei do Trabalho em Funções Públicas. A questão da entrada na função pública é, efetivamente, outra questão bastante mais complexa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, do PPM.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, diz agora o Partido Socialista... Ontem, tínhamos uma Sra. Deputada, que muito prezo, que disse, aqui, no âmbito dessa discussão, que o Partido Socialista tinha dado um passo em frente... depois de ter ficado muitos passos atrás.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Agora, temos uma nova versão. Agora, temos a versão da recuperação do grande

salto em frente. Para a semana, o Partido Socialista vai apresentar uma coisa muito melhor do que aquela que V. Exa. apresenta aqui. É curioso. Isto está transformado numa corrida. Mas V. Exa. ganhou esta corrida.

O que eu lhe quero dizer é o seguinte: o Partido Socialista esteve em condições fantásticas de poder aplicar muitas destas medidas até há bem poucos meses, esteve 24 anos no poder com uma maioria absoluta. E fez isto que V. Exa. propõe, nomeadamente, “assim, todos os médicos fixados na Região Autónoma dos Açores têm direito a formação contínua na sua área, integralmente subsidiada pela instituição onde trabalha, incluindo estágios de particular interesse para a mesma, até seis meses, consecutivos ou interpolados, por cada três anos de trabalho”? Fez isto? Não, não o fez. E já existia carência de médicos? Já existia. Já existia dificuldades para fixar médicos? Já existia também. Tudo isso já existia. Já existia esse propósito nos sucessivos Programas do Governo do Partido Socialista? Também já existia esse propósito. Pergunta-me V. Exa. porque é que não foi feito. Não me pergunte a mim, pergunte ao Sr. Deputado Tiago Lopes!

Mas o que lhe quero dizer é também em relação ao seu segundo ponto: “fomentar condições para fixação do cônjuge quando este exerce funções em instituições públicas.” Também acho que é importantíssimo. É importantíssimo. E o que lhe pergunto é: isto foi feito? Não foi feito. O Partido Socialista, os sucessivos Governos do Partido Socialista também não fizeram.

E outra coisa muito importante que está a ser feita por este Governo, que é: “rever, de forma urgente, a progressão nas carreiras médicas, como forma de cativar e fomentar a permanência destes profissionais na Região, até que o sistema de avaliação esteja instituído.”

E o compromisso do Governo já se viu, eu não estou a anunciar nada... Eu não posso dizer nada, sou logo o porta-voz. Como o Governo Regional já anunciou, eu posso dizer aquilo que o Governo já disse. E o que o Governo já disse é que assume esta responsabilidade política. E o que é que aqui está? É que é urgente e

que vai fomentar, vai rever de forma urgente a progressão nas carreiras médicas. E isto podia ter sido feito anteriormente? Podia. Porque é que só agora é que aparece essa vontade, de repente? E não é para agora, não é para hoje, não é para amanhã, é para a semana. Está datado. Para a semana é que aparece essa vontade. Mas essa necessidade já existia!

Eu acho que V. Exa. tem muito a ver com essa necessidade que, de repente, surgiu agora. É porque V. Exa, com esta proposta, está, realmente, não a dar um passo em frente, mas vários passos em frente. E isso faz com que alguém também o queira seguir nessa matéria, alguém que, ao longo de todos estes anos, nos meses anteriores, nos anos anteriores, não o fez e estava em condições excecionais para o ter feito.

E é por isso e é tendo em conta todas estes motivos que o Grupo Parlamentar do PPM apoiará a proposta apresentada por V. Exa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo a Câmara que deve ter chegado aos vossos emails, há pouco, uma substituição integral desta iniciativa. E, portanto, peço a vossa atenção para esse facto, que é sobre ela que, depois, também, iremos fazer a nossa votação.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado, do Chega. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, quero felicitá-lo pela sua iniciativa. Bem podia ser do

Chega, mas não foi. O senhor chegou primeiro. Agora também já há quem entre na corrida, mas o senhor chegou primeiro. Por isso, quero felicitá-lo por essa iniciativa, que, no fundo, vai ao encontro precisamente daquilo que, também, no mês passado, naquela tribuna, disse: é preciso atender à saúde nos Açores. E isso só se faz com profissionais de saúde.

A discriminação positiva que se vai criar aqui, o incentivo que se vai criar à fixação de médicos nos Açores, especialmente nas ilhas onde não existe hospital ou onde existem menos condições, será determinante para a fixação desses profissionais de saúde, mas também de toda a população, porque uma população consciente de que tem um serviço de saúde mais eficaz, mais atento, mais personalizado, mais seguro a prazo, é, com certeza, um sinal a essa mesma população para se fixar nas suas terras.

E diria, até de um outro ponto de vista, porque também gosto muito de olhar de uma perspetiva numérica, que tem ainda um outro valor essa sua proposta, que é o criar mais classe média na nossa população. A classe médica é uma classe que auferre acima da média salarial que se pratica na Região. Essas pessoas, ao ganharem mais dinheiro, vão mais vezes aos restaurantes, compram casa, compram móveis, se calhar têm filhos, põem os filhos a criarem-se, se calhar, em casa de pessoas que vão receber para cuidar dos filhos. Portanto, vai-se gerar aqui todo um incentivo também à economia local, que é importante, cria novas energias, melhor ambiente e isso é determinante para a fixação das pessoas, conforme eu disse aqui, na nossa Região.

É determinante para, também, os agentes económicos olharem para a sociedade e perceberem que têm aqui condições para fazer investimento, têm aqui clientes, têm aqui mercado para que as coisas funcionem.

Portanto, no fundo, essa iniciativa, estou em crer que não vai resolver os problemas só da saúde, mas também vai dar melhor saúde a toda a nossa Região. Por isso, felicito-o pela iniciativa e, por isso, seguramente, pode contar como

apoio do Chega na aprovação dessa sua iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, do PAN. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, muito obrigado pelo apoio do Chega e, obviamente, de todos os demais que antecederam.

Dizer que isto não foi uma corrida. Neste caso, é uma corrida de todos nós aqui na Assembleia.

Deputado Carlos Furtado (CH): Tal e qual!

O Orador: E quem ganhou mesmo, neste caso, foram as pessoas, os profissionais de saúde. Nunca foi uma corrida. Foi, obviamente, uma criação de pontos, obviamente, com vários partidos. Ouvir os profissionais de saúde, ouvir os sindicatos, ouvir a Ordem dos Médicos, esse foi o nosso trabalho, o trabalho de formiguinha que nós fizemos durante alguns meses. E, obviamente, agora, estamos aqui nesta Assembleia para que este diploma seja aprovado. E parece que será.

E dizer que nós fizemos uma substituição que tem a ver com a redação, que tem a ver com o português apenas e não tem mais nada que isso, esta última substituição que nós fizemos.

E responder, neste caso, ao Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, relativamente àquilo que tinha dúvidas, supostamente, ou pela perceção, de qual é que foi a nossa intenção. A nossa intenção tem a ver com a mobilidade. Nós pensamos em termos de mobilidade. Isto tem a ver: há vários hospitais que já o tentaram de forma independente, nunca o conseguiram. E nós só temos é que falar sobre a prioridade, neste caso na vinda para os concursos. E é isso que nós

queríamos apenas alterar.

Mas também digo aqui uma coisa, eu sou um Deputado há pouco tempo nesta Câmara e tenho que, obviamente, dizer: nós temos uma Comissão. A mim disseram-me, quando eu cheguei, que eu faltei ao respeito à Comissão, porque eu tinha uma iniciativa em janeiro e que, supostamente, não esperamos pelas diligências e eu meti como urgência. Regimentalmente, eu não fiz nada daquilo que está no nosso Regimento sobre uma Comissão, sobre as diligências, ouvir os Deputados e toda a vassalagem da Comissão. E disseram-me que a Comissão serve, e eu dei razão, para robustecer as iniciativas do proponente. O Bloco de Esquerda e o PS não disseram absolutamente nada na Comissão, para agora terem dúvidas! É na Comissão que se metem as dúvidas, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que se altera, que se fala com o proponente, para eu fazer a alteração! Eram bem-vindas essas alterações. Eu fazia de bom grado e de forma imediata. Só para, agora, no Plenário, estarmos a fazer... Então, para que é que servem as Comissões?

Mais uma vez, eu repito: por isso é que eu meti como urgência, por isso é que eu não esperei o relatório, porque é apenas uma vassalagem que se faz para sonegar os partidos pequenos, que não conseguem de outra forma apresentar as iniciativas que querem, quando querem e como devemos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque se eu tiver dúvidas, eu vou a uma Comissão e faço as alterações. Esta é, sem dúvida, como Deputado, a minha opinião individual. E digo isto. E sempre foi a forma como eu vi estas Comissões.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, do Chega. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, para não esticar muito a coisa: hoje, 19 de maio, disse o Sr. Secretário, e disse bem...

Saúdo o Sr. Vice-Presidente, peço desculpa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito obrigado. Ainda há gente educada.

O Orador: E os Srs. Membros do Governo, peço desculpa.

(Aparte inaudível)

Querem-se sentar aqui no lugar do Chega? Cabe mais gente!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não, não! Deixe-se estar aí.

O Orador: Então, pronto, mantenham-se calmos! Precisamos é de serenidade.
... 19 de maio, Dia Mundial do Médico de Família.

Pronto, está tudo dito. Nós precisamos de trabalhar sobre isto. Parabéns ao PAN. Tenho acompanhado a iniciativa na Comissão onde eu estou. Tem feito um trabalho muito bom, como os restantes membros. Temos que trabalhar nisso.

Quanto ao PS, olhe, eu tenho uma resposta assim: ai, 24 anos depois, listas de espera!... Não há médicos de famílias? Eh pá, agora é que vai ser. Vamos apresentar, para a semana, uma proposta que vai resolver o problema dos médicos de família nos Açores. Ó senhores, isso é inaceitável!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís, do Partido Socialista.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente...

Presidente: Srs. Deputados, eu acabei de dar a palavra à Sra. Deputada Ana Luís, mas é-lhe impossível fazer a sua intervenção. E, portanto, peço à Câmara que reúna as condições para que a Sra. Deputada Ana Luís possa intervir.

A Oradora: Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Já ontem tive aqui oportunidade de referir, mas vou ter que dizer novamente: parece que incomoda a algumas Sras. e Srs. Deputados desta Casa que o Partido Socialista se apresente, desde o primeiro dia desta legislatura, como uma oposição construtiva, atenta e proativa. E, como disse ontem, talvez o desejo de alguns desses Deputados foi que estes 25 Deputados aqui estivessem sentados, quietos, sossegados, para não incomodar. Pois, mas não é isso que vai acontecer!

E parece que, particularmente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?!

A Oradora: ... se incomoda com isto e, particularmente, com as minhas intervenções. Pois bem, Sr. Deputado, ao fim de oito anos, o Sr. Deputado agora vai ter a resposta à altura, porque, como compreenderá, nos oito anos que passaram, as minhas respostas nunca poderiam ser ao seu nível, tiveram sempre que ser ao nível institucional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, agora, podemos, num debate aberto e franco, debatermos as nossas ideias e aquilo que nos separa, que é muito.

E, por isso, Sr. Deputado, o Partido Socialista, como qualquer partido nesta Casa, pode fazer as iniciativas legislativas que entender, quando quiser e como quiser.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Até agora, não discordo com nada daquilo que a senhora está a dizer.

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado, não há qualquer desmerecimento, entendemos nós, nesta nossa ação. E, portanto, não foi antes, há de ser depois.

Interessa é que venha enriquecer o debate e concretizar também aquele que é o objetivo, pelos vistos unânime deste Parlamento, para o problema que estamos, aqui, hoje, a debater.

E vamos então ao problema que estamos, aqui, a debater, que é a questão da fixação dos médicos no Serviço Regional de Saúde. Esta iniciativa que o Partido Socialista vai aprovar e que mereceu também o nosso apoio no debate em Comissão, temos toda consciência que não é a solução final deste problema. Será um passo importante.

Mas quiséssemos nós que apenas os incentivos financeiros, a formação contínua, a melhoria dos equipamentos e das instalações trouxessem para os Açores, agora, todos os médicos que necessitamos. Não. Todos nós sabemos que este é um problema de fundo e que (aliás, eu tive oportunidade de debatê-lo com a Sra. Presidente da Ordem dos Médicos) tem logo a ver, à partida, com a formação dos próprios médicos, a entrada nas universidades, que todos nós sabemos que também tem imensos constrangimentos, tem a ver com a casuística, tem a ver com o facto de os médicos, nos seus primeiros anos de formação, preferirem estar nos grandes centros.

Aliás, partilho convosco um estudo que foi feito sobre o Sistema Nacional de Saúde, em 2017, que dá conta que a área metropolitana de Lisboa encerra em si a maior parte dos médicos do Sistema Nacional de Saúde. Poderíamos compreender isso porque a área metropolitana de Lisboa, obviamente, também concentra em si uma grande parte da população, mas a verdade é que depois estes médicos não estão divididos pelas restantes regiões do país proporcionalmente ao seu número de habitantes. Este estudo dá-nos conta que o Alentejo, por exemplo, e o Algarve são as regiões do país que mais dificuldade têm na fixação de médicos de saúde familiar e que, por exemplo, apenas no Norte, apenas os grandes centros urbanos, como Braga, Coimbra, conseguem ter um melhor rácio nesta percentagem, porque, quanto mais vamos para o interior do país, principalmente nas zonas

rurais, onde vive também a maior parte da população envelhecida, esses números são, de facto, muito mais baixos.

E, portanto, este é um problema do país, não é um problema exclusivo dos Açores, mas é um problema dos Açores. É um problema dos Açores e é também um problema da Região Autónoma da Madeira, que, connosco, somos as duas regiões do país com uma menor percentagem de médicos por habitante.

E a verdade é que, também, se quisermos fazer essa comparação, compreendemos quais são as nossas limitações face, por exemplo, à Região Autónoma da Madeira: desde logo, somos nove ilhas com uma dispersão geográfica grande entre nós, que, obviamente, dificulta ainda mais, e com centros populacionais muito diminutos, o que dificulta a fixação destes técnicos de saúde nestas ilhas mais pequenas.

Mas também será injusto dizer e parece também que, quando estamos a debater esta iniciativa... que, reitero mais uma vez, nós apoiamos desde o início esta iniciativa, mas também não me parece justo dizer que parece que agora é que se vai efetivamente dar início a esse passo. Não é verdade. O Serviço Regional de Saúde tem vindo a ser completo. Não é com os números que nós gostaríamos, obviamente, mas nós temos vindo sempre numa fase de crescimento.

E diria também que o Serviço Regional de Saúde não é feito só de médicos, obviamente. Por exemplo: ao nível do pessoal administrativo, de 2003 a 2019, crescemos 43%; ao nível dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, quase 90%; ao nível dos enfermeiros, 60%; ao nível dos auxiliares de ação médica, quase 50%; e ao nível dos médicos, o rácio é, de facto, muito inferior, é de apenas 20%, mas é um crescimento.

Portanto, nós não estivemos de braços cruzados sem fazer nada para que estes médicos para aqui viessem residir. Portanto, não me parece justo que a imagem que se tentou passar por alguns Deputados neste debate foi: nunca se fez nada, agora é que se vai começar a fazer. Não, é errado!

E, por isso, o caminho faz-se caminhando. Nós vamos apoiar o caminho que o PAN decidiu fazer. E com o contributo que aqui entregaremos nesta Assembleia, pensamos nós que será mais um passo para este caminho, para que, efetivamente, se possa melhorar estas percentagens. Mas penso que nenhum de nós aqui poderá dizer que é para se resolver este problema, porque não será, com certeza.

Como aqui se falou, quer a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, quer o Sr. Secretário Regional, da questão da formação, que consta deste Projeto de Resolução e é também, na nossa perspetiva, extremamente importante, eu, em Comissão, tive oportunidade de perguntar ao Sr. Secretário qual era a verba que estava afeta à formação. O Sr. Secretário disse-me que havia uma verba, no Plano, de 250 mil. Há, efetivamente, mas é numa rubrica mais genérica que se refere à fixação de profissionais de saúde.

E, por isso, eu perguntava-lhe, Sr. Secretário, se me pode facultar qual é o valor, destes 250 mil, que se refere aos incentivos financeiros que estão previstos na lei atualmente e que foram reforçados ao nível do Orçamento para este ano e qual é o valor que está afeto à formação, nomeadamente às bolsas de estudo que habitualmente se atribuem, e à formação e à atualização contínua dos médicos do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer duas ou três coisas. Em primeiro lugar, referir que o local para debater as iniciativas no Parlamento dos Açores, em qualquer um, no sistema parlamentar, é o Plenário, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... onde estão reunidos todos os Deputados de todos os Grupos

Parlamentares e Representações Parlamentares. E é aqui que se fazem todos os debates. E não há debates nem votações em Comissão. A palavra final, soberana, é do Plenário, ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... como sempre foi e como tem de continuar a ser. O trabalho das Comissões é importante e não se substitui ao trabalho do Plenário. E não há qualquer tipo de importância ou vassalagem, como foi dito, no trabalho das Comissões. É um trabalho fundamental, onde se ouvem inúmeras entidades, sobre esta iniciativa e sobre muitas outras. Mas é aqui que se faz o debate final sobre qualquer uma das iniciativas e onde temos todos a mesma oportunidade e a mesma legitimidade de intervir, questionar, de falar.

E qualquer proponente de qualquer iniciativa tem não só o direito de a apresentar e defender, como o dever de esclarecer e de responder a qualquer um dos Deputados e Deputadas desta Casa.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Humildemente, em democracia, é assim que funciona. E, julgo eu, sobre esta matéria, fica claro qual é a nossa posição. E não abdicaremos, nunca, dessa prerrogativa e desse direito de questionar quem quer que seja no Plenário. E estamos sempre disponíveis para ser questionados em qualquer das nossas iniciativas, como não pode deixar de ser.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

O Orador: E, assim, fiquei sem perceber, sinceramente, qual é o objetivo da redação, que eu coloquei, porque disso depende o nosso sentido de voto. É algo tão simples quanto isso. Basta dizer se o ponto 2 do n.º 2 do Projeto de Resolução pretende, ou não, dar prioridade na entrada na função pública aos cônjuges dos médicos ou médicas que venham trabalhar para a Região. É tão simples quanto isso. Sim ou não? Se a resposta é sim, teremos um sentido de voto. Se a resposta é não, teremos outro. É tão simples quanto isso. Não há aqui qualquer dificuldade

sobre esta matéria. Queremos ser esclarecidos. Se é apenas uma questão de mobilidade, ou se vamos passar a ter um regime em que para entrar na função pública já não é o cartão do partido, é ser casado com um médico ou médica.

(Aplausos da Deputada Alexandra Manes)

Deputado Nuno Barata (IL): Mais grave, prioridade no concurso público! Discriminação! Mais grave!

O Orador: É tão simples quanto isso o que queremos saber.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A democracia tem sempre dois lados, duas interpretações, duas opiniões. E cada um individualmente diz o que quer.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não respondeu foi à questão colocada.

O Orador: Eu respondi ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. Exatamente, você perguntou, eu respondi. Não vou repetir segunda vez, porque a democracia também não precisa de mais ouvidos relativamente a isso.

E como eu respondi “em mobilidade”, repito novamente não para o Bloco de Esquerda, mas para as outras pessoas ouvirem, eu nunca, mas nunca me excluí de responder a qualquer Deputado.

Agora, há interpretações. E o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda tem as interpretações que ele pretende, para aquilo que serve, relativamente ao Regimento. E há coisas que não interessam o Regimento, interessa-lhe a sua democracia. A minha democracia individual tem a ver com a Comissão.

Você tem o direito de reserva. Obviamente, pode ter o direito de me perguntar o

que pretender, mas, na Comissão, V. Exa. também o poderia fazer e não o fez. E é daí a forma como eu também gosto da minha democracia, dar, obviamente, o meu argumento. E o meu argumento não é fraco relativamente a isso. Aqui, V. Exa. faz apenas para ter um palco, quando V. Exa. poderia ajudar os profissionais de saúde. V. Exa. não o fez. São duas interpretações. A Comissão existe. Sim, senhor. Eu respeito.

Eu pedi desculpa, em janeiro, a todos os Deputados, porque me disseram que os diplomas saem mais robustecidos e não tem a ver com as diligências, saem mais robustecidos pela experiência de alguns Srs. Deputados e Sras. Deputadas. E não estou a ver sequer isto agora.

Está no direito do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda fazer o que entender da democracia. Está no meu direito fazer o mesmo e não aceitar o seu paternalismo. Tem a ver com isso.

Sra. Deputada Ana Luís, eu concordo consigo, isto não vai solucionar todo o problema. Isto não é o *Deus ex machina* da região dos Açores ou das regiões interiores de Portugal Continental ou da Madeira. Isto começou em 2014...

Sr. Presidente, eu acho que não me estão a conseguir ouvir...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado. Agora, penso que sim, estão reunidas as condições. Faz favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

E obviamente que isto é um problema de fundo nos Açores, na Madeira e, obviamente, no Continente. E tudo o que a Sra. Deputada Ana Luís disse, os dados estão totalmente corretos. Aliás, foi a base da nossa investigação para fazer mesmo esta iniciativa. Tem a ver com a atualização que nós temos que fazer para não entrarmos no obsoletismo, que muda anualmente porque estamos a concorrer, obviamente, com outras regiões dentro de Portugal. E esse é que é o problema. Nós temos sempre que fazer essa atualização. E essa atualização é sempre bem-vinda. É por isso que nós tínhamos, obviamente, que atualizar dentro do mercado

(e peço imensa desculpa de usar esta palavra, mas é um mercado). Em termos de medicina, tem a ver com a quantidade de médicos ser inferior à procura dos hospitais, neste caso dos especialistas. Temos que fazer, obviamente, essa atualização. Eu esperava era que essa atualização não fosse para a semana. O obsoletismo não vai entrar já para a semana.

Era só isso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Duas notas. A primeira delas, relativamente à questão que tem sido colocada pelo Bloco de Esquerda, é que o entendimento do Governo relativamente ao cumprimento desta matéria relativa às condições para a fixação do cônjuge deve ser feito dentro do quadro legal vigente para cada uma das situações. Obviamente que é em cumprimento do quadro legal que será abordada essa possibilidade de haver algum critério que o defina, mas, obviamente, dentro do quadro legal vigente, sem que com isso se esteja a identificar qualquer outra norma paralela que viole as regras de contratação.

Deputado Nuno Barata (*IL*): É o que está escrito.

O Orador: É esse o entendimento do Governo, que estou a manifestar. O meu entendimento e o entendimento do Governo sobre esta matéria é este.

No que diz respeito à dotação dos 250 mil euros, obviamente que há um plano de formação, que está a ser construído esse plano de formação. Ainda não está finalizado. E não estando finalizado, não consigo definir qual é o valor rigoroso das ações de formação, contínuas, que serão necessárias.

Para além disso, há muitos aspetos da formação que estão previstos no Orçamento. Estamos a falar de despesas correntes, que estão no Orçamento, do

Serviço Regional de Saúde, a nível de emergência. E um conjunto de outras matérias que estão no Orçamento e são despesas correntes. Muitas dessas despesas, antes, estavam no Plano e por uma questão de transparência passamos para o Orçamento, nomeadamente os reembolsos. Os reembolsos, antes, estavam no Plano de Investimento, passamos para despesa corrente. Os contributos para as deslocações estavam no Plano, passamos para o Orçamento. E também há aqui partes da formação que estão no Orçamento. No que diz respeito à verba que está no Plano, ainda não está construído esse plano.

No que corresponde ao valor relativo aos incentivos à fixação, obviamente que tudo vai depender da Resolução que vai identificar quais são as ilhas e quais são as áreas que vão beneficiar dos incentivos à fixação, que depende desta regulamentação. Vai depender disso, mas também vai depender dos médicos que vão aderir, ou não, ao sistema de incentivos. Por isso, dependendo disso, há esta verba que está prevista globalmente e que vai ser, depois, utilizada de acordo com estas variantes que acabei de referir. E que não poderia de modo algum dizer, porque, infelizmente, não adivinho quantos médicos vão concorrer, quantos médicos vão pretender aderir a este mecanismo de incentivo à fixação, sendo certo que, a qualquer altura, se houver uma adesão ainda mais intensa de médicos, pode sempre haver uma revisão ou uma alteração que preveja a dotação das verbas suficientes para concretizar aquilo que é o objetivo final: fixar médicos nas ilhas dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Deputada Ana Luís, vejo que V. Exa. me guarda alguma mágoa.

Deputada Ana Luís (PS): Oh, Sr. Deputado!...

O Orador: Não há razões para isso, na minha perspetiva. Não tem nenhuma razão para isso. Eu, em relação àquilo que foi o relacionamento que tive com V. Exa. a

desempenhar funções como Presidente da Assembleia Legislativa e eu como Deputado, não guardo nenhuma mágoa em relação a esse relacionamento. Portanto, da minha parte, o que eu faço sempre... É verdade. É absoluta verdade. Sabe, Sra. Deputada, eu não concordei com algumas das suas decisões, é público e notório, ...

Deputada Andreia Costa (PS): A sério?!

O Orador: ... mas sempre considerei que V. Exa. é uma Sra. Deputada inteligente, trabalhadora e que, obviamente... É verdade, sempre pensei isso. E, portanto, valorizo sempre muito a sua opinião. Discordo muitas vezes...

Mas veja, Sra. Deputada, a Sra. Deputada acabou de anunciar um fosso enorme entre o que a Sra. Deputada pensa e o que eu penso. Eu não vi grande diferença. Valorização da carreira médica, diz V. Exa. Eu também defendo. V. Exa. diz que deve ser fundamentalmente uma função da Região. Eu defendo isso. V. Exa. também defende. O que é que nos separa? Qual é o fosso que nos separa? O fosso que nos separa é entre as palavras e aquilo que é concretizado.

E, portanto, o que eu sempre defendi é que estas ideias... Não basta dizer que queremos fazer, que queremos revalorização a carreira médica, é preciso dar passos decisivos nesse sentido.

Vou dar-lhe um exemplo: o reposicionamento remuneratório na carreira médica, que está por fazer desde 2018. O Governo, abrindo a negociação, tem que fazer isto. Porque é que não o fez? Teria um efeito decisivo. O que é dito e o que é que é decisivo do ponto de vista político nesta Resolução? É que isso é para fazer de forma urgente. E este Governo assume essa incumbência política. E, portanto, essa é uma diferença.

Veja, V. Exa. diz que lhe interessa muito implementar políticas para a fixação de médicos na nossa Região. O que é que fez nessa matéria, Sra. Deputada? Está a ver? O que nos diferencia é realmente a execução destas políticas.

Deputado Francisco César (PS): O senhor ainda não fez nada!

O Orador: Estou a ouvir vozes do Além também... Vozes, há muito, pouco escutadas. Venha para o debate, Sr. Deputado! Venha para o debate! Sr. Deputado Francisco César, já tenho saudades de V. Exa. no debate, aqui na primeira linha, na primeira trincheira da defesa das políticas do Governo. Venha lá! Vamos reviver o passado!

Mas o que lhe quero dizer, também, e aqui quero fazer uma referência ao Sr. Deputado Pedro Neves, com mea-culpa também da minha parte, da parte do meu Grupo Parlamentar, é que há, de facto, que aproveitar melhor o debate no âmbito das Comissões para colocar as questões técnicas, para colocar as pequenas dúvidas. E isso é algo que deveria ser feito também. É feito pelo PPM? Também não é feito pelo PPM de forma sistemática como deveria ser. Portanto, eu mea-culpa faço em relação a esta matéria. Há que aprofundar e há que aproveitar este momento. Eu bem sei porque é que não se faz. Não é por falta de vontade, muitas vezes, é porque essas questões, depois, no âmbito do debate do Plenário, são questões e dúvidas que brilham com outra intensidade. Eu bem sei, já estou aqui há muitos anos. E sei porque é que essas coisas não se fazem, não é? Os Srs. Deputados estão a pensar: bom, o senhor também não coloca todas as dúvidas. É verdade, ...

Deputado António Lima (BE): Então, porque é que está a dizer?

O Orador: ... mas podemos melhorar. E essa é a diferença que eu acho que é significativa. É sempre possível melhorar. E eu estou sempre pronto para aprender e estou sempre pronto para melhorar. Aliás, eu tenho vindo a melhorar com o tempo em muitos aspetos.

Deputado Carlos Silva (PS): Não se nota!

(Risos da Câmara)

O Orador: Eu acho que se nota. E a piorar noutros também. É verdade.

Mas a questão fundamental é esta. E é por isso, e termino esta intervenção, que é mais fácil. Eu vejo esta questão como um corredor que tinha várias portas. E é difícil correr quando, depois, no final, ao fim de dez metros, se tem que abrir a porta. E V. Exa. facilita esta corrida, sabe porquê? Está a abrir portas. E é mais fácil. Pois, a partir daí, dar o tal passo em frente, que a Sra. Deputada fala, a tal caminhada. A Sra. Deputada está a insistir muito nestas figuras de estilo, que é uma coisa que eu bem precisava, de mais exercício, de mais caminhadas. Mas o que eu lhe quero dizer é que, de facto, é mais fácil abrindo portas.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas chegar-se à frente, o senhor chega-se!

O Orador: Chegar-se à frente, grande salto em frente...

Portanto, é necessário, de facto, abrir as portas para que isso seja possível fazer. E o que é decisivo do ponto de vista político, porque uma Resolução é sobretudo um assunto político e decisivo? É que há aqui algo que o Governo sai daqui com essa responsabilidade, que é abrir este debate urgente. Urgente! E este debate vai ser feito e é muito positivo e é muito valorizado pela classe médica na nossa Região. Não tenham qualquer dúvida. Há muito tempo que estão à espera deste diálogo e deste compromisso por parte do Governo dos Açores!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, o senhor puxou a carroça, mas puxou a carroça de forma deficiente, digamos. A carroça está pesada e não é, certamente, com a acusação de que aqui se busca palco ou sem dar a resposta às perguntas que se faz que o senhor vai puxar a carroça ou abrir as portas que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tanto pretende que o senhor abra, porque na resposta que o senhor deu ao Bloco de Esquerda esqueceu-se de um pormenor do que está aqui escrito na medida resolutiva. É que aqui diz: “atribuição de prioridade em concursos públicos.” Vai ser atribuída prioridade em concursos públicos?

O Sr. Secretário escusa de pedir a palavra, porque o Sr. Secretário disse uma coisa... Aquilo que o Sr. Secretário diz tem razão, mas não é o que está escrito na Resolução. O que está escrito na Resolução é: “Fomentar condições para a fixação do cónjuge quando este exerce funções em instituições públicas, quer seja por mobilidade (...)”, como o senhor respondeu ao Sr. Deputado António Lima, e bem (ainda tenho as minhas dúvidas), mas o mais grave é “(...) atribuição de prioridade em concursos públicos.” Isto é uma discriminação positiva que cria centenas de discriminações negativas! Não pode! Isto nem sequer pode ser feito! Isto é uma ilegalidade!

E, portanto, eu percebo que o Sr. Secretário esclareça, e bem, que esses critérios não vão ser aplicados. Mas então isto não pode estar aqui, porque isto o que está recomendando ao Governo é que o Governo, a partir de amanhã, dê prioridade nos concursos públicos aos cônjuges dos médicos que quer colocar aqui, ali ou acolá. Haja médicos para colocar! Mas isto é outro problema. Este é outro problema.

Nós podemos aqui dizer que queremos dez astronautas, amanhã, em Santa Maria, porque o tal spaceport vai precisar de dez astronautas, e só nos aparecer um. Mas nós podemos ter a pretensão de querer dez. E podemos querer ter 20 engenheiros aeroespaciais na Terceira Tech Island, mas só nos aparecerem três. E claro que nós queremos centenas de médicos em todas as ilhas dos Açores, onde não há

hospitais, onde há hospitais, onde faltam imensas valências, onde faltam imensas coisas. Haja dinheiro para os pagar, mas haja principalmente médicos que queiram vir, porque isto não se faz por decreto, muito menos por resolução.

E, portanto, há aqui que esclarecer se, de facto, esse ponto 2 do ponto 1 das medidas resolutivas é para manter a questão da prioridade nos concursos públicos, que é, no meu ponto de vista e penso que da generalidade desta Câmara, uma ilegalidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Ouvimos, aqui, da Sra. Deputada Ana Luís, que o Partido Socialista legisla quando, como e onde quiser.

Deputada Ana Luís (PS): Claro!

O Orador: E é esta, digamos, a diferença para o atual contexto legislativo em que nos encontramos. É que, durante 24 anos, os últimos 20 anos de maiorias absolutas, nós continuamos a assistir à escassez de médicos na Região Autónoma dos Açores, continuamos a assistir à falta de incentivos para que os médicos venham para os Açores fixarem-se e ajudar a população dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Tudo isto foi sendo mantido ao longo de anos. E, felizmente, na sequência das eleições de 25 de outubro que configurou um novo Parlamento, é pela voz do Partido dos Animais e Natureza que se traz a esta Assembleia um Projeto de Resolução para, precisamente, criar incentivos à fixação dos médicos nos Açores e trazer novas formas de encarar a saúde na nossa Região Autónoma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E isto tem que ser enaltecido! E isto tem que ser reconhecido por todos os partidos, inclusivamente pelo Grupo Parlamentar do PSD, reconhecer o mérito desta iniciativa do PAN! Não custa nada reconhecer que houve aqui um esforço que foi e que é meritório por parte de PAN em trazer esta matéria a discussão neste Parlamento.

Deputada Ana Luís (PS): Mas quem é que disse o contrário?

O Orador: Porque senão, e com o nosso, também, mea-culpa, nós, efetivamente, não estávamos a discutir esta matéria.

A diferença, Sra. Deputada Ana Luís, é que o PS legisla quando, onde e como quiser. E foi isso que fez nos últimos 20 anos, não legislou nessa matéria.

E, por isso, com os méritos deste Projeto de Resolução, que certamente terá em linha de conta as melhores medidas para serem aplicadas por parte do Executivo Regional, no quadro legal de uma situação de carácter excecional, de carácter meramente transitório, de fixação de médicos nesta terra, nos nossos Açores, que estão geograficamente dispersos, com vicissitudes características de cada uma das ilhas, naturalmente que esta medida terá que ser e merecer a aprovação por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é isso que é importante enaltecer. É o mérito desta iniciativa.

Tal como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão há pouco, o Sr. Deputado Pedro Neves deu um passo em frente e deu-nos uma lição do que é a democracia e o que é a importância de termos uma maior representatividade parlamentar neste hemiciclo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito breve, para dizer o seguinte: estamos aqui a discutir uma Resolução. A Resolução recomenda ao Governo. E há histórico nesta Assembleia de tantas e tantas Resoluções que recomendaram ao Governo um determinado tipo de conduta governativa e que não foi cumprido porque o Governo não quis ou porque não pôde. É só para dizer que estamos a falar neste âmbito.

E o que eu referi da minha intervenção é que a limitação do cumprimento da parte do Governo tinha a ver com o poder legal. Foi isso que eu fiz.

Deputado Nuno Barata (IL): E tem razão!

O Orador: No entanto, e perdoem-me a ousadia institucional, porque o Governo não tem iniciativa parlamentar nesta matéria, mas podia sugerir que, para evitar qualquer tipo de dúvida, houvesse uma alteração ao Projeto de Resolução no sentido de se retirar a questão da contratualização e ficar reduzida à questão da mobilidade. Mas digo isto, perdoem-me a ousadia institucional porque não temos iniciativa, mas...

Deputada Ana Luís (PS): A mobilidade também não pode, sem haver qualquer tipo de concurso.

O Orador: Não percebi...

Pronto, sugeri essa alteração para evitar qualquer tipo de dúvida. Eu não queria entrar aqui em grandes discussões legislativas ou jurídicas.

Eu entendo que, nalgum critério... porque há, na lei portuguesa, ao longo dos

tempos, situações que preveem a bonificação dos cônjuges estarem a trabalhar numa determinada zona. Há histórico legal, jurídico, disso.

Deputado Nuno Barata (IL): Antes do 25 de Abril havia muito!

O Orador: Sim, mas mesmo depois. Eu estou a falar que pode haver a mobilidade e é legal. Tenho mais dúvidas jurídicas sobre o critério genérico na contratação haver essa prioridade, sim. Em termos de mobilidade, não vejo que haja problema de fundo nisso. De qualquer maneira, é uma dúvida jurídica e não estamos aqui para fazer discussões jurídicas, estamos aqui a fazer uma discussão política, sendo que com parâmetros jurídicos. E por isso referi o que referi, para acautelar o cumprimento do Governo sobre esta matéria, sempre dentro do quadro legal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu já tinha pedido a palavra mesmo para fazer uma proposta de alteração. Isto, porque, obviamente, não tem a ver com o ego do Deputado Pedro Neves, isto tem a ver com o objeto em si, que são os profissionais de saúde, sobre a interpretação que tem que ser. Então, obviamente que eu faço a primazia para que todas as bancadas estejam bastantes confortáveis relativamente a algumas sensibilidades que não têm, da mesma forma que eu não tenho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Eu tenho outras sensibilidades, que é uma sensibilidade mais em termos de alguma seriedade que eu vejo a Comissão. Vejo a Comissão de forma diferente do Sr. Deputado, por exemplo, Nuno Barata. Não foi de forma deficitária ou deficiente que eu, obviamente, abri as portas, Sr. Deputado Nuno Barata, simplesmente fiz de uma forma interpretativa completamente diferente. Não quis mostrar de outra forma alguma deficiência jurídica dentro de um Projeto de

Resolução. Não foi isso.

Também não tem a ver com o trabalho de horas, dias, semanas, para que isto fosse cumprido, tanto também com os apoios pecuniários, de forma diferente daquilo que estava tabelado só de uma forma.

E obviamente que eu farei a vontade para que esta iniciativa não vá abaixo. E esta é a humildade com que eu entro dentro deste Plenário. Mas continuo com a minha posição da Comissão, onde a Comissão tem o direito, não de voto, porque eu nunca falei de voto, o voto vale muito pouco, como nós sabemos, é apenas uma formalidade, é uma formalidade o voto na Comissão, não falo do voto na Comissão, eu falo na discussão, neste caso, de fazer pontes entre todos os partidos, em que possamos, obviamente, fazer um trabalho para que as nossas iniciativas fiquem melhores.

Por isso, Sr. Deputado Nuno Barata, a orgânica tem que mudar, porque obviamente que a Representação Parlamentar do PAN e da IL precisam de mais pessoas, para nós termos, obviamente, um trabalho com mais qualidade.

E talvez as Comissões também... Temos, obviamente, aquele brilharete político, como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a gente tem esta Câmara, obviamente, para o ter, com toda a legitimidade, obviamente, mas a própria Comissão também o é, um órgão desta Assembleia. É aí, de forma séria, que, se o PAN, de futuro, como do passado e como no presente, tiver dúvidas, vai remeter essas dúvidas em Comissão. E é assim que eu vejo como Deputado. Eu lamento ver de forma diferente, mas é assim, cada um vê da sua forma, com todo o respeito. Agradeço é que respeitem também a forma como eu vejo, que não é de forma ilegal.

As Comissões servem para fazer diligências e para os Deputados discutirem, para as iniciativas ficarem bem mais melhoradas. É assim que eu vejo uma Comissão. Porque, senão, como Deputado único do PAN, é uma perda de tempo para mim determinadas Comissões onde sequer eu não posso remeter algumas situações e

tenho que ficar, obviamente, sem diligências (eu estou a falar sem diligências) e tenho que, supostamente, ouvir e é uma perda de um dia de trabalho, à partida, quando as Representações Parlamentares como a IL e o PAN têm pouco tempo e a gente não consegue sequer dormir para conseguirmos fazer iniciativas. Essa é a diferença. Ou as Comissões são profícuas e têm qualidade legitimada ou então serve só para inglês ver. Peço imensa desculpa.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Deputado, vai apresentar a proposta de alteração ou não?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado...

Sr. Deputado Pedro Neves, uma interpelação à Mesa. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

É só para pedir um intervalo regimental.

Presidente: Um intervalo regimental de 15 minutos? É regimental. Voltamos às 17 horas e 20 minutos.

Eram 17 horas e 07 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 29 minutos.

Vamos, então, dar continuidade ao nosso debate. Está inscrito o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte: em primeiro lugar, de certa forma, agradecer ao Governo por ter explicado qual era a sua interpretação relativamente à proposta e

da forma como achava que ela deveria ser aplicada. Isso é, naturalmente, importante, porque, sendo um Projeto de Resolução, implica, naturalmente, uma interpretação da parte do Governo. Mas não deixando de dizer que aquilo que o Parlamento faz é aprovar uma redação e tem um entendimento sobre aquela redação. Daí, naturalmente, as dúvidas que possam surgir em qualquer proposta deste tipo, nomeadamente Resoluções ou mesmo Projetos de Decreto Legislativo Regional.

Eu gostaria apenas de dizer que saúdo que a Representação Parlamentar do PAN reconheça que a redação podia ser clarificada, se é esse o entendimento, porque, efetivamente, o que lá estava escrito não era uma questão de mobilidade. E mesmo a mobilidade deixa dúvidas, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Mobilidade é o que se faz hoje em dia!

O Orador: ... mas não deixa qualquer dúvida que não poderia existir qualquer tipo de vantagem, qualquer tipo de discriminação positiva por ser cônjuge de um profissional de uma qualquer profissão, neste caso da carreira médica.

E apenas também para dizer o seguinte: ainda não vi a redação e por isso não me posso pronunciar sobre ela neste momento, guardo para mais tarde no debate se assim o justificar, mas se essa questão for clarificada e for totalmente eliminada ou retirada do Projeto de Resolução, não teremos nada a opor, naturalmente, ao Projeto de Resolução.

Apenas também para dizer o seguinte: este Parlamento tem um Regimento. E o Regimento prevê, claramente, que a especialidade é tratada em Plenário. É verdade que este não é um Projeto de Decreto Legislativo Regional, é um Projeto de Resolução, mas, sendo um Projeto de Resolução, implica, em primeiro lugar, que o único que tem a possibilidade de o alterar seja o proponente, quer dizer que qualquer Grupo ou Representação Parlamentar mesmo que quisesse não poderia apresentar uma proposta de alteração, ou seja, parte dessa discussão não teria

sentido se nós pudéssemos apresentar uma proposta de alteração que clarificasse a redação e melhorasse, no nosso entender.

E também, em segundo lugar, a alteração de Projetos de Resolução durante o debate é algo bastante comum neste Parlamento. Julgo eu que todos os partidos, ou quase todos, já o fizeram. O Bloco de Esquerda já o fez por diversas vezes e certamente que estará disponível para o fazer, caso assim o justifique, durante o debate das mais diversas iniciativas, logo que haja motivos para tal. É, obviamente, uma situação perfeitamente natural, normal, no debate parlamentar aqui neste Parlamento, onde a especialidade é, efetivamente, feita no Plenário. Podemos discordar disso, mas é aqui que se faz a especialidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes, do Partido Socialista. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, permita-me que faça apenas aqui uma reposição de factos. Há pouco, falou sobre o Acordo de Empresa. De recordar que o Acordo de Empresa para hospitais foi assinado com os sindicatos e publicado em novembro. Portanto, neste momento, o que está em falta são seis meses de atraso da parte do Governo para o executar.

Relativamente aos incentivos à fixação, Sr. Secretário, V. Exa. não se pode esquecer que há já médicos fixados e a cumprir o seu compromisso, conforme consta no Decreto Regulamentar de 2014. Portanto, cabe agora ao Governo cumprir também o seu compromisso naquilo que se refere a esta matéria, ou seja, há incentivos que têm continuidade, provenientes de anos anterior para o atual. E, portanto, não é correto quando diz que verba de incentivos para 2021 depende dos

médicos a fixar.

Por outro lado, dizer que retirou a formação do Plano e a passou para o Orçamento. Então, Sr. Secretário, se assim foi, porque não o fez também de forma semelhante relativamente à formação para os profissionais do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, onde, no Plano para 2021, consta uma ação relativa à formação destes profissionais? É, portanto, aqui, mais uma contradição, Sr. Secretário. Peço desculpa, mas V. Exa. ou se equivocou ou não tem, efetivamente, perceção daquilo que acabou de dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à iniciativa apresentada pelo Partido Socialista, devo dizer que a mesma tem origem num documento elaborado em articulação entre os serviços da Direção Regional da Saúde e os serviços da Secretaria Regional da Saúde, no ano transato. O documento de então está em posse dos serviços da Secretaria Regional da Saúde e já podia ter sido apresentado pelo Governo, mas não o foi. Portanto, o Grupo Parlamentar do PS mais não fez, não faz, nem deixará de fazer, do que, como referi, com a experiência adquirida, apresentar propostas. Se nada tivesse sido feito, não teríamos uma variação positiva de 19% relativamente ao número de médicos desde 2012 até 2019, por muito que isso custa a algumas das Sras. e dos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Pedro Neves, na sua intervenção, e peço-lhe que me corrija se eu estiver equivocado, referiu que o Governo Regional anterior não reviu anualmente os incentivos à fixação dos médicos. A ter sido isso, efetivamente, que o Sr. Deputado referiu, peço-lhe que indique a esta Assembleia onde consta, no Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2014, a referência a que os incentivos são revistos, repito, revistos anualmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que nesta Assembleia já foi feita uma substituição, mas, a falar com algumas bancadas desta Assembleia, não houve, obviamente, uma forma fechada relativamente à redação do ponto 2. Então, o PAN, obviamente, não mudou a redação do ponto 2 em si, mas, obviamente, recomenda ao Governo, se, obviamente, esse ponto 2 não for legal, que ele não seja cumprido, porque, obviamente, está a entrar dentro de uma ilegalidade. E foi essa a diferença que nós fizemos. Obviamente que o Governo, depois, na sua interpretação jurídica, se vir que é uma ilegalidade, não vai sequer cumprir. E é essa a alteração que nós fizemos, porque houve vários apontamentos que não convergiram exatamente na mesma redação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições...

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para intervir neste processo e neste debate desta Proposta de Resolução, porque há uma questão que, enfim, me pareceu, também, particularmente notória nesta intervenção e que tem a ver com a tentativa de reescrever a história, nomeadamente pela intervenção do Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, e que, no fundo, é uma intervenção que vem na sequência de um conjunto de outras intervenções de Srs. Deputados, especialmente, do Grupo Parlamentar do PSD, é certo, e que, no fundo, a ideia que pretendem transmitir é que a Região estava a regredir, a Região estava a recuar e que agora é que, no

fundo, se nascerão os novos amanhã que cantam (acho que é qualquer coisa assim parecida).

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Talvez não!

O Orador: Bom, isso não corresponde à verdade. E a razão da minha intervenção é exatamente a de salientar este ponto.

A Região fez um percurso, e eu tenho os dados apenas em relação aos últimos oito anos, mas este percurso não foi apenas nos últimos oito anos, foi já há muito tempo, um percurso progressivo de reforço dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente naquilo que tem a ver com os médicos e, enfim, outros profissionais. Apenas para vos dar conta disso, no caso de médicos, entre 2012 e 2019, houve um crescimento de mais de 19%, naquilo que tem a ver com médicos afetos e presentes no nosso Serviço Regional de Saúde; 39% no caso de médicos dentistas; 11% no caso de enfermeiros; e 19% no caso de técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Só para dar um exemplo concreto dos resultados deste processo, entre 2012 e 2019, foram menos 60 500 açorianos que deixaram de estar numa situação de não terem médico de família.

Quer isto dizer que está tudo resolvido? Não, não quer. E por isso é que ainda há, quer nesta componente dos médicos de família, quer num conjunto de outras componentes, a necessidade de continuar, de reforçar, de, eventualmente, aprofundar e aperfeiçoar esse percurso e esse trajeto que vinha sendo feito.

Agora, o que não posso, também, é ouvir, nesta Casa, dizer que nós vivíamos nas trevas e na escuridão, em que tudo corria mal, e que agora, a partir de novembro do ano passado, é que as coisas começam a encaminhar-se.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É um facto!

O Orador: Aliás, é com a consciência de que há, ainda, muito trabalho a fazer, que vários partidos políticos, nesta Câmara, apresentaram ou vão apresentar, entre

os quais o Partido Socialista, propostas que vão exatamente neste sentido. Estes números significam apenas que há já um percurso feito de melhoria neste caso concreto da saúde, como, jugo eu, em relação a qualquer outro indicador em que a Região fez um percurso de melhoria, nalguns casos não com a rapidez e com a intensidade que todos nós, acredito, gostaríamos que fosse feito, mas, mesmo assim, um percurso de melhoria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): Só faltava que não fosse também!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faz favor.

(*) Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: A consciência do trabalho feito, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é ditada por aquilo que diz o povo dos Açores. E o que facilmente se constata é que, se perguntar aos açorianos se estão satisfeitos com o seu Serviço Regional de Saúde ou com o Serviço Regional de Saúde deixado pelos Governos sucessivos do Partido Socialista, a resposta é inequívoca, não estão satisfeitos.

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: E o próprio Partido Socialista, aqui, conforme disse neste hemiciclo, também não está satisfeito, o que reconhece que o seu trabalho foi um trabalho pouquinho. É a tal vitória pouquinho. É um trabalho pouquinho. Porque, senão, o que dizer aos mais de 10 mil açorianos que estão à espera de uma cirurgia para encontrar a saúde ou melhorar a sua qualidade de vida? O que é que é preciso dizer aos açorianos que estão há anos à espera de uma consulta, que estão anos à

espera de um meio de diagnóstico para detetarem que doença é que lhes aflige, que meio de tratamento é que podem procurar para reencontrarem-se com o estado de saúde? O que é que nós podemos dizer aos açorianos que, ao longo destes últimos anos de governação exclusiva do Partido Socialista, possa acalentar, possa abrir-lhes um horizonte de esperança para encontrar uma saúde que tanto anseiam?

Essa má consciência ou essa falta de visão para os Açores e para o povo dos Açores foi trazida a este debate, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nem sequer foi pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, foi pelo PAN, o que espelha bem, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que este sentimento não é exclusivo do PSD, estende-se a outros partidos políticos, como V. Exa. bem sabe, que também sabem e vivem o sentir do povo dos Açores.

E é nesta medida que é preciso relembrar que a democracia e a centralidade do Parlamento dos Açores é, sem dúvida, uma lufada de ar fresco na nossa autonomia!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era apenas para dizer que eu reafirmo tudo aquilo que disse na minha intervenção anterior.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Esta é a postura que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, enquanto Presidente do Governo Regional dos Açores, manteve. É o “quero, posso e mando” e o “reitero tudo o que disse”, sem ouvir, sem ter o mínimo de sensibilidade política para ouvir os partidos que estão aqui representados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Habitue-se, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, já não tem maioria absoluta! Hoje, nós temos um Parlamento com oito forças políticas.

O Sr. Deputado, se quer reiterar aquilo que disse de uma forma veemente como acabou de referir, fica, digamos, com essa expressão para si mesmo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Volta Luís Maurício! A falta que faz o Luís Maurício!

Deputado Manuel Ramos (PS): Grande líder!

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faz favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, relativamente à satisfação dos cidadãos relativamente ao Serviço Regional de Saúde, se calhar deveria recordar, pese embora isso não nos satisfaça totalmente, mas o Inquérito Regional de Saúde dos Açores, promovido pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, em que, em 2015, cerca de 72% dos cidadãos açorianos estavam satisfeitos, muito satisfeitos ou totalmente satisfeitos com os cuidados de saúde na Região. Portanto, eu convidava-o. E, se calhar, ainda deve estar na página da Direção Regional de Saúde, se não tiverem retirado.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para, tendo em conta termos já recebido a proposta de substituição integral, afirmarmos aquela que é a nossa avaliação e a nossa posição final sobre este Projeto de Resolução. Eu, com o devido respeito, julgo que mais valia não se ter mexido, porque saiu pior a emenda do que soneto. É que a proposta que entrou a substituir diz o seguinte: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que avalie segundo o critério de legalidade e, em função desta avaliação, implemente o seguinte (...)”. Um conjunto de pontos, inclusive aquele da prioridade nos concursos públicos e na mobilidade.

Ora, ninguém está à espera que um partido chegue aqui e, conscientemente, recomende algo que não seja legal. Pode acontecer por desconhecimento, inadvertidamente. Como é óbvio, pode acontecer. Agora, ninguém está à espera que não seja legal.

E não faz qualquer sentido dizermos que o Governo veja se é legal e depois faça

se for legal ou não faça se for ilegal! Julgo eu que isso não faz absolutamente sentido nenhum! Ou nós consideramos que a proposta é legal e com a qual concordamos e propomos, ou então não fazemos nada!

Deputado João Vasco Costa (PS): Concordo! Tem toda a razão!

O Orador: Mas vale não fazer nada! Eu julgo, e o Bloco de Esquerda a avaliação que faz é que a proposta deve partir de um princípio, mesmo que esse princípio fosse legal: nós discordamos que alguém por ser casado com alguém possa ter um acesso privilegiado à função pública. Este é que é o problema. Não faz qualquer sentido. Isso é inconstitucional e é quase imoral.

E nós não podemos acompanhar este Projeto de Resolução, vamo-nos abster. Concordando na íntegra com tudo o resto, mas com esta matéria, por ser algo tão delicado e tão sensível, nós não podemos, de forma alguma, acompanhar, na totalidade, o Projeto de Resolução, não podendo votar ponto a ponto porque isso não é possível nos Projetos de Resolução. Mas julgo que esta lógica de dizer ao Governo para avaliar a legalidade não é a melhor lógica para um Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Tem a palavra, Sr. Deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era uma interpelação, Sr. Presidente, para solicitar à Mesa que fornecesse, tão breve quanto possível, cópia do Diário das Sessões, não da última intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes, mas da intervenção anterior do Sr. Deputado Tiago Lopes, que eu tentei perceber, mas talvez por deficiência sonora não percebi bem, não percebi se foi exatamente isso que disse, que o Sr. Deputado Tiago Lopes

afirmou que a proposta que ia apresentar para a semana era resultado do trabalho feito pela Direção Regional da Saúde e da Secretaria Regional da Saúde, no ano transato, com recolha de dados. E que iria apresentar essa proposta porque este Governo ainda não tinha apresentado. Era só para ter a certeza que tinha sido exatamente isto que tinha sido dito. E era para pedir cópia do Diário para esse efeito.

Muito obrigado.

Presidente: Ser-lhe-á entregue quando o Diário estiver feito.

Sr. Vice-Presidente, tinha pedido a palavra? Não percebi se tinha pedido a palavra.

Sim? Para participar no debate? Faz favor, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta matéria da saúde, como sabem, é uma matéria que sempre me foi muito cara e cara a cada um de nós.

Deputado Nuno Barata (IL): E é cara!

O Orador: Diga, Sr. Deputado?

Deputado Nuno Barata (IL): Fui eu! E é cara, de facto!

O Orador: Ah, é cara, sim.

Deputado Francisco César (PS): Agora digo-lhe eu, Sr. Vice-Presidente: diga?

O Orador: Os apartes são regimentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A memória é uma coisa interessante de ser ter, não é? Eu não vou entrar aqui no passo atrás, no passo à frente, que tudo o que foi feito foi malfeito, ou que tudo o que foi feito foi bem-feito.

O anterior Governo fez, naturalmente, aquilo que melhor entendia pelo Serviço Regional de Saúde. E houve progressos no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi só isso que eu disse!

O Orador: Ninguém pode dizer que não houve. Por exemplo, se me permitem,

na medicina dentária...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ora aí está!

O Orador: ... somos um exemplo para o país, sem dúvida absolutamente nenhuma. Falta ali um bocadinho assim para sermos os melhores, mas lá chegaremos.

O que eu quero significar com isto é o seguinte, porque se falou aqui num passo atrás, num passo à frente: de facto, também temos que olhar para as coisas objetivamente, e os anteriores Governos deram passos à frente e dois passos atrás.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi sim, senhor!

O Orador: Primeiro exemplo, para começar, no início, primeira machadada na fixação de médicos nos Açores: acabaram com as bolsas de estudo para os estudantes de medicina. Foi um erro. Foi um passo atrás, porque os nossos jovens não vêm para cá. Se tivessem tido bolsa, era um grande incentivo a ficarem cá. Toda a gente nesta Câmara concordará com aquilo que eu estou a dizer, inclusivamente os ex-Membros do Governo e com responsabilidades no Governo, como teve o Sr. Deputado Tiago Lopes. Não está cá nenhum Secretário da Saúde, mas estão cá vários governantes.

Portanto, o primeiro erro foi esse, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Grande erro!

O Orador: ... porque era necessário que esses jovens que saem daqui... Saem jovens, chegam lá e deslumbram-se. E só vêm para cá se tiverem algo que os prenda cá, que os motive a voltar à sua terra. Como sabemos, em termos de carreira, não basta o dinheiro, eles querem ter horizontes e progressão na sua carreira, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... progressão na sua atividade profissional, melhoria na sua atividade profissional. E era preciso esses incentivos, que não têm.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Segundo erro: se me permitem, em 2007, foi apresentado, aqui, pelo CDS, um regime especial de bolsas para o internato médico. Alguém está lembrado aqui? Foi aprovado.

Os 20% que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e ex-Presidente do Governo, aqui referiu devem-se em grande parte a essa medida, que fixou até hoje grande parte dos médicos, sobretudo na especialidade de medicina geral e familiar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está a ver? Afinal, não sou tão mau como pintam!

O Orador: E porquê? Porque lhes foi valorizado uma bolsa de formação no internato e isso motivava-os a vir para os Açores.

Em 2012, o Governo acabou com essa bolsa, segundo erro. E, portanto, não motivou as pessoas a virem para cá, ou seja, começou a haver um declínio na fixação de médicos nos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sim, mas eu falei entre 2012 e 2019!

O Orador: Terceiro erro, e fundamental, foi deixar perder as vagas protocoladas. A Região deixou de ter vagas protocoladas. E, por isso mesmo, não tivemos especialistas...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Errare humanum est!*

O Orador: Eu estou a falar a sério, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E nós também!

O Orador: Esse assunto é muito sério. Se me permite...

Terceiro erro: vagas protocoladas, que permitiam que os nossos internos fizessem parte da especialidade cá, parte da especialidade no Continente. E tinham acesso à especialidade, coisa que não têm hoje em dia.

Portanto, o problema não está só na questão da medicina geral e familiar, está também nas especialidades, onde, hoje em dia, o HDES, o Hospital da Horta, o Hospital de Angra, têm graves deficiências de especialistas. Quando os mais novos, nalgumas especialidades, são jovens da minha idade (eu bem sei que ainda

sou um jovem, não tenho dúvida nenhuma), mas nós sabemos que levamos dez anos a formar um especialista, no mínimo.

Isso incomoda. Eu sei que incomoda, isto, mas nós não podemos atirar as coisas para trás das costas. Se o que foi bem-feito deve ser sublinhado, o que foi malfeito deve ser enfatizado. E é isso que nós temos que ser: objetivos na nossa análise. Mas não é uma questão...

O senhor quer falar de mais alguma coisa, Sr. Deputado Carlos Silva? Quer?

Deputado Carlos Silva (PS): Eu?! O Sr. Vice-Presidente está a ouvir mal!

O Orador: Bom, é que se quiser a gente fala, que eu também tenho algumas coisas... Um dia destes...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Vice-Presidente está a ouvir vozes!

O Orador: As coisas são muito objetivas, não venham...

Eu estou para aguardar a proposta do Partido Socialista, porque tiveram responsabilidades enormes. Ninguém fixa alguém nos Açores por 1500 euros! Ninguém fixa nenhum jovem médico nos Açores por 2 mil euros!

E, meus senhores, eu ainda me lembro do tempo em que se pagava um contentor, se dava não sei quantos milhares de contos, se pagava as viagens para ir e vir com a família. Eu sou desse tempo. E, por exemplo, no Centro de Saúde de Angra, onde eu comecei a trabalhar, em 1993, sabem, desses que vieram nessas condições, quantos lá tem? Na altura, o Centro de Saúde de Angra, quando se fazia o P1, o P2 e o P3, tinha o seu quadro completo. Hoje em dia, está a metade. Sabem para onde é que eles foram todos, os da minha idade? Para o Continente! Foram os 1500 (não sei quanto é que lhes davam)? Foi a gasolina para o carro? Foi a renda da casa? Foram as viagens com a família que os fixou cá? Não foi! E é essa revolução profunda que este Governo vai fazer na maneira de fixar! Não é só médicos, são professores, são engenheiros, são enfermeiros, que é preciso fixarem-se cá!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas sabem porquê? Tem que se implementar uma outra política, de criar laços identitários dos nossos estudantes com os seus Açores, coisa que nunca foi feito!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E é aí que temos que atuar, porque nesta matéria perdemos um quarto de século!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é uma grande verdade!

O Orador: Perdemos um quarto de século nesta matéria, a nível da fixação de quadros nos Açores!

Como fizemos, também, propostas aqui, não vou ser exaustivo, para novas saídas para a carreira de enfermagem. O que é motiva um jovem... Bom, tivemos aqui um bom exemplo: a carreira do enfermeiro de família. Já é um objetivo. É esse o caminho. E é esse o caminho que o Governo vai trilhar em todas as vertentes, mas, sobretudo, começar a atuar.

Como sabem, há, agora, um Projeto de Resolução que virá aqui em breve, que foi uma proposta, também, em articulação com a JAUPA, com os estudantes, para começar a criar laços identitários com os Açores, para eles terem gosto em voltar à tua terra, para virem trabalhar para cá, porque é fácil um jovem médico, um jovem engenheiro, um jovem professor, um jovem arquiteto, deslumbrar-se com a terra grande. E nós temos que ir pelo lado emocional e sentimental, não é só pela inteligência matemática. É pela nossa cultura, pela nossa tradição, pelo nosso povo, pelo ser ilhéu e pelo ser açoriano!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 30/XII, apresentado pelo PAN, foi aprovado com 54 votos a favor – 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 do PAN; e 3 abstenções – 2 do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Deputado Nuno Barata (IL): Não tem a ver com liberalismo, tem a ver com coerência, Sr. Vice-Presidente!

Presidente: Não são 21 do PSD, mas sim 20.

(Neste momento, o Deputado Tiago Branco foi substituído na Mesa pelo Deputado José Gabriel Eduardo)

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Ponto 6: **Projeto de Resolução n.º 21/XII – “Recomenda ao Governo a avaliação da situação dos trabalhadores independentes”**. Esta iniciativa é apresentada pela Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vou votar contra!

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Podem votar todos contra, não tem problema.

Eles, lá em casa, registam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:
O Sr. Deputado Paulo Estêvão estava aqui a desafiar-me, parece que tem vontade de votar contra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Olhe que não!

O Orador: Não tem problema. Lá em casa, as pessoas percebem isso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão era lá capaz de fazer uma coisa dessas...

O Orador: Percebem muito melhor do que aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão julga.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou já inscrito.

O Orador: Este Projeto de Resolução, que já foi discutido na Comissão competente, vem no seguimento do Projeto de Resolução que o PAN apresentou sobre o apoio aos profissionais de turismo e decorre da preocupação que a Iniciativa Liberal detetou de um sem número de profissionais independentes e liberais não estarem abrangidos pelas medidas de apoio aos prejuízos que as suas atividades tiveram, nomeadamente decorrentes das medidas de contenção da proliferação do SARS-CoV-2.

Nesse sentido, foram feitas diligências. Há, inclusivamente, nos documentos que a Comissão remete ao Plenário, um parecer da Solidaried'Arte, que é uma associação que envolve alguns profissionais independentes da área da cultura. E estes são, de facto... além de outros, por isso a Resolução recomenda ao Governo que faça um estudo mais profundo sobre que profissões e que profissionais independentes não foram abrangidos, na medida em que estes da área cultural são, de facto, aqueles que nós identificamos como os mais, digamos, desprotegidos pelas medidas que, entretanto, estão em vigor, nomeadamente em termos de atividade económica.

E, portanto, entendemos que importa fazer esta avaliação para que não fiquem de

fora alguns daqueles que estão de fora neste momento no sistema de apoios que está em vigor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Elisa Sousa, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os trabalhadores independentes existem nas mais diversas áreas setoriais, sendo que, com a aprovação da Resolução n.º 10/XII, do PAN, que recomendava ao Governo Regional a atribuição de um apoio extraordinário à redução da atividade económica aos trabalhadores independentes enquanto profissionais de informação turística, criou-se aqui, de certa forma, uma iniquidade para com os trabalhadores independentes dos restantes setores, com particular incidência nos trabalhadores independentes do setor artístico, que, apesar de terem também perdido grande parte do seu rendimento e, em muitos casos, a totalidade dos seus rendimentos, não se enquadravam naqueles apoios que já tinham sido disponibilizados pelo Governo.

E, no fundo, esta Resolução, da Iniciativa Liberal, como já foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Barata, vem recomendar ao Governo Regional que proceda à avaliação de todos os trabalhadores independentes que tenham sido ou que estejam a ser afetados pela pandemia e não se enquadrem, então, nos apoios já disponibilizados. E, também, claro, que sejam criadas as condições para garantir a esses trabalhadores as medidas resultantes da aprovação da Resolução n.º 10/XII.

No entender do PSD, apesar de ter sido referido pelo Sr. Secretário da Juventude, Emprego e Qualificação Profissional aquando da Comissão, o Governo Regional já está a fazer um levantamento nas diferentes áreas de governação, de modo a perceber quais os setores, para além do Turismo e da Cultura, mais afetados pela

crise pandémica. No entanto, não deixa de ser necessário fazer, efetivamente, a avaliação e esta análise da situação dos trabalhadores independentes que não tenham sido abrangidos por estes apoios. Mas importa referir que, no âmbito desta análise e para dar cumprimento ao ponto n.º 2 desta Resolução, a mesma deve refletir a perda de rendimento destes trabalhadores em 2020, isto é, numa fase anterior ao desconfinamento.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD irá acompanhar e votar favoravelmente a presente iniciativa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, inscrevo-me já para sossegar o Sr. Deputado Nuno Barata. O Grupo Parlamentar do PPM vai votar favoravelmente esta iniciativa. Aliás, a votação do Grupo Parlamentar do PPM é absolutamente essencial para que esta iniciativa seja aprovada.

Eu quero dizer-lhe que, obviamente, V. Exa. não tem nenhuma razão para desconfiar que o PPM não votaria favoravelmente a sua iniciativa, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Foi o seu aparte!

O Orador: ... porque eu não fiz nenhuma intervenção pública em sentido contrário. E em relação às votações e às intervenções que realizei no âmbito destas

matérias, o PPM tem mantido a sua coerência. Portanto, reconhece que existe um problema.

E na parte resolutiva, V. Exa. diz o seguinte e propõe o seguinte: “Procede à avaliação da situação de todos os trabalhadores independentes, do setor artístico, atores, artistas, produtores de eventos, músicos, prestadores de serviços de apoio ao palco, trabalhadores do setor social, do turismo, e outros, conforme artigo 151.º do código do IRS, que tenham sido e ou estejam a ser afetados pela situação de crise sanitária, e não se encontrem enquadrados nos apoios públicos e sociais disponíveis.” Sabe o que é que eu acho? Concordo.

Depois, também na parte resolutiva, “procede à implementação das medidas tendentes a garantir a esses mesmos trabalhadores as medidas resultantes da aprovação da Resolução n.º 10/XII – ‘Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto profissional de informação turística’, aprovado em Sessão Plenária de 26 de janeiro de 2021.” Também concordo.

Portanto, é por isso que vamos votar a sua iniciativa favoravelmente. E eu, em relação a esta matéria, nunca tive nenhuma dúvida e não tenho, obviamente, nenhuma diferença de interpretação àquilo que V. Exa. aqui apresentou.

Portanto, é só para clarificar que não há, nunca houve, nenhuma intenção do PPM de votar desfavoravelmente esta iniciativa.

Outras poderão existir em que podemos discordar. Não têm sido muitas vezes as vezes em que temos discordado, mas nesta matéria não tenho nenhuma diferença em relação a V. Exa.

Deputado Nuno Barata (IL): Foi o seu aparte! O senhor disse que ia votar contra!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e

Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa, da Iniciativa Liberal, passo a redundância, pretende, por um lado, fazer uma avaliação e uma identificação de trabalhadores independentes existentes nos Açores, em vários setores (não vou estar aqui a citar), mas também pretende que sejam criadas medidas (utilizando o termo que é utilizado) tendentes a garantir a esses mesmos trabalhadores medidas semelhantes a uma iniciativa que foi aprovada, se não me falha a memória, no Plenário de janeiro, da Representação Parlamentar do PAN, para os trabalhadores independentes do setor do Turismo.

Ora, os trabalhadores independentes têm sido, ao longo desta crise causada pela crise sanitária, esta crise económica e social, dos trabalhadores mais afetados por ela, nos mais variados setores, ...

Deputado Nuno Barata (IL): É verdade!

O Orador: ... a verdade é esta, sejam aqueles que já foram aqui discutidos por diversas vezes, que trabalham no setor do Turismo, muitos porque são, efetivamente, guias turísticos e a maioria trabalha como trabalhadores independentes, seja porque também têm um vínculo precário, o chamado recibo verde, que muitas vezes é falso recibo verde e que lhes dá muitíssima pouca proteção, seja porque são trabalhadores de outros setores como a Cultura ou outros, que, efetivamente, também vivem em situação de enorme precariedade, enorme desproteção social.

E esperemos que esta crise, ao menos, tenha servido para que, de uma vez por todas, se criem mecanismos de proteção social dos verdadeiros trabalhadores independentes e que se combata os falsos recibos verdes a sério, para que eles não existam, ou que, existindo, sejam severamente punidos, porque é isso que é, em primeiro lugar, a grande lição que se retira desta crise: que não podemos ter uma categoria de trabalhadores que não tem rede de proteção social.

Todos vemos que quem, felizmente, tem um contrato de trabalho e está nos

quadros de uma empresa ou está na Administração Pública conseguiu passar por esta crise de forma muito mais estável, porque no setor privado muitos ainda estão em lay-off e isso garantiu-lhes, se bem que numa primeira fase com cortes salariais, uma estabilidade na sua vida, que é fundamental nestes momentos.

Isto não é uma questão meramente dos Açores, como é óbvio, é uma questão do país, da nossa forma de organização social. Tem de criar mecanismos de proteção social para os verdadeiros trabalhadores independentes e acabar, de uma vez por todas, com essa pouca-vergonha que é o recurso a falsos recibos verdes.

Isso é uma questão que eu não podia deixar de dizer neste debate.

Naturalmente que concordamos com a proposta que é aqui feita. Mesmo que não fosse agora, é importante devido à crise, é importante a Região ter um retrato fiel das pessoas que trabalham nos Açores. E essa informação, tanto quanto sabemos, não existe de forma muito precisa. Quanto mais precisa, melhores e mais direcionadas poderão ser as políticas públicas. Por isso, o primeiro ponto resolutivo é extremamente importante, para que seja feita essa avaliação da situação dos trabalhadores independentes.

Relativamente ao segundo ponto resolutivo, eu queria apenas dizer que o Bloco de Esquerda concorda com ele. A única dúvida que temos, e talvez o Governo nos possa esclarecer, é relativamente àquilo que foi preparado, foi publicado, já, para os trabalhadores profissionais de informação turística. Como é que pretende implementar para os restantes trabalhadores independentes? E perceber aquilo que está, exatamente, neste momento, implementado relativamente aos trabalhadores profissionais de informação turística.

Concordando com a matéria, gostaríamos também de perceber como é que ela será implementada pelo Governo, tendo em conta que, julgo eu, o Governo não está em desacordo com esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate, em primeiro lugar, para dizer que o Partido Socialista reitera a sua preocupação pela situação em que se encontram os trabalhadores independentes na Região e todas as áreas de atividade ligadas aos demais setores afetados pela pandemia.

No caso em particular e mais evidente no objeto resolutivo da iniciativa e que está aqui em debate, os profissionais das atividades ligadas ao setor artístico, cultural, também de espetáculo, como também os profissionais ligados ao setor do turismo, são os mais atingidos pela crise que nos assola. E que faz sentido, porque a grande maioria, efetivamente, não tem vínculo laboral estável, exercendo a sua atividade enquanto trabalhadores independentes, mas também devido, exatamente, à desproteção social a que são sujeitos.

E, portanto, o fundamental aqui, para o Partido Socialista, é o seguinte: é ajudar os trabalhadores independentes e também ajudar os trabalhadores independentes a aliviar a pressão que recai sobre os seus ombros, que têm obrigações pessoais, familiares e que têm também de continuar a pagar as suas contas, sem qualquer rendimento. E, por isso, merecem, como outras atividades também tiveram, um apoio de emergência por parte das autoridades regionais.

No caso desses trabalhadores importa salientar que não estamos a falar de quebra de atividade ou diminuição da sua faturação, nós estamos a falar de uma paragem total da sua atividade, repito, uma paragem total da sua atividade.

E, portanto, da parte do Partido Socialista, renovamos aqui o nosso claro e inequívoco compromisso, como fizemos também noutras iniciativas apresentadas aqui, como já foi referido pelo Partido Animais e Natureza, em janeiro, nomeadamente que recomendou ao Executivo Regional desenvolver mecanismos

para apoiar os profissionais de informação turística, enquanto trabalhadores independentes.

Mas estranho, de facto, é que o Governo Regional do PSD, CDS e PPM ignorou, ignora e continua a ignorar a iniciativa aprovada em janeiro nesta Assembleia, exatamente com condições semelhantes ao projeto que estamos agora a debater. Digo isto por uma razão muito simples: já passaram quatro meses da aprovação do Projeto de Resolução do PAN, e o atual Governo insiste em ignorar a ação do Parlamento, insiste em não resolver a situação dos trabalhadores independentes com estas características e também insiste em não fazer nada para apoiar esses profissionais.

Por isso, eu, aproveitando a chegada do Sr. Secretário Regional do Emprego, queria que ajudasse a esclarecer aqui a Assembleia: como justifica que os apoios aos trabalhadores independentes não são até agora conhecidos e também não estão disponíveis, passados quatro meses do Governo ter dito que ia criar mecanismos para apoiar, sobretudo, os trabalhadores profissionais de informação turística, que é isso que estamos a falar, que foi o projeto que foi apresentado pelo PAN e aprovado nesta Assembleia a 26 de janeiro? Já passaram quatro meses. Eu agradecia que esclarecesse aqui à Câmara: como justifica a não disponibilidade ou a não concretização desses apoios?

Isto, por si só, significa que apoiar os trabalhadores independentes não é prioridade para o atual Governo. E significa também que o Governo parece que desrespeitou a recomendação aprovada nesta Assembleia.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições...

Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos profissionais de informação turística, os que são empresários em nome individual já se candidataram e estão abrangidos pelos sucessivos trimestres do APOIAR. A lista dos profissionais que não são empresários foi solicitada à associação e não foi respondida ainda.

E, portanto, eu diria, Sr. Deputado, que fica aqui o meu compromisso de lhe dar cópia do pedido de informação que foi feito à Associação dos Profissionais de Informação Turística, portanto, para ser distribuído, como uma diligência que era essencial, sem a qual nós não podemos atuar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A economia não vive só de empresas ou da função pública. E esta crise pandémica veio evidenciar isso mesmo, há muito mais agentes económicos do que as empresas.

O nosso desígnio deveria ser uma economia mais inclusiva, uma economia onde as pessoas pudessem obter o rendimento e o sustento necessário para as suas famílias, mas também onde não ficassem desprotegidas do ponto de vista social. E é com isso que estamos confrontados hoje em dia. Há pessoas que desenvolvem legalmente e legitimamente a sua atividade, fazem-no de uma forma autónoma e privada, mas o sistema que nós temos montado em termos de segurança social

deixa-as completamente desprotegidas numa inesperada situação pandémica, como aquela que vivemos.

E, portanto, esta iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Nuno Barata é uma iniciativa pertinente, faz uma identificação de atividades financeiras ou económicas que foram ficando para trás em relação aos apoios que foram sendo atribuídos ao longo destes últimos meses.

E, portanto, obviamente que o CDS acompanha a iniciativa e irá votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, do Partido Socialista. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não poderia deixar de fazer uma réplica àquilo que foram as declarações e as afirmações feitas pelo Sr. Secretário das Finanças, que, no nosso entender, geram algumas dúvidas, na medida em que os apoios e os mecanismos para os trabalhadores independentes que são profissionais de informação turística não foram ainda implementados porque a associação, neste caso, ou seja, que representa esses profissionais, ainda não facultou, ainda não forneceu ao Governo Regional quaisquer informações.

Bem, eu penso que é culpar um organismo representativo dos profissionais de informação turística, em vez do Governo Regional estar a fazer o seu trabalho, que é encontrar as soluções, encontrar os mecanismos necessários para responder às necessidades desses profissionais, que, quando tiverem esses resultados, quando tiverem essa informação, assim já é um passo à frente, como há pouco estavam a dizer, que poderá ser dado.

O que nós entendemos é que está a haver um passa-culpadas, digamos assim, para uma associação que representa esses profissionais de informação turística.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Tenha calma! Vou informá-lo!

O Orador: E a pergunta que eu faço, que carece de uma resposta urgente e imediata, é: custa-nos a acreditar, efetivamente, que a associação não tenha enviado, após quatro meses da aprovação do diploma nesta Assembleia, que é, sem sombra de dúvidas, uma necessidade, uma preocupação desses profissionais que estão em paragem total de atividade há mais de um ano. Ou seja, é necessária uma resposta urgente, uma resposta eficaz, para que esses profissionais sejam atendidos. Mas, pelos vistos, não é esse o entendimento do Governo Regional, que está a passar a culpa para cima da associação que representa estes profissionais. Por isso, agradeceia que nos desses esclarecimentos relativamente a esta matéria.

Obrigado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Vai recebê-lo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de começar por dizer que é com alguma estupefação que, perante as questões que foram colocadas sobre a implementação da medida anterior e desta que estamos a discutir, o Governo diga que está à espera de uma resposta de uma associação. Eu pergunto, Sr. Secretário, se o Governo espera pela resposta de uma associação empresarial para abrir candidaturas de apoios às empresas. Não consta que nenhum governo faça isso. Abre as candidaturas e as empresas concorrem! Porque é que não faz isso para os trabalhadores? É essa a

questão que fica.

Foi aprovada aqui uma Resolução, o Governo disse que estava de acordo com ela, disse que ia cumprir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E vai cumprir.

O Orador: E o que é que fez? Ficou à espera de uma resposta de uma associação. Com o devido respeito à associação, que merece, naturalmente, mas não é à associação que compete decidir quem é que vai receber ou não vai receber o apoio! A quem compete decidir é à tutela, é ao Governo, que abre a candidatura, os trabalhadores concorrem e, se cumprirem os critérios estabelecidos, recebem! É tão simples quando isso. É assim que se faz. E o Governo tem feito para apoios às empresas variadíssimas vezes. Porque é que não faz para os trabalhadores? É essa a questão que tem que responder! Eu não consigo perceber.

E deixo já a segunda questão, porque foi aprovada outra medida, outro Projeto de Resolução, para a certificação e formação dos profissionais de informação turística. Já está publicada a Portaria sobre esta matéria, temos conhecimento. O que pergunto é: o que é que vai ser feito sobre a bolsa? Porque essa matéria também é importante. A Portaria tem muito pouco tempo, naturalmente, mas, espero eu, Sr. Secretário, que não tenha o mesmo destino que este apoio que foi aprovado aqui, que o Governo diz que está de acordo e depois cruza os braços e fica à espera de uma associação.

Isso não é aceitável para nós, é absolutamente um desrespeito por quem passa por enormes dificuldades e que não tem que estar a mendigar nem a pedir à associação para responder! Tem que ser o Governo a abrir as candidaturas!

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu peço a palavra, reiterando, naturalmente, tudo aquilo que o meu camarada Vílson Gomes já referiu, mas há aqui uma matéria que me parece muito relevante, que decorre daquele que foi o registo do Governo Regional neste debate. E é importante clarificar essa matéria.

Nós estamos a discutir um Projeto de Resolução apresentado pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que, na sua parte resolutiva, faz duas propostas concretas, com as quais o Grupo Parlamentar do PS concorda, mas, no ponto 2, o Sr. Deputado Nuno Barata diz o seguinte: recomenda-se que o Governo “proceda à implementação das medidas tendentes a garantir a esses mesmos trabalhadores as medidas resultantes da aprovação da Resolução n.º 10/XII – ‘Atribuição de apoio extraordinário à redução da atividade económica do trabalhador independente enquanto profissional de informação turística’, aprovado em Sessão Plenária de 26 de janeiro de 2021.” O Sr. Deputado António Lima e o Sr. Deputado Vílson Gomes perguntaram ao Governo Regional qual é o ponto de situação desta medida aqui aprovada há quatro meses. Resposta do Governo Regional, pela voz do Sr. Secretário Regional das Finanças: ainda nada foi feito, porque nós pedimos informação à associação e a associação ainda não respondeu.

E, portanto, parece-me que é importante clarificar esta matéria, Sr. Secretário, porque, em primeiro lugar, o Sr. Secretário está a culpar a associação representativa dos guias turísticos de não implementar qualquer medida neste âmbito. Que nós saibamos, não existe também, no respeito pela Resolução aqui aprovada, nenhuma Resolução do Conselho do Governo sobre esta matéria, nenhum Decreto Regulamentar Regional sobre esta matéria, ou sequer nenhum Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria.

E, por outro lado, também, parece-me evidente, Sr. Secretário, sob pena de haver aqui alguma justificação que nos esteja a escapar, que é um desrespeito do Governo Regional por uma Resolução aqui aprovada há quatro meses,

apresentada pelo PAN.

E, portanto, aquilo que nos parece, e corrija-me, Sr. Secretário, se eu estiver enganado, é que o Governo absolutamente nada fez relativamente ao Projeto de Resolução aqui aprovado. E, pior do que isso, e corrija-me, Sr. Secretário, se eu estiver enganado, está a culpar a associação representativa do setor por não desenvolver qualquer medida de apoio a este setor, aqui aprovada, Sr. Secretário, há quatro meses.

E, portanto, eu pedia-lhe, Sr. Secretário, que pudesse clarificar este aspeto e o que é que foi feito ou ainda não foi feito e porque é que não foi feito, tendo em conta aquilo que foi aqui aprovado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Joaquim Bastos e Silva): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para reiterar, eu não lhe consigo dizer imediatamente, mas vou fazê-lo porque é essa a minha obrigação, exatamente tudo o que foi feito sobre essa matéria. Foi o que eu tentei explicar há pouco, porque separarei a intervenção que foi feita sobre os empresários em nome individual dos que não são. E, inclusivamente, alguns têm atividade profissional que cruzam com a atividade de informação turística. Por isso, foram necessários esclarecimentos. Foi o que eu disse, eu não estou a passar culpas para ninguém.

Eu informarei, de forma cabal e completa, o Parlamento sobre esta matéria. Peço-lhe desculpa de não ter a informação de cor, mas confesso-lhe que não é possível.

Já a pedi. Tão cedo quando a tenha, entregarei à Mesa, que será distribuída.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução...

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir, agora, novamente, sobre esta matéria, mas não resisti às declarações do Sr. Secretário Regional das Finanças e também venho reiterar aquilo que o Sr. Deputado António Lima afirmou aqui sobre este projeto, na medida em que parece que as atuais medidas públicas são o inverso daquilo que costumam ser, ou seja, nós vamos, primeiro, criar, desenvolver um mecanismo a partir das respostas dos representantes dos grupos profissionais que vamos destinar as nossas medidas. Eu penso que é um critério absolutamente errado, na medida em que o Governo Regional, um organismo público, cria as medidas, desenvolve as medidas com base nas necessidades das pessoas, com base nas necessidades dos cidadãos. E assim é que deve ser.

Agora, se o ponto n.º 2 dessa Resolução, que nos diz, como foi já lido, que vai ser aplicado no mesmo modelo de apoio que foi aprovado em relação aos profissionais de informação turística, ou seja, o Governo vai demorar tanto ou mais tempo a recolher informação para, também, criar os mecanismos necessários para os trabalhadores independentes, neste caso concreto para o setor artístico, cultural e de espetáculo, que também estão há muito tempo sem qualquer rendimento. Ou seja, eu acredito que, inicialmente, existindo a prática do Governo em relação a essa matéria, foi desta forma que foi feito em relação aos profissionais de informação turística, imagine-se então como vai ser em relação

aos restantes profissionais. E isso é algo que não podia deixar de mostrar o desagrado.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de usar da palavra novamente, tendo em conta as referências do Sr. Secretário Regional das Finanças sobre esta matéria.

Sr. Secretário, nós aguardaremos a sua informação. No entanto, não posso deixar de dizer, Sr. Secretário, a si e ao Governo, que me parece estranho que, estando este diploma na agenda da Sessão Plenária e tendo sido definido na Conferência de Líderes e estando no Parlamento já há algum tempo, o Governo tenha toda essa informação do trabalho desenvolvido, como referiu, e não tenha essa informação para aqui discutir com os Deputados no âmbito da discussão deste diploma. E, portanto, parece-me estranho que assim seja. Aguardaremos, serenamente, a sua informação.

Não sei é se o Sr. Secretário Regional Duarte Freitas o pode ajudar, porque recordo que quem foi à Comissão de Política Geral, sobre este assunto, falar sobre este diploma, foi o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego e Qualificação Profissional. E, portanto, não sei se terá informações sobre esta matéria que possa partilhar connosco.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Espremido não dá mais, Sr. Deputado!

O Orador: Agora, do ponto de vista político, além das questões substantivas que estão aqui em causa e desta boa proposta apresentada pela Iniciativa Liberal, que merece a nossa concordância, há duas matérias, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo, que me parecem muito relevantes:

Em primeiro lugar, foi aprovada uma Resolução que recomendava ao Governo o desenvolvimento imediato de diligências e medidas concretas de apoio aos guias turísticos, que estão, como se sabe, confrontados com grandes dificuldades e, passado quatro meses, o Governo nada fez sobre essa matéria;

Em segundo lugar, outra matéria que do ponto de vista político nos parece relevante é o facto de o Sr. Secretário Regional das Finanças, para disfarçar a incapacidade do Governo de fazer alguma coisa sobre esta matéria, o que é que faz? Culpa a associação representativa do setor. Isso, Sras. e Srs. Deputados, não nos parece correto.

De qualquer forma, aguardaremos, serenamente, a informação que o Sr. Secretário Regional se comprometeu a enviar ao Parlamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho apenas para, naturalmente, também, no seguimento da resposta do Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública, dizer o seguinte: bem, eu julgo que, independentemente daquilo que o Governo terá feito de diligências sobre esta matéria, parece-nos que esta demora só existe porque se trata, em primeiro lugar, de relativamente poucas pessoas e se trata, em segundo lugar, de trabalhadores. É que se fossem empresas, não tenho dúvidas, ninguém aceitaria que durante quatro meses nenhum apoio fosse aprovado e nada se tivesse feito. Já havia inúmeros protestos em tudo o que era órgão de comunicação social desta Região pelo incumprimento da Região. Como são poucos e trabalhadores e

desprotegidos, o Governo sentou-se, pôs as mãos nos bolsos, mandou umas cartas, é verdade, mas nada fez, quando o que tinha que fazer era cumprir aquilo que disse que concordava.

E deixo um alerta para aquilo que se aprova nesta Casa. É muito bonito chegar aqui e aprovar inúmeras propostas, como tem sido. Mais difícil é fazê-las e fazê-las cumprir. Mas isso é a parte mais importante ainda! E espero eu e espera o Bloco de Esquerda que isto não seja a prática que este Governo vai fazer a partir daqui. É porque é um primeiro sinal, Sr. Vice-Presidente, de que se aprova e depois nada se faz. E isso não pode acontecer, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... sob pena dos debates e das propostas que se fazem nesta Casa serem pouco mais do que inúteis. E isso é terrível para a democracia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Que falta de memória, Sr. Deputado Berto Messias! Eu que fiquei meses, anos, e tantos Srs. Deputados, que estávamos na oposição, à espera meses e anos que o Governo Regional executasse as medidas aqui aprovadas na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e nunca me lembro de me ter queixado ao fim de três ou quatro meses, de fazer essa lamúria tão grande que V. Exa. está aí a fazer.

Aliás, V. Exa. e o Sr. Deputado Francisco César estão a fazer uma travessia no deserto, mas assim que apanham, que vos cheira um bocadinho a água, vêm logo aqui para a primeira linha do debate.

Mas V. Exa. aqui não tem razão, porque o Governo Regional...

E também o Bloco de Esquerda já fez aqui: não vale a pena nesta democracia,

porque isto não foi feito logo de imediato.

O que disse o Sr. Secretário é que estão a reunir, em colaboração com os interessados e em colaboração com os trabalhadores, as informações para que as medidas sejam executadas. O que aqui foi referenciado pelo Governo é que fará chegar a si e a todos os Srs. Deputados toda a informação que existe sobre esta matéria.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Foi ao contrário!

O Orador: O que é que V. Exas. concluem, apesar da resposta ter sido muito objetiva por parte do Governo Regional e ter dito sim, estamos a fazer, estamos a desenvolver um conjunto de medidas para que a medida possa ser executada?

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Isso era para ontem!

O Orador: V. Exas. dizem logo que afinal nada foi feito...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): E não foi!

O Orador: ... e que assim não vale a pena aprovar nada. E, portanto, isso é uma precipitação por parte de V. Exas. E é evidente que da parte do Governo existe um compromisso e esse compromisso vai ser executado. Isso é o que é mais relevante. Foi aprovado na Assembleia, primeiro ponto. Segundo ponto, vai ser executado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Vai ser, quando?

O Orador: E, portanto, estão a ser reunidas as condições.

Agora, V. Exas. não têm razão nenhuma!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Quatro meses!

O Orador: É que não têm mesmo razão nenhuma em relação a esta matéria! Quatro meses. Ó Sr. Deputado... eu esperei 24 anos, Sr. Deputado! Eu esperei 24 anos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Mas não foi sem receber!

O Orador: Muitas coisas que eu esperei 24 anos!

E, portanto, é um debate em que se está aqui a tentar forçar a nota numa matéria em que, quer o Parlamento, quer o Governo, assumiram este compromisso. E podem ter a certeza de que esse compromisso será executado. Se não for, aqui estaremos, dentro de pouco tempo, para confrontar o Governo com um possível incumprimento, mas não é isso que está aqui em debate. Portanto, aquilo que aqui foi garantido é que o Governo Regional vai executar a medida...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Desrespeitou!

O Orador: ... e que as pessoas terão os apoios que foram prometidos e aqui foram aprovados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Isso é brincar com a vida das pessoas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, que a tarde já vai longa e estamos todos cansados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, com a especial deferência que V. Exa. me merece, eu também esperei muitos anos, esperei 20, de uma travessia no deserto sem sequer sentir o cheiro a água, Sr. Deputado! Imagine só o tempo que eu estive a fazer uma travessia no deserto para voltar a esta Casa! Mas fique V. Exa. a saber que não vou esperar muito mais tempo!

Como V. Exa. costuma dizer “agora é diferente, agora este Governo vai fazer”, eu espero que, de facto, V. Exa. consiga impor mais ritmo neste Governo.

Não foi por acaso que este Projeto de Resolução (há coisas que parecem que são feitas por acaso, mas outras não são, são pensadas) assentou no Projeto de Resolução do PAN e tem este segundo ponto resolutivo precisamente para esperar que o Governo implementasse as medidas, senão eu tinha feito um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão. Porque é que isto não entrou com urgência e porque é que tem este segundo ponto resolutivo? Precisamente para dar tempo ao Governo de fazer o trabalho que tinha que fazer em relação à Resolução do PAN, para depois esta ser eficaz. O problema é que agora nem a do PAN nem esta vão ser eficazes.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E, de facto, Sr. Secretário, com o devido respeito e com toda a consideração que tenho por V. Exa., quatro meses para implementar uma medida dessa natureza parece-me bastante tempo, parece-me até tempo demasiado.

E espero que, de facto, este assunto seja resolvido rapidamente e que o senhor ganhe embalagem e que de vez resolva o outro que é identificar quem são esses trabalhadores independentes que estão nessas circunstâncias, porque esses estão muito pior do que os que são representados pela AGITA, porque esses nem têm associações que os representem.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É verdade!

O Orador: E isso é que me preocupou e isso é que me motivou para fazer esta Resolução. É que nem eu sei. E só o Governo é que tem mecanismos para saber quem são essas pessoas, porque o Governo é que tem acesso à informação, porque eu não posso ter, até por via do regime de proteção de dados, como V. Exa. bem sabe.

Portanto, o Governo também já teve algum tempo, porque já sabe da existência desta Resolução há bastante tempo, porque ela foi apresentada aqui há alguns

meses. E espero que, de facto, seja mais célere e que aproveite essa embalagem para dar seguimento aos pontos resolutivos que aqui, pelos vistos, hoje, vamos aprovar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu serei muito breve e reitero aquilo que referi já, de nós aguardarmos a informação por parte do Sr. Secretário Regional das Finanças, nem me vou referir às afirmações e às provocações do supositício porta-voz do Governo, Deputado Paulo Estêvão, porque está aqui em causa uma matéria muito séria, que é a vida das pessoas e a vida dos profissionais de informação turística.

Pedi para usar a palavra mais uma vez, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão falou do seu tempo de espera e do tempo de espera. Quando estamos a falar de pessoas, de empresas e de setores que estão a lidar com os problemas decorrentes da pandemia, toda a nossa abordagem tem que ser urgente!

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, quatro meses é muito tempo para que os profissionais de informação turística estejam à espera e estejam a aguardar trocas de correspondência, porque, como disse, e muito bem, o Sr. Deputado Nuno Barata, e aqueles que não fazem parte das associações, como é que é? Esses estão completamente arredados dessas trocas de correspondência.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, é o apelo que

o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aqui faz: tudo o que sejam matérias e propostas que tenham que ver com a resposta às dificuldades económicas e sociais que empresários em nome individual, empresas e vários setores estão a atravessar para lidar com a pandemia tem que ser tratado com muita urgência! E, neste contexto, quatro meses é muito tempo!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Quatro meses é muito tempo. De 29 janeiro até hoje é, de facto, muito tempo.

Deputado Berto Messias (PS): Diga!

O Orador: Mas, Sr. Deputado Berto Messias, não cabe ao Partido Socialista fazer essa acusação ao atual Governo! Não fora a alteração do quadro parlamentar que hoje vivemos, esses profissionais estavam à espera há oito meses, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é que era bom!

O Orador: ... ou seja, desde 13 de março de 2020 até 29 de janeiro de 2021! A questão é essa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É verdade, Sr. Deputado! Por isso é que tivemos que aprovar a Resolução do PAN

e estamos hoje aqui a discutir esta! A questão é precisamente esta!

Quatro meses é, de facto, muito tempo. Oito meses é muitíssimo mais tempo, é o dobro do tempo!

É verdade em relação aos profissionais guias turísticos, como é verdade em relação a todos os outros profissionais liberais, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... trabalhadores independentes, trabalhadores precários, trabalhadores informais, gente que resolveu a sua vida sem que se fosse sequer ao terreno saber o que é que se estava a passar.

Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, ganhe V. Exa. a embalagem para resolver de uma vez por todas esses problemas. Porque é disto que o povo dos Açores lá fora está à espera, que resolvamos os problemas que as medidas que tomamos em sede de saúde pública causaram à economia e à vida das pessoas.

E é por aí que o Estado tem que funcionar. É por aí que o Estado tem que ser forte. Quando ele próprio cria o problema, independentemente de ter de o criar, ou não, é a ele que cumpre resolver.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu não disse que V. Exa. não resistia ao cheiro da água?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Lá está outra vez o cheiro da água! Isto não vai acabar bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): V. Exa. é que é o bombeiro!

O Orador: Eu disse-lhe.

Mas, veja bem, V. Exa. diz que quatro meses é muito tempo. Agora, o Sr. Deputado Nuno Barata teve a oportunidade de lhe relembrar que, durante este

período desta crise, o ano passado por exemplo, estes profissionais enfrentaram circunstâncias muito difíceis. E o que é que o Governo Regional fez nessa altura, quando V. Exa. estava sentado ali naquele lado? Eu não vi V. Exa. com tanta pressa. Eu não vi V. Exa. a fazer um discurso tão dramático.

Em relação a esta matéria, pura e simplesmente em relação a estes profissionais, que medidas é que tomou o Governo ou a bancada do Partido Socialista nesta matéria? Faça o favor de me lembrar. O que eu vi é que algumas das propostas que foram apresentadas pelo Partido Socialista contabilizam o tempo que nós temos desta legislatura, estes seis meses, e contabilizam o período anterior em que V. Exas. também não tiveram tempo para aplicar essas medidas. Em quantas e quantas vezes é que V. Exas., nas propostas e nas iniciativas, propõem que se pague e que se apoie um período em que V. Exas. é que tiveram responsabilidades no Governo Regional? É esta a pressa?! Portanto, nesta matéria, V. Exas. não têm nenhuma moral! Não têm! Não podem dar lições de moral!

O que eu vos quero dizer é que: ponto número um, há o compromisso do Governo de executar esta medida; ponto número dois, esta medida será executada; ponto número três, não há aqui que lançar as culpas em ninguém. Pura e simplesmente, está-se à espera dessa informação para executar com eficiência essa medida. É tão simples como isso.

Agora, da vossa parte o que tem que existir... Por isso é que eu vos tenho que relembrar. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não gosta que se lhe lembre o passado. Não quer. Não, não nos falem no passado. Não nos falem nos 24 anos em que governamos. V. Exa. diz sempre: não, agora pensem no futuro. Mas é evidente que quando surgem situações destas, é preciso comparar com aquilo que V. Exas. não fizeram. E a grande diferença é que da parte deste Governo existe o compromisso com estes profissionais, compromisso esse que vocês não tiveram e não tinham e não assumiram durante o período da legislatura anterior!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Mentira!

O Orador: Essa é uma diferença significativa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O que estes profissionais podem é esperar que exista um compromisso do Governo. E esse compromisso existe. Como eu já disse e como o Sr. Secretário já afirmou, vai ser executado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faz favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Praticamente já tudo foi dito, mas há coisas que não podem ficar esquecidas neste debate, em que o Sr. Deputado Berto Messias pôs em causa o empenho deste Governo relativamente àqueles que sofrem com a pandemia.

Disse o Sr. Deputado Berto Messias: estamos a falar de pessoas que sofrem com a pandemia. E a hipocrisia socialista relativamente a esta matéria é demasiado importante relembrar, porque é essa hipocrisia que leva a que os senhores, ultimamente, usem o populismo...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Populismo?!

O Orador: ... para tentar enfrentar as medidas que este Governo tem executado relativamente à pandemia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Para demonstração da vossa hipocrisia, tenho que lembrar que os senhores não pagaram o apoio de emergência. A quem? Aos bombeiros dos Açores! Não pagaram!

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Tenho que lembrar o prémio aos profissionais de saúde. Então, Sr. Deputado Berto Messias, então, Partido Socialista, o apoio àqueles que dão tudo no combate à pandemia e que têm sofrido com a pandemia? Onde é que está o vosso empenho, a vossa determinação?

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Deixaram para este Governo poder ter que fazer alguma coisa para, realmente, ajudar os açorianos a salvar desta situação de pandemia, da crise que nos atravessa.

Oxalá este Governo tenha tempo para poder cumprir com aquilo que tem sido aprovado nesta Assembleia, que dá trabalho, vai ser feito e que não deixará ninguém para trás como os senhores deixaram no passado.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este debate é deveras interessante.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ainda bem!

O Orador: Nós temos de um lado uma maioria que suporta o Governo, que diz que nada fez durante quatro meses, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diz que nada fez?!

O Orador: ... mas que ainda assim é melhor do que o Governo anterior, que não fez nada durante oito meses. São argumentos verdadeiramente curiosíssimos e que, julgo eu, devem fazer-nos refletir.

Este Governo e esta maioria não fez nada. Quer fingir que é melhor do que o Governo anterior, que nada fez, e faz este debate sobre uma questão e tenta usar esse argumento como justificação para a sua incompetência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não!

O Orador: Ora, não se pode tratar uma questão dessas acusando quem veio atrás de incompetência. Assumam as vossas responsabilidades, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi o que fez o Sr. Secretário!

O Orador: ... façam aquilo que disseram que iam fazer e cumpram, porque o passa-culpas para trás, para um lado e para o outro, neste caso para trás, não resolve o problema de quem está à espera do apoio! Resolver o problema que quem está à espera do apoio é criá-lo e implementá-lo! E é isso que esperam do Governo!

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é isso que vai ser feito!

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento ter de usar da palavra novamente e lamento até que o Sr. Deputado Nuno Barata, em parte, tenha estragado, a boa proposta que aqui apresenta.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Não estragou nada. Relembrou!

O Orador: Enfim, na sua ação diária permanente, de andar por cá e por lá, sentiu-se na obrigação de se levantar e, enfim, virar-se para o Partido Socialista, mas fá-lo de forma errada.

Deputado Nuno Barata (IL): Não!

O Orador: Fá-lo de forma errada e de forma descontextualizada quando refere que estes profissionais estiveram oito meses sem qualquer tipo de apoio. Ora, isso não é verdade. Nós não teremos, certamente, tempo para estarmos aqui a escarpelizar todas as medidas que o anterior Governo apresentou e aplicou para fazer face aos prejuízos causados pela pandemia. Foram muitas, são públicas, foram aprovadas em Resoluções do Conselho do Governo, algumas delas também aqui apresentadas em Decreto Legislativo Regional, Decretos Regulamentares Regionais, muitos delas também apresentadas com boas propostas de todos os partidos aqui representados. E, portanto, não vamos estar agora aqui a discutir uma por uma.

Mas não posso deixar, tendo em conta as referências que o Sr. Deputado Nuno Barata faz, estragando, em parte, a sua boa proposta que aqui apresenta e com a qual o Partido Socialista concorda, de lembrar o apoio extraordinário para fazer face à redução da atividade económica para os trabalhadores independentes. Eu recordo que, numa primeira fase, nós estamos a falar de 2963 apoios no valor global de 900 mil euros e, numa segunda fase, depois da prorrogação, nós estamos a falar de 2312 apoios no valor global de cerca de 2 milhões de euros, onde se

incluem, naturalmente, também, os profissionais de informação turística. Portanto, não é verdade que, nos oito meses anteriores a janeiro de 2021, não existissem apoios para estes profissionais, conforme foi aqui dito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: E eu reitero aquilo que já disse e, portanto, nem vou responder ao Srs. Deputados que tentaram fazer aqui uma cortina de fumo e uma muralha de aço ao Governo Regional. Sr. Deputado Paulo Estêvão e Sr. Deputado João Bruto da Costa, nem vos vou responder porque fazem afirmações descontextualizadas: o Governo não pagou os apoios aos profissionais de saúde porque deixou de ser Governo.

O Governo, disse o senhor que não pagou às corporações de bombeiros os apoios que estavam definidos. Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o apoio de emergência?

O Orador: Os apoios que estavam definidos para as corporações de bombeiros no âmbito da Covid-19 foram todos assegurados! Não eram apoios financeiros. Não fazíamos é como se faz agora em que se noticia que se dão apoios aos bombeiros, quando estamos a falar dos apoios ordinários às corporações de bombeiros. Isso é que nós não fazíamos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, concentremo-nos todos a falar para os profissionais de informação turística. Esses, sim, precisam de ajuda, precisam de apoio. Reuniram as associações representativas do setor com todos

os partidos. O PAN, e bem, apresentou legitimamente uma proposta para dar voz e materializar aquelas que são as suas preocupações.

E eu reitero, Sras. e Srs. Deputados, no que se refere a responder aos problemas decorrentes da pandemia, quatro meses é muito tempo. E, portanto, é fundamental que todos nós tenhamos a capacidade, desde logo o Governo, de responder rapidamente àqueles que, infelizmente, estão assolados pelos problemas sociais e económicos desta lamentável pandemia que nos assola a todos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faz favor.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de clarificar uma matéria que é essencial, enfim, no sentido de, não excluindo aquilo que são os trabalhadores independentes, mas aquilo que é, neste momento, o programa ou os programas que mais impacto estão a ter do ponto de vista dos apoios às empresas, mas também aos empresários em nome individual, e essa questão é fundamental: trata-se do Programa APOIAR.PT, que foi adaptado à Região, teve o programa para os primeiros três trimestres de 2020, teve para o quarto trimestre e estão abertas as candidaturas relativamente ao primeiro trimestre de 2021.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não abrange estes trabalhadores.

O Orador: E nesse programa tem havido uma evolução gradual do ponto de vista da inclusão de CAE (Código de Atividade Económica), cada vez mais abrangente, que é fundamental do ponto de vista daquilo que são os apoios que são recebidos.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: E convém recordar mais uma vez que o programa semelhante aquele que é o APOIAR.PT, que era a compensação da faturação, foi proposto pelo PSD em 2020, logo no início da crise, e foi chumbado pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E este, sim, neste momento, é o programa que apanha...

Deputado Carlos Silva (PS): Não abrangia esses profissionais!

O Orador: Ó Sr. Deputado Carlos Silva, pelo amor de Deus, vai dizer isso quantas vezes? Inscreva-se e diga! Eu não estou a dizer que não abrange. O senhor sabe que não abrange.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor sabe que é mentira!

O Orador: O que eu estou a dizer é que muitos trabalhadores independentes, que, porventura, podem fazer a migração para empresários em nome individual, é uma questão fiscal (eventualmente algum fizeram, nós não sabemos), neste momento, porventura, estão a beneficiar do APOIAR.PT. E é importante clarificar essa situação.

É evidente que há trabalhadores independentes que não apanham essas. E essa iniciativa da Iniciativa Liberal e a iniciativa do PAN é evidente que é urgente e é importante que possa ser posta em implementação.

Agora, a verdade é que aquilo que mais está a ajudar os empresários em nome individual (e as empresas também, mas, sobretudo, os empresários em nome individual) é o APOIAR.PT, que é bastante abrangente do ponto de vista dos CAE, e a abertura do Governo para que possa abranger outros que, porventura, não estão incluídos ainda. E essa questão é fundamental. E é com esses programas que, de facto, tem sido injetado dinheiro na economia, a par de outros de emprego.

Mas é importante que essa questão fique clarificada. E este foi o meu contributo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Já não estava para voltar a este debate, o debate está esgotado, o Sr. Deputado Berto Messias está a tentar manter artificialmente este debate, mas eu tenho que lhe responder. O senhor lembrou aqui e falou na muralha de aço. E havia até um slogan que dizia: “Força, força, companheiro Vasco, nós seremos a muralha de aço!”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Onde isto já vai!

O Orador: Nós, na altura, no início do gonçalvismo, não estivemos na muralha de aço, nessa muralha de aço. E também não estivemos, até ao fim da perda de maioria de 24 anos, ao apoio, também, ao camarada Vasco, como V. Exa. esteve ali, na primeira linha, com programas atrasados um ano, dois anos, três anos, quatro anos, ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... em que V. Exa. não se lembrou de dizer que um ano, dois anos...

24 anos era muito tempo. Tantas vezes que eu lhe disse: 24 anos de miséria, com as maiores desigualdades sociais do país! 24 anos não é muito tempo, não é demasiado tempo?! 24 anos com os piores resultados educativos do país! 24 anos não é muito tempo?! E aparece agora V. Exa. a dizer: quatro meses é muito tempo! Muito tempo foram os 24 anos em que vocês deixaram a região com os piores resultados educativos, com resultados catastróficos também na área da saúde, com resultados catastróficos na área da pobreza, das desigualdades sociais! Veja bem, se V. Exa. se queixa agora de quatro meses, o que é que nós não nos podemos queixar da herança de 24 anos nestas matérias todas?

E o que lhe quero dizer, Sr. Deputado... é uma referência direta ao Sr. Deputado António Lima: o Sr. Deputado António Lima entusiasmou-se e arredonda sempre as coisas no seu discurso. O Sr. Secretário disse-lhe que não tinha feito nada? Então, porque é que o senhor diz que o Governo não fez nada? V. Exa. chega a essa conclusão: não fez nada. Portanto, o Governo não fez nada. O que o Governo lhe está a dizer é que está a implementar e que será executada a breve prazo, ou seja, que está a fazer e que está a executar. Mas V. Exa. tem sempre essa tirada populista: não fizeram nada! Não, também quis embarcar aqui juntamente com o Sr. Deputado Berto Messias e entrou também na nave e também quis aproveitar esta matéria.

E, portanto, aqui não há história! Aqui não há história! O que há é que o Governo se comprometeu a ajudar estes trabalhadores, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... a apoiar estes trabalhadores. E é isso que vai fazer!

E, depois, há outra coisa, o Sr. Deputado Nuno Barata: no início do debate, era o herói, tinha apresentado... Aliás, V. Exas., com tanta pressa, quatro meses é muito tempo, não se lembraram de apresentar a iniciativa que a Iniciativa Liberal apresentou.

Deputado Francisco César (PS): E o PPM?

O Orador: Ou seja, também não se lembraram que era muito tempo. Só se lembraram do tempo quando aqui entrou a iniciativa. Mas quando fez algumas referências ao legado do Partido Socialista e às vossas responsabilidades, já passou a ser o vilão. Só é bom se tiver um discurso de apoio à anterior maioria.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

Mas se fizer um discurso sério, equilibrado, apresentando uma proposta, apresentando reparos ao Governo, como teve oportunidade de fazer, e depois mantendo essa independência de espírito que o caracteriza...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Deputado!...

O Orador: ... é verdade, mantendo essa independência de espírito que o caracteriza, dizendo também quais são as vossas responsabilidades, aí já não é bom!

O que eu vos peço, e termino, Sr. Presidente, é que sejam equilibrados na análise política, porque, senão, como é evidente, o vosso discurso não passa, porque V. Exas. o que estão aqui a fazer é, nesta matéria, a não assumir as vossas responsabilidades e a não reconhecer, da parte deste Governo, que existiu algo muito simples, que é: nós reconhecemos que estes apoios são necessários. Por isso é que a maioria votou a favor. E mais, por isso é que o Governo já assumiu, neste debate, que vai executar as medidas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Paulo, Paulo!

O Orador: Pronto, vai executar estas medidas.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado Nuno Barata até está atónito,

sem palavras!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PPM ultrapassou o seu tempo para este debate.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições. Vamos então votar...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Uma interpelação à Mesa. O PS ainda tem tempo, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Mas é uma interpelação.

Presidente: Então, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, obrigado pela sua bonomia de me informar, mas é, de facto, uma interpelação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu gostaria de lhe perguntar se o Governo Regional ainda dispõe de tempo para este debate.

Muito obrigado.

Presidente: Dispõe sim, Sr. Deputado. Tempo bastante.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Bom, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este Projeto de Resolução façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 21/XII, apresentado pela Iniciativa Liberal, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos avançar nos nossos trabalhos para o ponto 7: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XII – “Criação da figura do Provedor Regional do Animal”**. Esta iniciativa é apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Informo que na Conferência de Líderes foi deliberado que ela seria discutida paralelamente com a iniciativa do PPM. Entretanto, o PPM retirou a sua iniciativa. E, portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a apresentação da iniciativa.

Depois de tudo isto, uma interpelação à Mesa... Faz favor, Sra. Deputada, para uma interpelação.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Era para solicitar um intervalo regimental de meia-hora.

Presidente: Daqui a meia-hora serão 19h45. Voltamos às 19h45.

Entretanto, eu pedia aos Líderes para que pudessemos fazer a nossa reunião de Conferência de Líderes na sala das comissões, no rés do chão. E ao Sr. Subsecretário também.

Bom, os Srs. Líderes Parlamentares façam o favor de se abeirar da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Conferência de Líderes deliberou interrompermos os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10h.

Eram 19 horas e 16 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

XII Legislatura

Número: 24

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 19 de maio de 2021

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

O redator, André Silva